

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASIL-COLÔMBIA-PERU



LUIZ FELIPE LACERDA



Casa Leão



JESUITAS BRASIL



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



Serviço Jesuíta para a Panamazônia

O Serviço Jesuíta para a Panamazônia é um esforço da CPAL e particularmente das províncias que têm territórios no “pulmão das Américas” para articular trabalhos existentes neste território e potencializar, em aliança com outros atores, os frutos da nossa presença na região.

Entre os focos principais de sua missão encontram-se: o trabalho de promoção dos direitos dos povos indígenas, a articulação dos trabalhos que em matéria de educação e formação vem sendo realizados a partir de diversas províncias no território amazônico e a colaboração com as igrejas locais em suas necessidades pastorais. Neste sentido uma das importantes articulações do Projeto Pan-Amazônico é a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM): plataforma eclesial de intercâmbio e apodo, para potencializar de maneira articulada a ação das igrejas locais e regionais neste território.

Saiba mais em:

<http://www.jesuitas.lat/pt/fazemos/projeto-pan-amazonico>.

Diagnóstico socioambiental da
Tríplice Fronteira Amazônica
Brasil-Colômbia-Peru



Conferência de Provinciais na América Latina e Caribe (CPAL)

Presidente

Pe. Roberto Jaramillo S. J.

Serviço Jesuíta para a Panamazônia (SJPAM)

Pe. Alfredo Ferro

Pe. Valério Sartor

Apoio: Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Diagnóstico socioambiental da
Tríplice Fronteira Amazônica
Brasil-Colômbia-Peru



Casa Leiria
São Leopoldo/RS
2019

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASIL-COLÔMBIA-PERU

Conferência de Provinciais na América Latina e Caribe (CPAL)

Serviço Jesuíta para a Panamazônia (SJPAM)

Apoio: Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

**Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.**

L131d Lacerda, Luiz Felipe

Diagnóstico socioambiental da tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia, Peru [recurso eletrônico]. / por Luiz Felipe Lacerda. — São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

Disponível em: <<http://www.casaleiria.com.br/acervo/olma/diagnostico.html>>

ISBN 978-85-9509-053-8

1. Meio ambiente – Cooperações transfronteiriças – Amazônia.
2. Cooperações transfronteiriças – Brasil – Colômbia – Peru. 3. Meio ambiente – Preservação – Cooperações transfronteiriças. I. Título.

CDU 574

Catálogo na publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

Muitos seres humanos, apoiados pelo desenvolvimento tecnológico e pela ganância, continuam dominando e pilhando a natureza avançando para o “progresso”; são poucos, muito poucos, os que levam em consideração as consequências de suas ações.

(IHU, 2011, p. 18).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS HISTÓRICOS	19
ASPECTOS ATUAIS E GERAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA	35
ASPECTOS LEGAIS: TRATADOS INTERNACIONAIS VIGENTES	49
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A FRONTEIRA	53
DIMENSÕES ESPECÍFICAS DA AVALIAÇÃO	61
CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS	169
REFERÊNCIAS	191
APÊNDICES	203
ANEXO	217

INTRODUÇÃO

Consolidar um diagnóstico socioambiental não é tarefa simples. Requer uma ousadia metodológica que proponha os devidos recortes e aprofundamentos de maneira assertiva, buscando observar; com objetividade e foco; determinada realidade. Por sua vez, como poderemos observar, a realidade de uma Tríplice Fronteira localizada no centro da selva amazônica é dinâmica e extremamente multifacetada. Aprender seus aspectos subliminares, as dinâmicas rotineiras que passam longe das vistas dos turistas, só se faz possível através de uma imersão e de uma vivência cotidiana.

Complementando este desafio, ao qual me dediquei aprendendo e apreendendo, ao longo de nove anos, na qualidade de docente da Universidade do Estado do Amazonas, no Campus Tabatinga, como psicólogo da Escola Municipal de Educação Especial de Tabatinga e como assessor de diversos projetos dedicados ao bem viver de comunidades indígenas e ribeirinhas da região subsidiados pela Diocese do Alto Solimões e pela União Europeia, agrega-se o fato de que o próprio campo teórico sobre as questões socioambientais ainda não se encontra nitidamente definido. Existem conceituações diversas sobre o termo, a mercê de diferentes áreas do saber e enfoques analíticos. Comumente, algumas perspectivas que se descrevem como socioambientais acabam por focar exclusivamente aspectos ambientais ou sociais, deduzindo, por vezes, que a simples soma de seus aspectos e efeitos resultaria na composição do termo e do campo.

É necessário superarmos essa dicotomia avançando na concepção de que a crise ambiental e a crise social são a mesma coisa; são faces de uma mesma moeda; são consequências de um mesmo processo: um processo social contemporâneo que prioriza os aspectos econômicos e tecnocráticos frente aos aspectos humanos e socioambientais.

Buscando superar esta dicotomia temos em mente o ideário construído a partir da Ecologia Integral, apresentado pelo Papa Francisco

em sua encíclica *Laudato Si*¹. Trata-se de um novo paradigma transdisciplinar, apontando para novos horizontes teóricos e práticos para a humanidade. Na Encíclica do Papa Francisco que nos aponta para este paradigma, existe, sobretudo, uma sinalização explícita do conceito de justiça e de injustiça envolvendo nosso convívio na casa comum. O Papa Francisco desenvolve, por fim, um convite especial para a reconciliação dos seres humanos entre si, com Deus e com a natureza.

É por este motivo e através desta perspectiva que nós, do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA) e da Rede de Promoção da Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil, não dissociamos o social do ambiental, assim como não dissociamos o conceito de justiça do conceito socioambiental. Desta forma, orientamo-nos pelo entendimento de que a promoção da Justiça Socioambiental se refere a

todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades sociais e agressões socioambientais. (MPJSA, SJ, BRA, 2016).

De maneira prática, o empenho na construção da justiça socioambiental desdobra-se em temáticas específicas de trabalho, como migrantes e refugiados, questões de gênero, povos tradicionais, juventudes, relações étnico-raciais, diálogo inter-religioso, economias alternativas e solidárias, Amazônia, e políticas públicas. São temáticas que encontraremos, constantemente, de maneira transversal nos elementos que observaremos neste diagnóstico.

Cabe, no entanto, um alerta: apesar de termos em mente esta orientação a partir da Ecologia Integral, o formato do presente livro permanece bastante atrelado a um formato aparentemente segmentado, devido à forma como recebemos os dados. A leitura deve ser feita buscando sempre o todo presente nas partes.

O Diagnóstico da Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru foi uma iniciativa da Companhia de Jesus, desenvolvida por solicitação do Serviço Panamazônico da Conferência de Provinciais

1 Para saber mais: http://olma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/texto_integral_enciclica_laudato_si.pdf

Jesuítas da América Latina – SJPAM/CPAL² que, em 2016, instalava um novo campo de ações na Tríplice Fronteira e desejava, de antemão, captar elementos significativos para uma compreensão aprofundada da realidade.

Desta forma, nosso estudo apresenta, como objetivo geral, o desejo de conhecer a realidade transfronteiriça de Brasil – Colômbia – Peru, identificando desafios e lacunas a partir dos quais se poderá contribuir em prol das populações locais e da preservação do meio ambiente e identificar os pontos de existência ou não-existência de cooperações transfronteiriças entre as nacionalidades e municipalidades que compõem a fronteira.

Como objetivos específicos, guiaram-nos no sentido de:

- compreender de maneira aprofundada as dimensões socioeconômicas, educacionais, religiosas, culturais e socioambientais da fronteira em questão;
- apresentar as experiências e realidades existentes em cada uma destas dimensões, destacando suas principais problemáticas;
- promover a troca de saberes e experiências através de entrevistas e grupos de debate com a participação de atores locais para estas discussões;
- apontar lacunas e perspectivas de ações estratégicas futuras, onde a Companhia de Jesus poderá inserir-se na contribuição da melhoria na qualidade de vida das populações locais e na preservação do meio ambiente; e,
- auxiliar na construção de metodologias adequadas no tocante à construção de diagnósticos dimensionais das fronteiras amazônicas.

2 O Serviço Jesuíta para a Panamazônia é um esforço da CPAL e particularmente das províncias que têm territórios no “pulmão das américas” para articular trabalhos existentes neste território e potencializar, em aliança com outros atores, os frutos da nossa presença na região. Entre os focos principais de sua missão encontram-se: o trabalho de promoção dos direitos dos povos indígenas, a articulação dos trabalhos que em matéria de educação e formação vem sendo realizados a partir de diversas províncias no território amazônico e a colaboração com as igrejas locais em suas necessidades pastorais. Neste sentido uma das importantes articulações do Projeto Pan-Amazônico é a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM): plataforma eclesial de intercâmbio e apodo, para potencializar de maneira articulada a ação das igrejas locais e regionais neste território.

Nosso intuito não é o de apresentar ao leitor um aporte teórico e analítico de todos os elementos observados ao longo do diagnóstico pois esses desdobramentos podem ser encontrados em outros textos, já publicados em diferentes veículos de comunicação.³ O texto assume um tom descritivo que busca, principalmente, reunir informações e bibliografias que não são de fácil e imediato acesso e que se encontram difusas no território da Tríplice Fronteira em questão. A proposta é oferecer uma visão geral dos principais elementos que compõem determinadas dimensões da Tríplice Fronteira. Assim, possibilitando ao leitor uma apreciação holística sobre o território, suas dinâmicas e populações.

As fronteiras são territórios onde coexistem processos de intercâmbio de diferentes tipos entre as populações de países vizinhos, mas, ao mesmo tempo, incluem um afastamento por parte dos próprios governos, das realidades dessas regiões distantes dos centros de poder político e econômico. Aqui é entendida a fronteira como território, conceito que representa realidades complexas e cujo entendimento deve ser abordado a partir de diferentes disciplinas para compreender as particularidades (NINÓ, 2013, p. 15).

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru apresenta características peculiares: alta diversidade populacional, fluxos e intercâmbios constantes, distanciamento dos principais órgãos nacionais de deliberação e poder, amparados tanto por densas dinâmicas cotidianas entre os povos, quanto por tratados e acordos assinados entre as diferentes nações (NINÓ, 2013).

3 LACERDA, Luiz Felipe. *Cooperação, Solidariedade e Autogestão enquanto ferramentas de emancipação social de comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e o caso dos IBPT*. In: ABBONA, Anabela Elizabeth; ROCA, Ignacio. (Orgs.). **Los pueblos indígenas de América Latina: actas del II CIPIAL**. 1. ed., v. 1. Buenos Aires: UNLPam, 2018. p. 3654-3678.

LACERDA. *Percepções Gerais sobre a realidade da educação indígena na tríplice fronteira Amazônica Brasil, Colômbia, Peru*. In: PINTO, Auxiliadora; SOUSA, Sebastião; JUSTAMAND, Michel. (Orgs.). **Diálogos Interdisciplinares e Indígenas**. 1. ed., v. 1. São Paulo: Alexa, 2017. p. 99-119.

ACOSTA, L. E.; LACERDA, L. F. **Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais (IBPT)**. 1. ed., v. 1. Bogotá: Scriptor S. A. S., 2016. 40p.

LACERDA, L. F.; ACOSTA, L. E. *Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia brasileira*. **Cadernos IHU Ideias**, Unisinos, v. 15, p. 1-32, 2017.



Imagem 1: Tríplice Fronteira

Fonte: www.google/imagens.com/tríplicefronteira

A fronteira entre Brasil e Colômbia soma 1.644 quilômetros de extensão, dos quais 320 quilômetros se estendem pela porção oriental do Departamento do Amazonas, Colômbia, através dos Corregimentos de Pedrera e Tarapacá, e pelos Municípios de Letícia e Puerto Nariño. A fronteira entre o Brasil e Peru compreende 2.995 km localizados a leste do Departamento de Loreto, abrangendo as províncias de Ramón Castilla (Distrito de Javari) e Requena (Distritos de Yaquerana e Alto Tapiche). A fronteira entre Colômbia e Peru, por sua vez, se estende por 1.626 quilômetros, localizados ao norte de Loreto, contemplando as Províncias de Maynas (Distrito de Clavero e Putumayo) e Ramón Castilla, pelo lado do Peru e, pelo lado da Colômbia, os Municípios de Letícia, Puerto Nariño e os Corregimentos de Puerto Arica, San Rafael e Puerto Alegria (NETO, 2010).

Apesar de levar em consideração as dinâmicas e influências desse vasto território de fronteira, este diagnóstico debruça-se em profundidade sobre o perímetro circunscrito entre as localidades de Letícia (CO), Tabatinga (BR) e Santa Rosa (PE), entendendo-o enquanto eixo urbano de convergência de todas estas localidades regionais.



Imagem 2: Foto aérea da Tríplice Fronteira.

Fonte: Euzébio (2014).

Como exposto anteriormente, as fronteiras e, em especial, a Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, incidindo principalmente no complexo urbano mencionado, caracteriza-se como um território extremamente diversificado e complexamente multifacetado. Seria inviável analisarmos todas as dimensões existentes e passíveis de estudo neste território em um só livro. Dessa forma, sempre levando em conta o alerta expresso anteriormente sobre a visão de Ecologia Integral que perpassa o estudo, convencionou-se desenvolver este diagnóstico a partir de **Quatro Dimensões**:

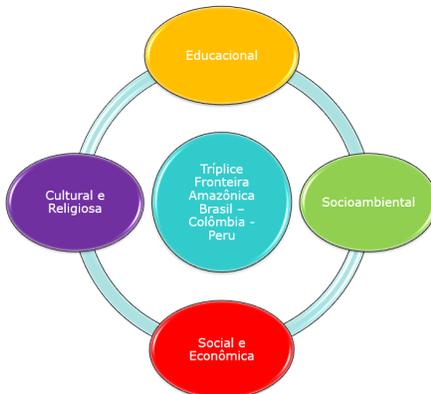


Imagem 3: Dimensões do Diagnóstico.

Fonte: Autor (2016).

A Dimensão Educacional objetiva avaliar as principais estruturas de ensino na Tríplice Fronteira, suas abrangências populacionais, políticas públicas vigentes, existência ou não de integração entre órgãos e políticas públicas de cada um dos países em relação aos seus respectivos vizinhos, a existência ou não de enfoques socioambientais nas estruturas curriculares, abordando, por fim, os principais avanços e desafios no contexto educacional local.

A Dimensão Socioambiental enfoca, justamente, as principais problemáticas existentes na relação entre o homem e a natureza, buscando avaliar qual a postura das entidades públicas e privadas de cada país frente a este cenário; avaliar a existência de acordos e ações bi ou tri nacionais que fortaleçam aspectos de fiscalização, preservação e recuperação do meio ambiente em temas e áreas comuns aos três países.

A Dimensão Socioeconômica busca averiguar a estrutura econômica social e familiar, deflagrando meios para a aquisição de recursos monetários e/ou outras formas de subsistência; avaliando como tal condição constitui e afeta os aspectos socioambientais no território; analisando como se estabelecem as relações entre as diferentes etnias e nacionalidades nos cenários locais e como se constrói o imaginário local sobre estes aspectos econômicos e sociais em relação às diversificadas populações da fronteira.

A Dimensão Cultural e Religiosa, por fim, busca avaliar as manifestações concretas das culturas locais a partir de alguns hábitos e costumes específicos das culturas urbanas, ribeirinhas e indígenas na Amazônia; avaliar a presença das diferentes igrejas e ordens religiosas no contexto da Tríplice Fronteira, suas ações e projetos, integrados ou não entre os diferentes países, e como se relacionam com os principais desafios da região.

Para este exercício, portanto, percorremos o seguinte trajeto metodológico:

- Definição dos objetivos do diagnóstico;
- Contextualização bibliográfica geral sobre aspectos históricos, sociais, legais e de produção acadêmica a respeito da fronteira para posterior definição das dimensões a serem estudadas;
- Aprofundamento teórico contextual sobre as dimensões definidas;
- Mapa estrutural atualizado de cada dimensão na Tríplice Fronteira;

- Entrevistas semiestruturadas em profundidade sobre cada uma das dimensões;
- Elaboração dos resultados e proposições parciais;
- Grupos de debate e aprofundamento através da técnica de Grupos Focais⁴;
- Texto final enriquecido com os aportes dos Grupos Focais;
- Devolução aos participantes da pesquisa e absorção de suas contribuições no texto final.

Assim, desenvolvemos a Coleta de Dados em três Fases:

Fase I	Delimitações das dimensões Estruturação teórica bibliográfica
Fase II	12 entrevistas semiestruturadas com peritos a respeito das quatro dimensões Aprofundamento diagnóstico
Fase III	04 grupos focais Devolução Elaboração do documento final

Tabela 1: Etapas da Coleta de Dados.

Fonte: autor.

O livro encontra-se, pois, sistematicamente dividido entre as seguintes seções: aspectos históricos da Tríplice Fronteira; aspectos gerais de cada país que a compõe; Síntese dos Tratados Internacionais vigentes e da produção acadêmica de maior relevância; Diagnóstico das dimensões Socioeconômica, Cultural, Religiosa, Educacional e Socioambiental, chegando, por fim, às Conclusões e Proposições Estratégicas.

Boa leitura.

⁴ O Grupo Focal é uma técnica de pesquisa que busca promover relatos e conversações de diversos elementos a respeito de um tema a ser estimulado. A riqueza de tal técnica está no fato de colocar visíveis as relações interpessoais a partir do tema específico. Dessa forma, o Grupo Focal rompe as estruturas austeras de uma entrevista dirigida que se restringe apenas às perguntas e respostas; acende espaço para participação ampla e espontânea, produzindo, assim, com maior fidedignidade, os elementos e dinâmicas sociais daquele contexto. Foi realizado um Grupo por dimensão estudada, composto por aproximadamente cinco pessoas ligadas à temática no contexto local.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A sociabilidade da fronteira é também, em certo sentido, a fronteira da sociabilidade, daí a sua grande complexidade e precariedade, está na dinâmica dos limites, mas também na transgressão destes limites. Na fronteira todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo. O poder que cada um tende a ser exercitado nesta dinâmica é do modo abertura-de-novos-caminhos, muito mais que no modo fixação-de-fronteiras (SANTOS, 2007, p. 351).

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru encontra-se na centralidade da selva amazônica, assim como no coração do continente sul-americano. É, geralmente, concebida como espaço que integra e agrega seus sujeitos, convidando-os a mudanças de comportamento em relação às formas de convivência através de intensas vivências cotidianas permeadas pela diversidade cultural.

Esta fronteira formada por três países caracteriza-se como espaço de constantes fluxos, mas também de obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 5).

Nesta Tríplice Fronteira, Brasil e Colômbia separam-se territorialmente do Peru pelo rio Solimões, ou Amazonas como é conhecido nos países de língua espanhola. Já a cidade colombiana de Letícia e a cidade brasileira de Tabatinga têm como limite terrestre a Avenida Internacional ou a Avenida da Amizade, respectivamente.

A partir dos tratados de limites territoriais entre Colômbia e Equador em 1916; entre Colômbia e Brasil em 1907 e 1928; e entre Colômbia e Peru em 1922, compõem-se o Trapézio Amazônico, pelo qual se entende, hoje, a constituição da Tríplice Fronteira.

As cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia nasceram separadas por quase um século. Quando Letícia foi fundada em 1867 pelo Capitão peruano Benigno Gustamante, um pequeno povoado já tinha se desenvolvido em torno do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga. O Forte, instalado em 1776 pelo major português Domingos Franco, tomou para si as funções militares e fiscais inicialmente exercidas pelo Forte de São José do Javari, embora o forte tenha sido destruído por duas vezes, o povoado de Tabatinga resistiu ao tempo. Aparece no recenseamento de 1840 como povoado, e como freguesia em 1850. Com a criação da comarca do Alto Solimões, em 1891, é integrada ao município de São Paulo de Olivença, sede da comarca. Mais tarde, com a criação do município de Benjamin Constant, em 1938, passa a ser zona distrital daquele município (STEIMAN, 2002, p. 62).



Imagem 4: A Tríplice Fronteira
Fonte: www.portaltabatinga.com.br

Esta região de fronteira encontra-se em área isolada, porém totalmente demarcada; ela é coberta e cercada pela maior floresta tropical do planeta e pelos rios que compõem a Bacia Amazônica. De acordo com o Greenpeace (2015), a Amazônia possui 7,8 milhões de km², atingindo nove países e cobrindo 44,5% do território de nosso continente; agrupa 10% das espécies de seres vivos de todo o planeta e 5% da superfície de toda a Terra.



Imagem 5: Amazônia distribuída no continente

Fonte: www.impa.gov.br

Os três países em estudo, neste diagnóstico, somam 86% da totalidade do território amazônico, despontando entre os principais responsáveis, interventores e/ou protetores de toda esta diversidade. Na relação estabelecida pelos Estados-Nação, a Amazônia é continuamente pautada por sua dimensão socioambiental, principalmente sobre o enfoque extrativista. Por uma emblemática falácia que lhe atribui o adjetivo de vazio demográfico, em paralelo a concepções estritamente exploratórias, aplica-se um processo de desumanização do território, promovendo a invisibilidade social das pessoas e grupos que aí vivem (STEMBRENER, 2009).

Como afirmam Wendell e Silva (2012), pensar em Amazônia é remeter-se às práticas geopolíticas que permeiam a construção territorial de nossos países. Foi com a incorporação ao domínio da coroa portuguesa e espanhola que a Amazônia passou a ter prioridade na política da metrópole colonial. Como poderemos observar, ao longo desta história, evidenciam-se dois objetivos estritos na maioria das intervenções propa-

gadas pelos Impérios e, posteriormente, pelos Estados, neste território: integração econômica e ocupação territorial.

Os primeiros a chegarem ao rio Amazonas foram os irmãos Pinzón, representando a coroa espanhola, em 1499. Em 1533, representando a coroa portuguesa, a mando do Rei João III, Diogo Nunes, um mameluco brasileiro, teria sido o pioneiro a descer o rio Amazonas em direção ao Solimões. Contudo, a primeira expedição contundente da região foi protagonizada por Francisco de Orellana, em 1542. Percorrendo distâncias nunca antes navegadas nessas terras, Francisco de Orellana fez com que o rei espanhol Carlos V criasse o Reino das Amazonas, confiando ao navegador desbravador, o título de Vice-Rei (FERRARINI, 2013).

As populações indígenas viam-se pressionadas por todos os lados de seu continente pelas disputas territoriais e pela saga exploratória dos colonizadores. De acordo com Botía (2008), sociólogo colombiano estudioso da Tríplice Fronteira, o mapa populacional apontado por Orellana apresentava uma fotografia congelada que perdurou durante os dois primeiros séculos de contato. Nesse quadro (mapa), mostrava-se uma série de povos viventes das terras firmes do lado esquerdo do rio Amazonas, entre eles os Tikunas, os Peba-Yagua, os Caumare, os Cavachi e os Yumana; na parte sul do rio, os Mayorunas, Guauricu e Curina e, nas terras alagadiças de várzea, os Omágua, Yurimagua, os Aziruar e os Ibanoma.

Para contrapor a ênfase colonizadora alocada pela coroa espanhola a partir do século XVII na região amazônica, em nome dos portugueses, Francisco Caldeira Castelo Branco funda a cidade de Belém em torno do Forte do Presépio, que logo em seguida se constituiria como a capital do Grão-Pará, base das expedições lusitanas (FERRARINI, 2013).

É importante frisar que, mesmo este período, entre 1558 e 1640, representado pela unificação das coroas e pela constituição do Império Ibérico, através da ascensão forçada, realizada por Dom Felipe II de forma militar, ao trono de Portugal, não se aboliram as rivalidades e interesses secundários, de ambas as partes. Os portugueses, nesse sentido, aproveitaram a unificação das coroas para expandir quantitativamente suas terras na Amazônia.

Nesse ínterim, foi Pedro Teixeira, capitão português, quem realizou uma das maiores expedições da era colonial, saindo de Belém e subindo a chamada Estrada Real (Rio Amazonas) em 1637, até as terras fronteiriças com a Espanha, levando consigo 47 canoas, 70 portugueses e 1.100 índios. A expedição de Teixeira representou o início da dilatação do império português para muito além do Tratado de Tordesilha (FERRARINI, 2013). O mapa da América do Sul, representado pelo capitão português, seria como mostra a imagem abaixo:



Marco colocado por Pedro Teixeira em 1638, no rio Napo (José Carlos de Macedo Soares. *Fronteira do Brasil no regime colonial*)

Imagem 6: Expedição de Pedro Teixeira.

Fonte: Ferrarini (2013, p. 46).

Em vista disso, a região do extremo oeste da atual Amazônia brasileira tornava-se, oficialmente, fronteira entre Portugal e Espanha. Não era só questão de terra: a chegada dos colonizadores já encontrava nativos que viviam com significativo grau de organização social. Aparecia, por exemplo, a principal comunidade da região, era governada por um senhoril representante das tribos Omáguas e Cambebas, nas proximidades do que hoje é Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) (FERRARINI, 2013).

Tanto espanhóis quanto portugueses molestaram os povos nativos. Os missionários espanhóis, por ali desde 1651, afirmavam que os portugueses já tinham presença constante entre os Cambebas. Nos registros conta o requerimento de um superior dos franciscanos junto com demais religiosos, em 1623, que reclamava para as autoridades, dos Capitães que exploravam os índios, alugando-os, fazendo-os trabalhar em excesso e chegando a tomar-lhes as mulheres e as filhas (FERRARINI, 2013, p. 32).

O domínio português efetivo sobre as principais partes do Rio Amazonas ou Solimões deu-se, principalmente, por volta de 1710, quando Portugal logrou desarticular a fronteira missionária que os espanhóis haviam criado ali com a população indígena sob a tutela do padre jesuíta Samuel Fritz. Isso proporcionou profunda penetração lusitana no espaço amazônico e representou a gênese do seu mando sobre todo aquele território (BOTÍA, 2008).

Após esse período, em 1750, o Tratado de Madri celebrado entre as duas coroas novamente separadas, representou a primeira tentativa de delimitação real do território, estabelecendo o Rio Javari como linha demarcatória entre as terras portuguesas e espanholas. Na prática, o Tratado de Madri revogava o Tratado de Tordesilhas. (FERRARINI, 2013).

Sobre a região da Tríplice Fronteira, anos antes das Repúblicas, a passagem de Paul Marcoy, em 1847, pela municipalidade de Tabatinga, esta já representava uma das principais guarnições militares da Amazônia. Marcoy descreve-a como uma planície de aproximadamente 30 pés, atingida por uma escadaria rústica cavada no barro branco, onde duas casas de palha eram os alojamentos do Comandante. Ao lado, um mastro com a bandeira do Brasil e quatro peças de artilharia dispostas

uma a cada direção, esverdeadas pelo tempo e cercadas por dúzias de habitações (FERRARINI, 2013).

Marcy encontra o Comandante da localidade aterrorizado porque recentemente um complô dos soldados planejava assassiná-lo. Havia motivos para o medo, pois seu antecessor tinha sido fuzilado à queima-roupa por seus combatentes. A maior parte destes soldados eram indígenas, pertencentes à etnia Tikuna, que não raro, eram submetidos a punições e violações (FERRARINI, 2013).

A fundação de Letícia, com seu primeiro nome de “San Antónío”, em 1890, data também dessa época. Atualmente, de acordo com as referências, o nome Letícia faz homenagem a uma peruana habitante de Iquitos (Peru), tendo sido nomeada pelo engenheiro Manuel Charón. Pela expansão do império da borracha, Iquitos era uma sociedade próspera e uma referência amazônica no cenário mundial, concentrando significativa parcela da elite regional.

Os séculos XVIII e XIX, marcam fases atreladas à alta exploração mercantil, como o início do extrativismo do caucho e da madeira, através do uso sedutor ou escravista da mão de obra indígena. Ao esgotar-se tal sistema extrativista, percebemos a cristalização da sociedade escravagista na colônia portuguesa com a posterior consolidação de uma sociedade cafeeira. Com a chegada das repúblicas, inicia-se um terceiro ciclo com a febre do ouro. Na Amazônia, ao final desse período, a passos lentos, iniciava-se o período que seria o tempo de sua maior exploração; o ciclo da borracha.

A partir daí a Amazônia passa a ser uma região dos Estados – Nacionais, coincidentemente periférica em todos eles se observado os centros do poder político ou econômico. Esta condição já aponta para uma história regional semelhante, independente do Estado-Nacional ao qual pertença: de massacre da população indígena, de saque dos recursos da natureza, e, enfim, de área para ser colonizada (NOGUEIRA, 2007, p. 134).

Segundo Nogueira (2007), adentrando um século das independências nacionais, em 1922, as disputas territoriais e comerciais na Amazônia, em especial na região fronteira, estabeleciam-se os Estados-Nação do Brasil, Colômbia, Peru e Equador, intermediados pelos Estados Unidos.

O Tratado de Salomon Lozano, que vinha sendo trabalhado em comissões de vizinhanças entre esses países desde 1911, entra em vigor em 1922, reconhecendo uma parte do trapézio amazônico como território colombiano. Isso gerou o descontentamento de alguns peruanos pela perda de território de exploração natural, surgindo a ameaça latente de invasão à atual cidade colombiana de Letícia com o objetivo de retomar a jurisdição (FERRARINI, 2013).

Independências	
Colômbia	1810
Peru	1821
Brasil	1822

Tal invasão incidiu, realmente, em 1932: peruanos, prendendo civis e autoridades, içaram sua bandeira em terras ditas colombianas. Essa tensão durou até junho de 1934 quando a Sociedade das Nações interveio, resultando na Ata de Entrega do território de Letícia às autoridades colombianas. O Brasil, em postura imparcial, acolheu alguns habitantes evadidos da região de conflito. Oficialmente, na Tríplice Fronteira, não se contabilizaram mortos nesse confronto. Além disso, o governo brasileiro mandou reforços militares estratégicos para averiguar a situação da região. O general Almério de Moura relata, de acordo com Ferrarini:

Desde o dia 23 de janeiro de 1933 até o dia 8 de fevereiro estacionaram aqui no nosso porto uma quantidade significativa de embarcações colombianas sendo equipadas com 1200 soldados e oficiais. No dia 8 do corrente mês seguirão para o rio Içá, para retomar o território deles no rio Putumayo, tendo estado ocupado arbitrariamente pelos peruanos. No dia 14 do fluente, os colombianos levam vantagem com uma bela vitória sobre os peruanos, recuperando Tarapacá. Continuam as hostilidades entre as duas nações e os colombianos seguem subindo gloriosamente o rio Putumayo, sendo objetivo deles expulsar os peruanos e unir tais tropas às forças colombianas de Caucaya. Depois disto os colombianos irão atacar os peruanos que ocupam Letícia (FERRARINI, 2013, p. 85).

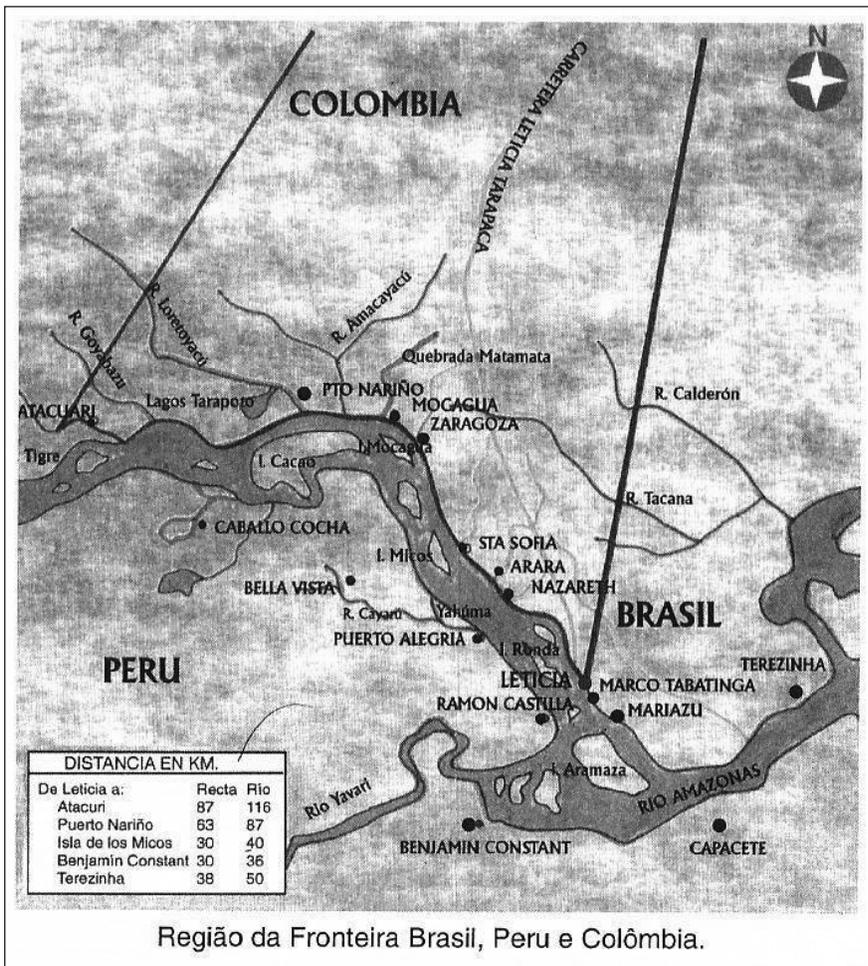


Imagem 7: Mapa do Tratado de Lozano – Salomon

Fonte: Nogueira (2007, p. 157).

Tal conflito, mesmo mediado pela Liga das Nações, refletiu um significativo impulso de migração propagado pelo governo colombiano, a partir de 1940, em direção a Leticia, incentivando famílias de Bogotá a viverem e trabalharem na região amazônica como estratégia de ocupação e controle.

As conturbações locais representavam, em diferentes dimensões, os conflitos espalhados por todo o continente nos anos que precedem a efetivação das independências das colônias. São disputas territoriais guiadas por motivações geopolíticas e financeiras para alguns e são

busca de direitos e reconhecimento para outros. As revoluções de independência na América Latina, salvo algumas exceções, não foram movimentos democráticos ou mesmo populares. Em geral representavam apenas o desejo das elites regionais em despojar os colonizados de direitos e benefícios iguais aos dos colonizadores (RINKE, 2010).

O início do século XX marca, para a Amazônia, a consolidação de uma nova era: a Era da Borracha, que fazia das cidades à beira do rio, especialmente da cidade de Manaus, o centro da produção e comercialização deste novo ouro extremamente requisitado pelas grandes potências mundiais (OLIVEIRA, 2009, p. 42). Contudo, a Primeira Guerra Mundial, a ascensão da borracha asiática e a crise de 1929 na bolsa de valores de Nova Iorque são comumente correlacionadas com a queda do império da borracha amazônica que, durante algumas décadas, havia logrado fortalecer uma elite social e econômica na Amazônia dos três países (Peru, Colômbia e Brasil).

Djalma Batista, estudioso pioneiro dos processos amazônicos, em seu livro *O Complexo da Amazônia: O processo de análise do desenvolvimento* (2007), relata que ao ciclo da borracha devem ser atribuídas significativas transformações no território amazônico: a ocupação geográfica, a febre do ouro e a responsabilidade do primeiro grande e decisivo desequilíbrio ecológico, assim como a degradação das demais culturas de plantio. Como refere o autor, “*agricultura não rima com borracha*” (p. 157). Encontra-se neste cenário, portanto, o primeiro impacto socioambiental negativo de modelos extrativistas exógenos às culturas amazônicas.

Posteriormente, os soldados da borracha, ressurgentes ao longo da Segunda Guerra por causa da interrupção do fornecimento da borracha asiática, representam a reedição, sob véus contemporâneos, do genocídio escravagista colonial. Nesse contexto, os índios Huitoto, na Tríplice Fronteira, por exemplo, foram praticamente dizimados, principalmente por Júlio César Aranã que, aliado ao capital britânico, formou a Peruvian Amazon Rubber Company, dominando e explorando 31 mil km² de terras na Amazônia colombiana.

Nesse contexto de exploração das populações nativas, Ferrarini apresenta a carta do prefeito apostólico do Alto Solimões (Brasil) enviada às autoridades do país:

As causas da pobreza no Alto Solimões e a crise econômica são várias. A última delas, além da política partidária e pessoal do governo brasileiro que abandona os interesses vitais do país e pouco a pouco o leva a ruína total. A causa principal é a refinada astúcia dos ingleses. Eles souberam tirar proveito da plácida sonolência do governo brasileiro. Enquanto este dormia eles vigiavam e enquanto transportavam a preciosa goma, transportavam para a Ásia também quantidades enormes de sementes. O governo percebeu isto, mas achou que não devia se incomodar e, de um preço máximo reduziram a goma a um preço mínimo. Com isto o comércio sofreu um golpe mortal e com isto o falecimento das casas comerciais. Com isto os patrões não mais tiveram recursos para pagar os funcionários e extratores e uma miséria total se abateu sobre a Amazônia. Pelo interior, muitos morreram de fome (FERRARINI, 2013, p. 122).

Becker (1995) concluiu com elementos detalhados essa história, ao afirmar que foi com a formação do moderno aparelho do Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia e da Tríplice Fronteira, com base na dominância integral da visão externa, tornando invisível toda a riqueza de saberes culturais que havia nessas terras.

Nacionalmente, esse modelo de exploração estendeu-se até as décadas de 1960-70, quando ocorreu uma significativa mudança na dinâmica da Tríplice Fronteira através do Decreto de Lei de 1967, no qual se criou a Amazônia Ocidental no Brasil, composta por Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas. “Tratava-se de uma estratégia para estimular o desenvolvimento local, graças aos recursos advindos da Zona Franca de Manaus.” (FERRARINI, 2013, p. 39).

A corrida de empreendedores públicos e privados para a compra de terras na Amazônia intensifica-se com os benefícios suscitados pelo governo brasileiro, o que, em contra-ataque, impulsionou as primeiras organizações de movimentos socioambientalistas em defesa da Floresta, que se via subjugada pelo latifúndio capitalista expansionista nacional e internacional. Contudo, a migração de milhares de colonos em direção à selva não havia como ser estancada e com eles chegava uma concepção de selva, sinônima de empecilho à ideia hegemônica de desenvolvimento.

Nogueira (2007) avalia esse período amazônico como de intensificação da articulação da região com o resto dos territórios nacionais através da estimulação de empreendimentos na área do minério, do pastoril, da colonização, da infraestrutura e da defesa. Concomitante a isso, e quiçá, por consequência, como cita Ferrarini, a região da Tríplice Fronteira começou a destacar-se no cenário mundial pela produção e distribuição de drogas ilícitas:

Grande parte do tráfico de drogas da modernidade sai da Colômbia e Peru via Solimões. Foi o carro-chefe da economia local nas décadas de 70 e 80. Houve na região grande volume de dólar circulante. É dessa época a criação do município de Tabatinga e graças a essa grande movimentação na fronteira sua população e sua economia cresceram muito. Do lado da Colômbia houve grande ostentação de vida. Tabatinga atraiu migrantes vindos da capital e do interior, inclusive com apoio militar, pois a fronteira precisava ser ocupada e defendida. A partir da década de 80, um grande número de instituições estaduais e federais se instalam em Tabatinga, reflexo ao mesmo tempo desta tensão. Letícia abrigava o terceiro maior cartel de drogas do mundo até os anos 1990, quando começou a ser reprimido. Com isto houve grande baque na economia local, atingindo também Tabatinga (FERRARINI, 2013, p. 130)⁵.

O dia 30 de agosto de 1974, data da criação da localidade de Santa Rosa, torna-a responsável pela constituição de representatividade peruana na Tríplice Fronteira. Ela nasce através de um pequeno grupo de famílias peruanas que migraram em busca de melhores terras para a agricultura, enquanto fugiam de acidentes naturais de outras localidades. Essas famílias, em grande parte, vinham de contextos rurais das municipalidades peruanas de Iquitos e Caballococha.

De maneira geral, o estímulo à migração em direção à fronteira propagado em maior ou menor grau por parte dos três governos e o aquecimento da economia local por vias lícitas ou ilícitas, ao longo dos anos 70, 80 e 90, colocavam a região na contramão da calmaria econômica de seus respectivos países. Para exemplificar: nesses anos, en-

5 Para saber mais: BALIEIRO, Luiz Felipe; NASCIMENTO, Izaura. Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o Narcotráfico. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 26, p. 85-98, 2014.

quanto no Brasil se constatava um crescimento médio anual de 2%, em Manaus e na região da Tríplice Fronteira apresentava-se um crescimento econômico anual de 4% (MEIRELLES, 2012).

Por tais motivos desencadeava-se um grande fluxo de migrações dos contextos rurais para os conglomerados urbanos. Ferrarini (2013) reflete que as ações governamentais frente à crise migratória do interior para as capitais, assim como a necessidade de aumento na vigilância dos produtos que circulavam pelos territórios fronteiriços foram subsídios de impulsão e consolidação institucional para a região. Como reflexos da política de interiorização na região podem ser apontados, no Brasil: a implantação da Educação para Jovens e Adultos (EJA); a construção de novas escolas; a rede de telefonia pública; o Centro de Treinamento Profissional (CETAM); a sede da SUFRAMA; a Inspeção da Receita Federal; a Agência da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas; a presença da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); Agência da Justiça do Trabalho; o 9º Distrito Naval da Marinha; o Aeroporto Internacional de Tabatinga; a COSAMA, enquanto rede municipal de tratamento e distribuição de água; a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além da Associação dos Pescadores de Tabatinga e a Colônia dos Pescadores. Na Colômbia, nesta época, data-se também a abertura do terreno onde hoje localiza-se o aeroporto de Letícia, que após sua construção chegou a ser utilizado como posto de controle estratégico das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Todos esses novos atores institucionais cultivaram uma renovada dinâmica na região da Tríplice Fronteira, principalmente através dos estímulos de reversibilidade migratória rumo ao interior, buscando quadros qualificados de outras regiões do país para o serviço público, assim como melhorando as estruturas e os serviços públicos. O intuito último era de aquecer a economia local e estancar o êxodo rural, como de fato se mostrou nas décadas subsequentes. Esse fenômeno é importante para a compreensão sobre a criação de uma elite local na Tríplice Fronteira e o aumento da concentração de renda e da desigualdade social, na medida em que a população local, em grande parte, não possuía as exigidas qualificações escolares e laborais para tais cargos públicos.⁶

6 Para maior compreensão das dinâmicas socioeconômicas da Tríplice Fronteira em questão ver: LACERDA, Luiz Felipe. A fronteira vivida e os processos de subjetividade. In: *Práticas e saberes Psi: Novos desafios para prática dos psicólogos*. v. 2. São Paulo: Abrapso, 2015.

Os primeiros anos da década de 90 mostram claramente o ápice e a generalização da globalização mundial mercantil entre as nações (representada pela alta volatilidade do dinheiro e o fortalecimento das empresas multinacionais). Como resposta à invasão dos capitais externos na Amazônia, os países sul-americanos assinam o Tratado de Cooperação Amazônica que “reflete uma visão geopolítica defensiva e pragmática da integração regional, assim como defende o fortalecimento da soberania por parte dos países amazônicos.” (SILVA, 2009, p. 222).

Esse Tratado, apesar de assinado pelos ministros das relações exteriores de oito países sul-americanos, ficou no papel até a metade da década de 1990, quando pressões internacionais em defesa da Amazônia, a morte de militantes socioambientalistas como Chico Mendes, os estudos consolidados sobre os impactos socioambientais dos meios hegemônicos de produção, assim como a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), retomaram esse Tratado, elevando-o, por determinação da Agenda 21⁷, ao status de Organização, hoje sediada em Brasília (SILVA, 2009)⁸.

A Tríplice Fronteira, no fluxo contrário ao empobrecimento gradual da maior parte dos países latinos, ao longo da década de 90 acelera sua economia, principalmente através das políticas de incentivos e atração do funcionalismo público implantadas com a criação de diversos departamentos e instituições públicas nos anos anteriores e o altíssimo fluxo de capital movido pelo mercado ilegal de entorpecentes, assim como através da venda de peixes e madeira para as diferentes capitais nacionais.

Ao término desse período, estudiosos peruanos, colombianos e brasileiros promulgavam significativas críticas às políticas públicas desenvolvidas pelos Estados-Nação ao território Amazônico e fronteiriço. Nessas análises a política pública aparece extremamente precariza-

7 Foi um dos mais importantes resultados da Rio-92 ou Eco-92, define a responsabilidade de todos os setores da sociedade no combate aos danos socioambientais. Cada país desenvolve sua própria Agenda 21, no Brasil, ela é articulada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Questiona os conceitos convencionais de progresso e intima as indústrias e governos ao planejamento de larga escala para redução de emissão de gases tóxicos.

8 Recentemente a Faculdade Dom Helder Câmara, através da produção do V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia – Integrar e Proteger sistematizou as palestras de Borges e Gonçalves em um artigo de importante contribuição a este tratado, intitulado: *Pan-amazônia, 40 anos do Tratado de Cooperação, passando pelas palavras de Armando Mendes: será que nada mudou?*

da, descolada da realidade dos moradores e da cultura local. Ademais, os Governos locais, através da estrutura pública mínima e obrigatória, faltam em seus serviços mais básicos; a lógica familiar é quase sempre submetida à lógica mercantil e há profunda carência de estruturas democráticas que realizem a mediação adequada entre a população e os órgãos de poder. Da mesma forma, apesar de avançarem acordos internacionais entre os três países, na realidade palpável muito pouco se mostrava efetivo no âmbito da cooperação internacional.

A falta de uma política eficiente no setor produtivo, por exemplo, afeta particularmente as famílias dos pequenos produtores rurais, em particular os moradores das áreas de várzea, que são responsáveis pelo abastecimento dos mercados urbanos com produtos agrícolas como a farinha, a banana etc. Apesar da importância da produção gerada por esse segmento social para a economia da região, não se observa por parte do poder público a promoção de políticas públicas que atendam as demandas da população (ALENCAR, 2008, p. 1).

Talvez o exemplo mais recente, nos tempos atuais a respeito dessas formas de intervir no território amazônico, revela-se na realidade peruana do departamento de Loreto que atrelou grande parte de sua economia, assim como o financiamento das instituições públicas de fiscalização, ensino e pesquisa e às políticas públicas sociais e ambientais à extração desenfreada de petróleo da Amazônia peruana. Este petróleo, além de deflagrar danos socioambientais gravíssimos e sobreposições a territórios indígenas, vem promovendo o fechamento de inúmeros programas e instituições, por causa da queda de seus valores no mercado internacional.

Embasados nestes estudos históricos recentes que analisam os modos de intervenções dos estados nacionais na Amazônia, perceberemos que as questões culturais das comunidades tradicionais da Tríplice Fronteira, por se encaminharem originalmente através de determinada lógica coletiva e harmônica com os aspectos naturais, tornam-se praticamente incompatíveis com as premissas desenvolvimentistas dos Estados que, quando muito, aderem ao discurso cultural e associativo, subsidiado exclusivamente por interesses de crescimento mercantil que

não tem nenhuma ligação com as reais motivações ou necessidades das populações locais.

Para tais populações, suas ações e interesses parecem partir de uma micropolítica embasada na cosmovisão de vida partilhada, ações de solidariedade e compartilhamento dos recursos naturais existentes no contexto da Tríplice Fronteira, demandando políticas públicas de integração nas mais diversas dimensões dos desafios que acometem a região. A história da Tríplice Fronteira, ao final, deflagra políticas públicas governamentais que respondem mais aos interesses dos centros deliberativos de cada país e aos interesses econômicos internacionais, do que especificamente aos interesses da população local.

La división y la fragmentación nacionales han marcado indudablemente la vida de los pueblos de la frontera amazónica a lo largo del último siglo. Esto ha sido posible por la implementación en los territorios delimitados, de una batería de políticas públicas relativas a la organización, la defensa, la administración y el gobierno de un espacio amazónico fragmentado; a políticas educativas, lingüísticas y de comunicación que refuerzan las identidades nacionales y ocultan o debilitan las identidades étnicas y regionales o a la organización de las economías amazónicas de cada país, también bajo bases nacionales. A pesar de esto, aún subsisten, se retroalimentan y recrean constantemente, muchas de las condiciones materiales y humanas en las zonas de contacto de nuestras naciones, como para permitirnos hablar de sociedades, economías y formas organizativas que subsisten más allá de los estrechos marcos nacionales, y por lo tanto, de la existencia y dinamismo de una región fronteriza que hasta el momento continúa invisible, sobre todo para los tomadores de decisiones instalados en las capitales de los países amazónicos (MOTTA; RAMIREZ; BOTÍA, 2016).

Conclui-se que os aspectos históricos que acometem negativamente a Tríplice Fronteira, suas populações e sua biodiversidade, encontram origem em determinada maneira de produzir política e bens de consumo. Esta maneira atravessa o tempo desde a chegada dos colonizadores até as contemporâneas políticas públicas nacionais. Este modo de relacionar-se com a Amazônia, colocando-a sempre em situação de serventia a interesses externos e secundários, é fonte de profundas injustiças socioambientais que permeiam este território e afetam suas populações até os dias de hoje.

ASPECTOS ATUAIS E GERAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Peru

O Peru é uma república presidencialista democrática dividida em 25 regiões, onde o presidente é eleito por voto direto e obrigatório para um mandato de cinco anos, sem possibilidade de reeleição. Entre suas principais atividades econômicas estão a agricultura, a pesca, a exploração mineral e a manufatura de produtos têxteis, além do enfoque específico no turismo em determinadas regiões.

Do ponto de vista da macroeconomia, há estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2011) que consideram o Peru um país em desenvolvimento com a pobreza atingindo 31,3% da população. A língua espanhola é o idioma oficial e a população está estimada em 29,5 milhões. Atualmente (junho de 2016), o país passou por eleições presidenciais, elegendo como presidente, o ex-economista do Banco Mundial, Pedro Pablo Kuczynski. Pedro Pablo renunciou ao cargo de presidente em 21 de março de 2018, após um grande escândalo de compra de votos de aliados políticos em troca de obras. Muitos afirmam que sua renúncia foi uma manobra antecipada para evitar a cassação política na Câmara. Assumiu assim, o vice-presidente Martín Vizcarra, engenheiro civil e político, pertencente ao Partido Peruanos por el Cambio do qual é o presidente. Foi a primeira vez na história do país que um presidente renunciou.

Loreto é o departamento peruano que compõe a Tríplice Fronteira com Brasil e Colômbia. Fundado em 1866 e possuindo aproximadamente 900 mil habitantes, é o departamento com maior extensão territorial do país, ocupando 28% do território nacional. Com seu governador, Fernando Meléndez, com mandato até 2018, tentou reverter os impactos negativos de uma economia praticamente subsidiada pela

extração do petróleo. O departamento é dividido em oito Províncias⁹. Mariscal Ramón Castilla é o departamento que possui interface com a Tríplice Fronteira, apesar de sua capital, Cavallococha, com aproximadamente 55 mil pessoas, estar localizada aproximadamente a 70 km de Tabatinga e Letícia.

HABITANTES	
Peru	29.500.000
Loreto	884.144
Iquitos	438.000
Caballococha	54.635
Santa Rosa	3.945

Santa Rosa, por sua vez, é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilla, circunscrita ao departamento de Loreto. A ilha é responsável pela interface peruana diretamente vinculada aos municípios de Tabatinga e Letícia, compondo a Tríplice Fronteira. Fundada em 1974, Santa Rosa conta com aproximadamente quatro mil pessoas.

De acordo com Jack Ivan Yovera Peña, prefeito de Santa Rosa (2016), devido a um fenômeno natural que destruiu a comunidade de San Juan de Ramón Castillo, as famílias residentes nessa localidade, quando migraram, trouxeram com eles a estátua da gruta de Santa Rosa, padroeira da polícia, da municipalidade, das escolas e das igrejas. Pelo fato de isso ter ocorrido no mês de agosto, quando são realizadas as homenagens a esta santa, deu-se o nome de Santa Rosa a esta comunidade.

Chama a atenção que nessa área da fronteira amazônica se encontra a segunda maior reserva indígena do Brasil e uma das maiores das Américas. No Vale do Javari (nome da região) vivem seis povos (Mayuruna, Marubo, Matis, Kulina, Kanamary e Kurubo), totalizando aproximadamente 6.000 indígenas, distribuídos em 52 Aldeias, além dos indígenas considerados sem contato contínuo ou isolados. (SESAI, 2013).

9 Maynas, Alto Amazonas, Datem Del Maranon, Loreto, Mariscal Ramon Castilla, Requena, Ucayali e Putumauo.

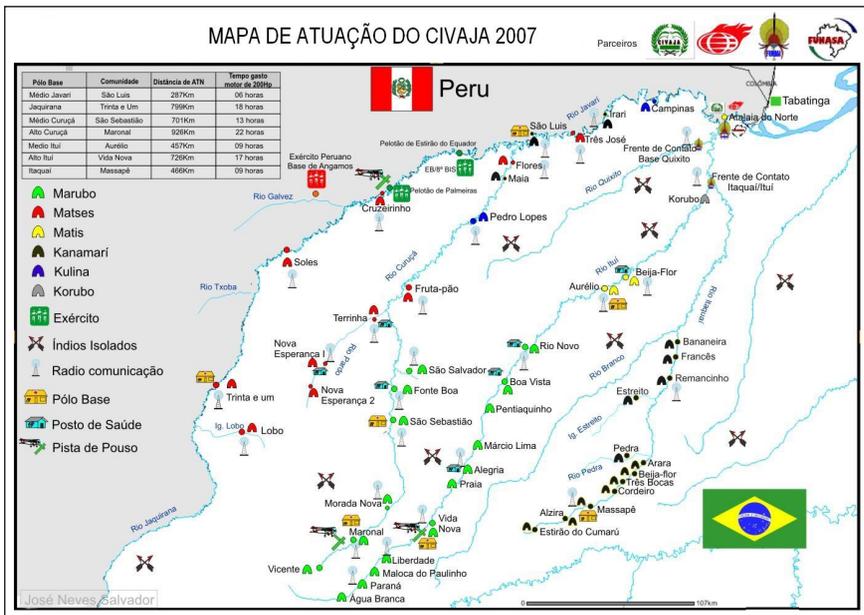


Imagem 8: Mapa do Vale do Javari

Fonte: UNIVAJA, 2012.

Colômbia

A Colômbia é o terceiro país no mundo com maior número de falantes da língua espanhola, junto com México e Espanha e o segundo país mais populoso da América Latina, com aproximadamente 46 milhões de pessoas. Possui 32 departamentos que seguem o regime de República Presidencial Democrática Representativa e, de acordo com a Constituição vigente de 1991, o governo é dividido em três poderes: executivo, legislativo e judiciário¹⁰, com regime de eleições diretas a cada quatro anos.

Em 2014, Juan Manuel Santos foi reeleito presidente em segundo turno, com um total aproximado de 46% dos votos, lembrando que, na Colômbia, o voto não é obrigatório. Em 2015, atingindo 0,711 pontos, o país encontrava-se no 97º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Manuel Santos chamou a atenção mundial

10 No caso judiciário, chama a atenção que os 23 juízes são divididos em três câmaras específicas, a saber: Penal, Civil e Agrário e do Trabalho.

por coordenar os esforços de paz com grupos guerrilheiros paramilitares que há décadas atormentam o país. Nas eleições diretas de abril de 2018, Iván Duque Márquez, advogado, ex-senador e político considerado de direita, assume a presidência da república.

A Colômbia, na Tríplice Fronteira, torna-se partícipe através do Departamento do Amazonas, com os Municípios de Letícia e Puerto Nariño e seus oito corregimentos¹¹, com 74.541 habitantes dentro de 109.665 km² de território. Sua constituição enquanto território independente é recente; até 1991 era considerado território nacional. O departamento possui extrema influência nas populações indígenas, que representam 42,84% da população total e, entre elas, destacam-se as descendentes do tronco linguístico Arawak e os Tikunas.

A capital, Letícia, com aproximadamente 41 mil habitantes, compartilha uma linha terrestre e difusa com a cidade brasileira de Tabatinga. A única demarcação entre Brasil e Colômbia, neste caso, é uma rua que estabelece um limite jurídico e geopolítico entre os dois países. O fluxo entre os países é livre, não oferecendo empecilho ao trânsito das populações vizinhas, a não ser esporádicas ações de vigilância e segurança pública exercidas pelos órgãos de competência.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Departamento do Amazonas 2012-2015, o desenvolvimento jurídico do território pode ser apresentado nas seguintes etapas:

- 1822: Departamento de Azuay, compreendendo desde Boyacá até o território atual de Peru durante a existência da Gran Colômbia;
- 1858: Território Nacional de Caquetá, parte do Estado Soberano de Cauca;
- 1886: Estado Soberano de Cauca se converte em Departamento de Cauca;
- 1928: Comissária de Amazonas;
- 1931: Intendência do Amazonas;
- 1943: Comissária Especial do Amazonas;
- 1951: Intendência Nacional do Amazonas;
- 1957: Comissária Especial do Amazonas;
- 1991: Departamento do Amazonas.

11 El Encanto, La Chorrera, La Pedrera, Mirití-Paraná, Araracuara, San Rafael, Puerto Santander e Tarapacá.

Apesar das similaridades, existem diferenças determinantes entre as duas cidades (Letícia e Tabatinga) alavancadas, em grande parte, pelos aspectos econômicos movidos no mercado local colombiano, que oferece maior quantidade de mercadorias, bens e serviços.

HABITANTES	
Colômbia	45.000.000
Amazonas	74.541
Letícia	40.673

Segundo o Plan del Desarrollo: 2008-2011(2011), a história de Letícia, fundada em 25 de abril de 1867 pelo capitão Benigno Bustamante, é multiétnica. Atualmente é a cidade mais importante ao sul da Amazônia colombiana, estando a uma distância de 1.140 km de Bogotá. Localizada no trapézio amazônico, à margem esquerda do rio Amazonas, mesmo que fique distante da capital federal e de outras municipalidades importantes do país, Letícia constitui estratégico porto fluvial e comercial com o Brasil e o Peru. Na capital Letícia habita 60% da população do departamento do Amazonas colombiano. Atualmente a economia se apoia na comercialização de peixe para grandes cidades colombianas e, localmente, pelo setor de prestação de serviços, comércio de importados e casas de câmbio.

Brasil

O Brasil, por sua vez, com uma população de aproximadamente duzentos milhões de pessoas, é uma República Federativa, sendo o maior país do continente e o quinto maior do mundo. Ocupa 47% do território latino-americano, sendo formado pela união de 26 Estados, mais o Distrito Federal, somando 5.570 municípios. Sua Constituição vigente é de 1988 e prescreve uma estrutura de poder público tripartite entre executivo, legislativo e judiciário. Com eleições diretas e voto obrigatório, os mandatos dos governantes são de quatro anos, podendo concorrer à reeleição por mais um período de igual tempo. Em 2014, o Brasil ocupava o 75º lugar no IDH entre os países componentes das Nações Unidas.

O Brasil tem passado por profundas conturbações políticas tendo sido preso e sentenciado (2017) seu ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma referência política no campo das esquerdas latino-americanas e mundiais; sua sucessora, Dilma Rousseff, sofreu o impedimento (2016) e a cassação de seu segundo mandato, justificado pela oposição por improbidade administrativa e interpretado enquanto golpe de estado pela situação. Diversos líderes políticos, inclusive o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que liderou o processo de impedimento da ex-presidente foram presos por escândalos de corrupção e alianças inescrupulosas entre empresas e governo foram desmascaradas levando também à prisão alguns dos mais importantes empresários do país. O Brasil passou, em 2018, por um processo eleitoral de profunda polarização e intolerância política acabando por eleger o candidato Jair Bolsonaro, da extrema-direita, militarista e sofrendo ainda, de consecutivas tragédias socioambientais protagonizadas pelo descaso do poder público e das empresas de mineração, como os casos de Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais, que, além de agressões à natureza, resultaram em mais de 200 mortes.

O Estado brasileiro circunscrito na região da fronteira em questão é o Estado do Amazonas, com aproximadamente quatro milhões de habitantes e a maior extensão territorial no Brasil, possuindo 62 municípios, quatro mesorregiões e treze microrregiões. Sua capital, Manaus, abriga mais da metade da população estadual.

Na Tríplice Fronteira, o Brasil encontra-se representado pela municipalidade de Tabatinga, com aproximadamente 61.000 habitantes (IBGE, 2014). Fundada em 1º de fevereiro de 1983, Tabatinga apresenta uma economia local movida basicamente através dos vencimentos do funcionalismo público e da subsistência de pequenos comércios e agriculturas de cunho familiar. Segundo Ataíde (2014), seu passado remete, em 1766, a iniciativa de portugueses e jesuítas, fundando o Forte São Francisco Xavier, o qual foi elevado à categoria de Freguesia em 1833.

HABITANTES	
Brasil	202.000.000
Amazonas	2.057.711
Tabatinga	61,028
Benjamin Constant	39.484

Tabatinga encontra-se a uma distância de 1.607 km, por via fluvial, da cidade de Manaus, possuindo uma área total de 3.239,3 km². Na etimologia da palavra “o sentido de Tabatinga é TAUA. Originalmente Tauatinga, e para melhor fonética em Português, Tabatinga. TAUA origina-se da língua indígena tupi que significa terra, barro e TINGA é branco, claro, branco” (FERRARINI. 2013, p. 19). Desta forma, lugar de Barro Branco.

Relações fronteiriças

Trataremos das relações estabelecidas de maneira qualitativa e quantitativa com elementos de significativa representatividade na composição da dinâmica e do tecido social deste território. Ilustraremos as divisões populacionais entre homens e mulheres, população urbana e rural, interpelação entre estruturas e equipamentos sociais, caracterização étnica das principais populações indígenas, benefícios e motivações em se viver na fronteira. Aproveitaremos, também, estatísticas e taxas de mortalidade, natalidade, entre outras.

Descritos os aspectos gerais nacionais, estaduais, departamentais e municipais que caracterizam as interfaces da Tríplice Fronteira e apoiados nos estudos de Neto (2010), podemos observar a distribuição populacional referente às questões de gênero, assim como a proporcionalidade urbana e rural do território.

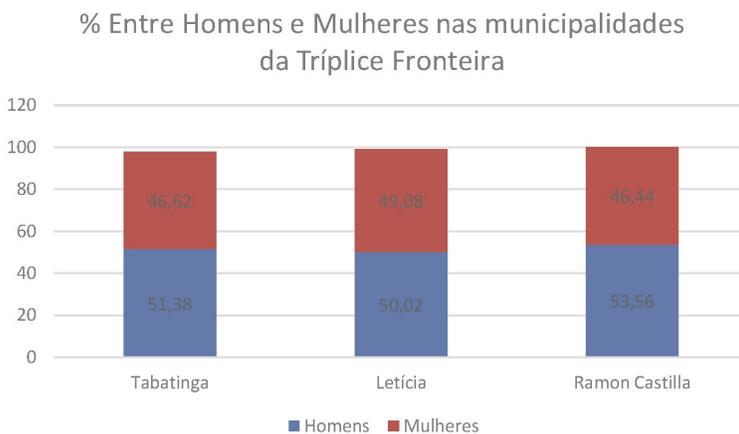


Gráfico 1: Distribuição de Gênero na Tríplice Fronteira (Homens em Azul, Mulheres em Vermelho).
Fonte: autor, adaptado de Neto (2010).

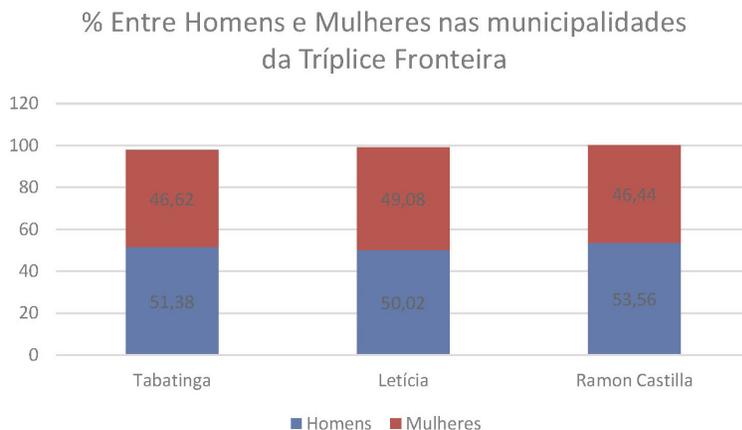


Gráfico 2: Distribuição entre Urbano e Rural na Tríplice Fronteira (Urbano em Azul, Rural em Vermelho).
Fonte: autor, adaptado de Neto (2010).

O caráter urbanizado da Tríplice Fronteira denuncia os principais problemas de saúde pública e de meio ambiente, assim como demonstra o êxodo e as fragilidades que sofrem as comunidades rurais, sejam indígenas ou ribeirinhas, principalmente no tocante à permanência da juventude nessas localidades.

Apesar de processos históricos distintos, representados por países também com diferentes perspectivas sociais e econômicas a respeito de seus territórios de fronteira, GOMEZ (2015) elucida pontos comuns entre os territórios que constituem a Tríplice Fronteira como o livre fluxo de pessoas e comércio e significativas correlações e interdependências de insumos básicos e prestação de serviços entre os territórios e suas populações.

Na Tríplice Fronteira, Brasil, Colômbia e Peru compartilham uma vasta zona de selva; não contam com interligações fixas e seguras com os demais territórios de seus respectivos espaços nacionais; significativa heterogeneidade cultural e baixíssima densidade demográfica; vocação econômica voltada ao extrativismo e à agricultura familiar; alta taxa de desemprego e informalidade; distantes dos centros nacionais de deliberação e poder político e, por fim, significativa integração local da cultura e da economia. (GOMEZ, 2015).

Euzébio (2014) também desenvolve detalhado estudo sobre as similaridades de Letícia e Tabatinga, geralmente descritas como cidades gêmeas. A tabela a seguir elucida as preposições do autor:

Objetos e serviços compartilhados	Relação	Observação
Aeroportos	Compartilhados	Para turistas leticianos e tabatinguenses dispensa-se passaporte.
Portos	Não compartilhados	Distintos controles aduaneiros.
Telefonia móvel	Compartilhada	Zonas de cobertura são sobrepostas.
Escolas Privadas	Compartilhadas	Sem distinção de nacionalidade.
Escolas Públicas	Compartilhadas	Mediante Comprovante de Residência em mesmo território nacional que a escola.
Universidade Pública	Não compartilhado	Por ser pública é exclusiva para brasileiros. Em Letícia, para pós-graduações aceita-se brasileiros mediante pagamento, porém os certificados não são automaticamente reconhecidos pelo MEC.
Hospital Público	Compartilhado	Sem distinção de nacionalidade, contudo, relatos demonstram resistência dos médicos, em Letícia, em atenderem brasileiros.
Clubes de laser	Compartilhados	Sem distinção de nacionalidade.
Comércio em geral e de combustíveis	Compartilhado	No varejo, dentro de certa cota legal.
Moradia	Unilateral	Colômbia não permite a moradia de estrangeiros ilegais em Letícia; Brasil permite.
Cursos Técnicos e Línguas	Compartilhados	Complementares (convênios).
Mercado de Trabalho	Não compartilhado	Colombianos não permitem empregar brasileiros ilegais; Brasil permite, mas a fluência na língua portuguesa é um pré-requisito.
Direito e Deveres	Não compartilhado	Cada território aplica sua legislação.

Tabela 2: Elementos compartilhados na Tríplice Fronteira.

Fonte: Euzébio (2014, p. 16).

Com os estudos de Gomez (2015) e Euzébio (2014), evidenciam-se duas perspectivas a respeito da fronteira: por um lado, existe o compartilhamento entre as populações locais de diversos aspectos culturais, econômicos e sociais, contudo, existe uma dificuldade real de integração e colaboração quando se trata de aspectos legais e jurídicos, assim como de efetivação de políticas públicas colaborativas. Por um lado, a fiscalização colombiana mostra-se mais resistente à permeabilidade de sua fronteira frente às possíveis oportunidades de moradia, trabalho ou assistência aos brasileiros, por outro lado, a legislação brasileira mostra-se mais resistente à construção de políticas integrativas nos âmbitos fiscais, econômicos, socioambientais e sociais.

A Tríplice Fronteira, denominada desde a década de 1930 por Backheuser de *puncti dolens*, um ponto doloroso da inflexão geopolítica, apresenta uma dinâmica territorial marcada por fragmentadas ações estatais, mais frequentes por parte do Brasil e da Colômbia, em menor intensidade pelo Estado peruano. Isto se deve à maior integração existente entre os dois núcleos urbanos – Tabatinga, no Estado do Amazonas brasileiro, e Letícia, no Departamento do Amazonas Colombiano, que abrigam representações institucionais de ambos os países. (NOGUEIRA; NETO, 2015, p. 514).

De qualquer forma, ao compartilharem aspectos semelhantes no contexto amazônico e fronteiro, com problemáticas generalizáveis a todo território, Tabatinga, Santa Rosa e Letícia compartilham desafios. GOMEZ (2015) nos apresenta quais são estes desafios: a depreciação das riquezas naturais em grande parte oriunda da falta de vigilância sobre a extração de elementos das florestas e a falta de planos públicos de gestão para os resíduos sólidos e orgânicos; a delinquência juvenil e grupos relacionados ao tráfico de drogas em âmbito local, nacional e internacional, oportunizada por falta de emprego e programas sociais específicos; falta de um mercado de trabalho local que absorva o contingente populacional desempregado; falta de políticas públicas integrativas na área da educação e da saúde¹² e a falta de um plano compartilhado para o turismo e a segurança pública.

12 Para saber mais sobre a saúde na Tríplice Fronteira: Levino A, Carvalho EF. Análise comparativa dos sistemas de saúde da Tríplice Fronteira: Brasil/Colômbia/Peru. 2011; 30(5): 490–500.

A partir das três nações, a fronteira é composta por realidades indígenas e ribeirinhas de diversas origens e etnias. Ainda, recentemente, o lado brasileiro contava com novos integrantes oriundos do Haiti. Essa miscigenação contribui para a riqueza cultural da região, mas também aponta para desafios sociais que ainda não foram superados, como a ampliação da oferta de trabalho, a melhor adequação de políticas públicas às realidades indígenas, à diversificação produtiva em áreas ribeirinhas e o enfoque multicultural no campo educacional.

Populações indígenas mais expressivas na Tríplice Fronteira:

Colômbia:	Peru:	Brasil:
Tikuna (9.674)	Chayahuita (13.700)	Tikunas (46.045)
Uitoto (6.444)	Kokama (9.422)	Kokama (9.336)
Yucuna (550)	Aguaruna (5.249)	Kanamari (3.167)
Kokama (5.232)	Yagua (3.487)	Marubos (1.705)
	Tikuna (1.787)	Matsés (1.592)
	Matsés (1.177)	Cambeba (780)
	Uitoto (1.136)	Matis (590)

(SESAI, 2015; FUNAI 2015; ISA, 2016).

De maneira inegável, viver na fronteira significa viver a multiculturalidade em suas expressões mais concretas como a linguagem, a gastronomia, a economia e o folclore. A composição desses elementos, em cada pessoa, cria um rico mosaico que caminha na tendência do altruísmo e da empatia, visto a necessidade cotidiana de aceitar e conviver com as diferenças. Como aponta Veronese (2004), na fronteira há de se inventar tudo, pois o contexto é novo e inesperado; existe pouca demarcação sobre quem é e quem não é membro deste espaço e as relações são mais fluídas e abertas. A fronteira constitui-se por um constante processo de reconstrução e reinvenção.

Pesquisas recentes demonstram as motivações das pessoas para viver na Tríplice Fronteira:

- 51% nasceram na fronteira e/ou possuem familiares na cidade fronteiriça;
- 22% moram na fronteira devido aos estudos;
- 10% por motivo de trabalho;
- 7% pelo acesso a bens e comércio;
- 6% pelas condições de vida;
- 2% por falta de opção.

Tabela 3 : Motivações para viver na Tríplice Fronteira.

Fonte: LACERDA, 2015.

Dentre 30 entrevistados, respeitando a proporcionalidade de dez pessoas para cada nacionalidade, entre brasileiros, colombianos e peruanos, surgem as seguintes respostas ao afirmarem quais os principais benefícios em se viver na fronteira:

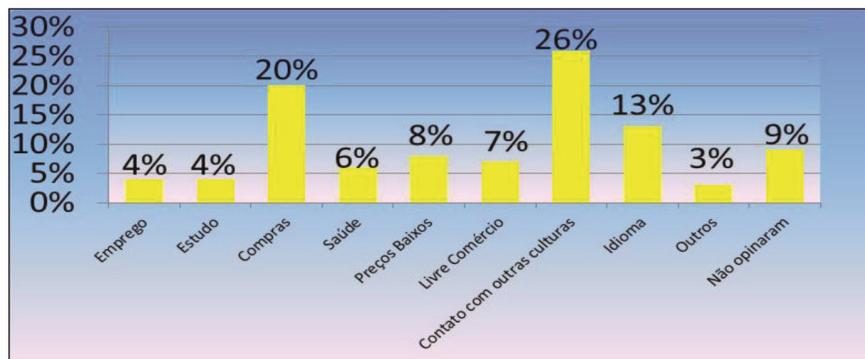


Gráfico 3: Principais Benefícios em Viver na Fronteira.

Fonte: LACERDA, 2015.

Despontam, portanto, os benefícios relacionados ao contato com diferentes culturas, seguido das compras referentes ao mercado de Leticia. Em terceiro lugar vem a possibilidade de aprender outro idioma. Tais informações comprovam que os habitantes da fronteira apresentam uma tendência generalizada em percebê-la enquanto espaço de integração e aprendizados, e não como território limítrofe entre países distintos.

No tocante à expectativa de vida na perspectiva e futuro na fronteira, os moradores assinalam o desejo da casa própria, a melhoria na qualidade do comércio, melhores condições de trabalho, mais segurança, valorização do ensino e eficácia dos serviços de saúde. (LACERDA, 2015).

Referente às maiores dificuldades em se viver na fronteira, sem distinções de países, os moradores relatam as ilegalidades, a criminalidade, a desvalorização da moeda brasileira frente ao peso colombiano, o desemprego, a baixa qualidade da internet e a falta de saneamento básico. (LACERDA, 2015).

As falas dos entrevistados migrantes apontam motivações para viver na área de fronteira ligadas às melhorias na qualidade de vida, estudos, saúde, policiamento e, principalmente, trabalho, comércio e benefícios sociais. Estes migrantes, em 90% dos casos peruanos, derivam de locais com extrema precariedade nas estruturas básicas e serviços

que deveriam suprir a vida cotidiana de suas populações, como o caso de Santa Rosa. Uma migração, portanto, impulsionada por motivos socioeconômicos, na maioria das vezes.

Aqui é melhor de viver, de trabalhar, o dinheiro vale mais e dá para ir e vir para o lado de cá toda hora, é só atravessar o rio, mas, passou dali do meio, tem que saber que aqui tem outra lei. (Juan, 36 anos, peruano, comerciante da feira municipal de Tabatinga).

Sobre a questão da segurança pública, houve unanimidade entre os grupos entrevistados de que a situação da fronteira não é boa, principalmente nos territórios brasileiros e peruanos. Afirmam melhor controle a partir do início do trabalho da Força Nacional¹³ no território brasileiro. Mostra-se, também, referente aos relatos brasileiros, uma desconfiança sobre a Polícia Militar local e um senso comum de inoperância das Forças Armadas frente à temática da segurança pública. A população colombiana, por sua vez, mostrou-se bem mais a contento com a atuação de suas forças de segurança, mostrando respeito e confiança no trabalho da Polícia Nacional (LACERDA, 2015).

A contradição neste aspecto fica por conta de a fronteira apresentar-se como um espaço hipermilitarizado e com significativos índices de criminalidade. Contudo, devemos ressaltar que a violência não é uma situação generalizada e gratuita; na fronteira, ela geralmente segue por um restrito circuito de pessoas e lugares especificamente envolvidos com o narcotráfico ou crimes passionais, raramente relatam-se mortes oriundas de assaltos ou furtos, por exemplo.

Os Aspectos Gerais, portanto, desenham uma Tríplice Fronteira com maior correspondência entre Brasil e Colômbia, apesar de a Colômbia destacar-se positivamente nos relatos coletados em relação à qualidade de vida. Por sua vez, os territórios peruanos, fragilizados pelo abandono público, mostram-se precários nos intercâmbios formais, apesar de suas marcas culturais estarem espelhadas por todo território e por sua agricultura subsidiar grande parte dos mercados locais de produtos primários.

13 A Força Nacional é uma esquadra especial, selecionada entre os integrantes das polícias militares de todos os estados da Federação, tendo como principal objetivo a vigilância das fronteiras e a apoio a áreas críticas de insegurança social.

A tabela a seguir, proposta por Neto (2010), elucida outras dimensões no comparativo entre os países e departamentos/estados:

INDICADORES CALCULADOS PARA O ANO DE 2009	PAÍSES			UNIDADES FEDERADAS		
	BRASIL	COLÔMBIA	PERU	AMAZONAS (BR)	AMAZONAS (CO)	LORETO (PE)
Taxa de Crescimento Populacional (%)	1,3	1,4	1,4	2,7	2,0	1,3
Taxa de Mortalidade Infantil (Óbitos/1000 nascidos vivos)	22,18	19,90	28,70	23,60	13,05	27,60
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	73,53	73,20	71,20	72,44	68,74	70,70
Taxa de Natalidade (Nascidos vivos pela população por 1000)	15,24	20,60	21,03	19,71	30,40	27,42
Taxa de Fecundidade (Nascidos vivos por mulher em idade fértil – 15 a 49 anos)	1,76	2,45	2,60	2,05	4,07	3,60
Renda Per capita (PIB por habitante/ano em dólares americanos)	12.688	8.891	6.715	11.829	-	1.146
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,813	0,807	0,806	0,780	-	0,529
Taxa Bruta de Mortalidade (Óbitos de residentes pela população residente por 1.000)	6,24	5,81	5,99	4,45	5,63	4,91
Taxa de Migração (por 1000)	0,00	-2,26	-1,14	1,74	-8,43	-8,37

Tabela 4: Comparativo de Indicadores sociais entre países e Estados/ Departamentos.

Fonte: Neto (2010, p. 67).

Destaca-se, pela tabela, a baixa taxa de mortalidade infantil no departamento colombiano do Amazonas, em correlação com sua esperança de vida um pouco mais baixa em relação aos demais territórios. Por sua vez, no Amazonas brasileiro sobressai o baixo índice de natalidade e fecundidade no comparativo aos territórios vizinhos, enquanto que Loreto, no Peru, apresenta a maior taxa de mortalidade infantil.

ASPECTOS LEGAIS: TRATADOS INTERNACIONAIS VIGENTES

A seguir explicitaremos, de maneira tópica, os principais acordos e tratados internacionais existentes entre os três países partícipes da fronteira em estudo:

- *Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) – 1978*

Assinado entre todos governantes que possuem territórios na floresta amazônica, o tratado busca priorizar nas agendas públicas nacionais o desenvolvimento, o cuidado e a preservação dos aspectos tradicionais da Amazônia e seus povos. Apresenta como objetivos: melhorar o nível de vida destas populações gerando atividades produtivas e fontes de trabalho sustentável; articular econômica, social e culturalmente as regiões amazônicas com as demais partes dos países, assim como criar um mercado transfronteiriço; propor normas e dispositivos legais para o aumento da equidade entre os povos da fronteira; consolidar mecanismos para a execução de projetos binacionais através do acordo de comissões de vizinhanças sobre temáticas específicas.

Desde 1995, o TCA conta com um escritório físico em Brasília, responsável pela implementação de tais objetivos e a articulação nacional e internacional entre governos, entidades públicas, privadas e do terceiro setor, envolvidas com a Amazônia.

- *Áreas de Livre Comércio de Tabatinga (ALCT) – Tabatinga, 1989*

Estende o regime jurídico-tributário da Zona Franca de Manaus às áreas específicas da Amazônia Legal reguladas pela SUFRAMA. Tabatinga foi a primeira área a gozar de livre comércio de importação e exportação com regime fiscal especial, tendo a finalidade de promover o desenvolvimento da região da fronteira oeste.

- *Unidade Especial de Desenvolvimento Fronteiriço (UEDF) – Letícia, 1999*

Área de livre comércio que concede regime de isenção fiscal para importação e exportação de Letícia (COL), tendo a finalidade de criar condições especiais para o desenvolvimento econômico e social da localidade de fronteira e integrá-la com os países vizinhos.

- *Zona de Integração Fronteiriça Colombo-Peruana – Decreto n. 501, de junho de 2001*

Sanciona, em âmbitos territoriais, acordos entre países fronteiriços pertencentes à comunidade andina com o objetivo de sanar problemas de cunho bilateral, através de programas e ações de prevenção. Destina-se, com maior enfoque, as questões de segurança pública e a gestão de recursos hídricos.

- *Acordo Brasil-Colômbia, de junho de 2002*

Visa a criação de um Comitê de Fronteira, liderado pelos Cônsules da Colômbia vivendo em Tabatinga e do Brasil vivendo em Letícia, com o objetivo de articular atores públicos e privados, locais e regionais, em torno dos objetivos e problemáticas características deste território.

- *Acordo Brasil-Peru – Decreto n. 5.537, de 13 de setembro de 2005*

Acordo que facilita o trânsito de brasileiros em território peruano e de peruanos em território brasileiro, portando apenas as cédulas de identidades nacionais, possuindo, assim, livre direito de ir e vir. Recebeu adendo posterior, através do decreto n. 5.931, referente à Transferência de Presos entre estas nações.

- *Acordo Brasil-Colômbia, de 2005*

Acordo que facilita o trânsito de brasileiros em território colombiano e de colombianos em território brasileiro, portando apenas as cédulas de identidades nacionais, possuindo, assim, livre direito de ir e vir.

- *Acordo Brasil-Colômbia, de junho de 2006*

Reflete as perspectivas de um memorando a respeito da educação nas fronteiras e, com isso, designa a prevalência do português e do espanhol como línguas estrangeiras nas escolas de fronteira.

- *Acordo Brasil-Colômbia-Peru, de julho de 2008*

Firmado pelos três presidentes em conjunto com seus ministros da defesa, objetiva viabilizar planos e ações de controle e fiscalização dos rios que demarcam as fronteiras entre estes países.

- *Zona de Regime Especial Fronteiriço para Tabatinga e Letícia (ZREF) – 2008*

Estabelece uma legislação especial aplicável ao consumo e comercialização exclusiva entre e dentro da área urbana das duas cidades vizinhas, com redução ou isenção de tarifas e impostos de exportação e importação.

- *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) – Brasil, 2008*

Visa o fortalecimento legal e a institucionalização da faixa de fronteira brasileira, contemplando o fortalecimento da cidadania, das potencialidades e do empreendedorismo locais. No caso brasileiro, abrange onze unidades da Federação e 588 municípios. Apresenta uma margem limítrofe de cunho, gestão e responsabilidade federal entre o Brasil e países vizinhos. Assim como, dispõe de prerrogativas e critérios para possíveis construções, explorações e empreendimentos nessas faixas.

- *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) – Brasil, 2008*

Instituídos em 1993, os Comitês de Vizinhança são os principais espaços de interlocução entre os três países. Destaca-se o processo de flexibilização aduaneiro entre as duas cidades gêmeas, tramitando no senado colombiano e já aprovado no brasileiro; um acordo de formação profissional entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – Brasil) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA – Colômbia) que ainda não apresentou manifestações concretas na região e um plano de cooperação de saúde na fronteira entre as instituições públicas de saúde, que timidamente desenvolve cooperativamente ações pontuais de prevenção (CIMI, 2015; EUZÉBIO, 2014; 2010; STEIMAN, 2002).

Cabe frisar que, apesar do largo manancial de elementos jurídicos indicando possibilidades de cooperação transfronteiriça, na prática cotidiana da Tríplice Fronteira quase nada se percebe de maneira efetiva em relação às ações cooperadas entre instituições públicas e governamentais nas mais diversas dimensões que compõe a sociedade local. Gomez, em entrevista para este diagnóstico, salienta que existe certa dependência dos poderes locais em relação aos poderes nacionais frente à possibilidade de deliberar ações concretas nos territórios de fronteira. Soma-se a isso, de acordo com Botía, também em entrevista para este diagnóstico, o histórico desinteresse dos governos nacionais em incentivar a integração de maneira formal na Tríplice Fronteira Amazônica, visto a pouca contribuição que este território pode dar para o desenvolvimento econômico dos países.

A falta de poder deliberativo local das instituições públicas e a falta de incentivo político nacional, respalda a percepção popular de ineficiência dos acordos internacionais em âmbito local e a ineficiência do aparato público no que se refere à cooperação transfronteiriça, possibilitando afirmar que tal cooperação, nesta realidade, ainda concerne mais ao âmbito das intenções e do teórico-jurídico, do que de fato, em sua dimensão prática, correta e cotidiana.

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A FRONTEIRA

A produção acadêmica a respeito da Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru é abundante, porém dispersa. As instituições locais de educação superior, nomeadamente a Universidade do Estado Amazonas (UEA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), concentram o maior volume de produção científica vinculada a teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Nessas instituições concentra-se, também, o maior volume de grupos de pesquisa e investigação que se dedicam aos mais diversos temas relacionados à diversidade amazônica e aos territórios fronteiriços, como fronteira, identidade, educação indígena, educação multicultural, conflitos socioambientais, territórios tradicionais, recursos hídricos, fauna e flora amazônica e doenças tropicais.

Ademais, estudantes de pós-graduação destas universidades do Brasil e da Colômbia também apresentam significativo volume de produção acadêmica sobre esta fronteira. Essas produções somam-se aos estudos aprofundados de dois institutos de pesquisa específicos: Instituto Amazônico de Investigações Científicas – SINCHI, localizado em Letícia e o Instituto de Investigação da Amazônia Peruana – IAP, localizado em Iquitos.

Esta sessão não tem por objetivo promover um levantamento geral, completo e temático sobre todo o material já produzido sobre a fronteira, mas sim disponibilizar aos leitores referenciais teóricos produzidos recentemente, que possam auxiliar no debate das múltiplas dimensões que compõem este diagnóstico socioambiental.

A tabela a seguir, proposta por Ninó (2013, p. 21), apresenta um panorama sucinto sobre os estudos produzidos a respeito da fronteira:

PERÍODO/ENFOQUE	CONTEÚDO	AUTORES
Desde o século XIX: Enfoque histórico-geográfico	Representa a evolução da fronteira em tempo e espaço; tipologia dos limites e das fronteiras; classifica os limites estatais e sua morfologia.	J. Ancel, I. Bowman, R. Hartshorn, E. Banse, Lord Curson, T. Holdich, C. Fawcett, S. Boggs.
Anos 50: Enfoque funcional	Estuda os intercâmbios transfronteiriços em diferentes níveis espaciais e suas tipologias.	J. R. V. Prescott, J. W. House, J. Minghi, M. Foucher, G. Blake, O. Martinez
Anos 70: Enfoques da ciência política	Estudam os limites estatais e seu papel em conflitos internacionais.	G. Goertz e P. Diehl, T. Gurr, Starr, Kirby e outros.
Anos 80: Sistemas mundo e identidades territoriais	Estudam os níveis de dependência territorial, evolução de identidades e o papel das fronteiras.	A. Paasi, D. Newman, J. O'Loughlin, P. Taylor, T. Lunden, G. Waterburry e J. Ackleson e outros.
Anos 80- 90- 2000: Enfoques geopolíticos/ antropológicos – sociológico-subjetivos:	Impacto da globalização e integração nos limites políticos, segurança militar, política. Limites como representações sociais: fronteiras como construção social e espelho de relações sociais. Percepção político-prática: relação entre políticas, práticas e percepções nas regiões de fronteira e cooperação. Estudo aprofundado sobre populações e territórios tradicionais.	O. Young, G. White, L. Kliot, N. Dalby, S. Gorshkov e S. Korytny e outros.

Tabela 5: Estudos produzidos sobre a fronteira Fonte: Ninó (2013).

Observando este quadro síntese Ninó aponta uma tendência sobre os estudos da fronteira que parte de questões estruturais e de classificações de tipológicas para, em tempos atuais, aspectos referentes à formação de personalidades e representações sociais a partir do imaginário e

das dinâmicas locais, além dos crescentes enfoques socioambientais e culturais.

A respeito das principais dimensões pelas quais a fronteira pode ser estudada, destacamos as seguintes referências:

DIMENSÃO	TÍTULO	AUTOR (A)	ANO
Socioeconômica	O entrelaçamento das identidades étnicas nacionais: reflexões sobre o campo político e a formação de lideranças Tikuna na fronteira do Brasil e da Colômbia.	Liliana Vignoli de Salvo Souza	2015
Socioeconômica	Governança local para o manejo florestal na Amazônia.	Gabriel Medina	2012
Socioeconômica	Área de livre comércio de Tabatinga: diagnóstico socioeconômico e propostas de desenvolvimento.	SUFRAMA	2014
Socioeconômica	Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”.	José Nieto Olival Flávia Melo da Cunha Patrícia Carvalho Rosa	2015
Socioeconômica	La Amazonia colombiana em cifras.	Alisos - Alianças para sustentabilidade	2011
Socioeconômica	A mobilidade humana na Tríplice Fronteira: Peru, Brasil e Colômbia.	Márcia De Oliveira	2006
Socioeconômica	Plan de desarrollo do Município de Letícia- Amazonas: de mão com a comunidade. Município de Letícia.	Alcaldía de Letícia	2008
Socioeconômica	Perfil económico de la región transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú.	Carlos Zarate	2016
Socioeconômica	Política externa para as Fronteiras Amazônicas: o caso da fronteira Brasil, Colômbia, Peru, no Governo Lula, Uribe e García (2002-2010).	Edgar Andrés Londoño Niño,	2013

Socioeconômica	As redes geográficas na fronteira da Amazônia.	Ricardo Nogueira	2008
Socioeconômica	Sobre Macroeconomia do Peru.	CPAL	2011
Socioeconômica	Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.	Governo do Estado do Amazonas,	2003
Socioeconômica	Relatório de Renda Per Capita.	Câmara de Comércio de Letícia.	2015
Socioeconômica	Plan de desarrollo do Município de Letícia-Amazonas: de mão com a comunidade. Município De Letícia – Amazonas.	Alacadia de Letícia	2011
Segurança	Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na Tríplice Fronteira Amazônica.	Luiz Fábio S. Paiva	2015
Segurança	Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as Implicações com o narcotráfico.	Luiz Felipe de D. Balieiro Izaura Nascimento	2015
Segurança	Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira.	Secretaria Nacional de Justiça	2013
Segurança	Encontro interinstitucional sobre a ação da justiça na Tríplice Fronteira.	Ministério Público de Estado do Amazonas	2011
Igreja	A Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru: informe da caminhada da Equipe Itinerante e dos encontros da Tríplice Fronteira.	Equipe Itinerante	2005
Igreja	A cruz e o poder: a Irmandade da Santa Cruz No Alto Solimões.	Pedrinho Guareschi.	1985
Igreja	A Igreja sobre o Rio: a missão Dos Capuchinhos da Úmbria no Amazonas. Secretaria de Cultura do Amazonas – Manaus.	Mario Tosti	2012.
Meio ambiente	Gênero, Políticas Públicas e Sustentabilidade Social na várzea do Alto Solimões.	Edna Ferreira Alencar	2008.

Meio ambiente	Perspectiva del medio ambiente en la Amazonia.	PNUMA	2011
Meio ambiente	Águas na Amazônia.	Octavio Dourado Junior	2014
Meio ambiente	Quebrada Santo Antonio.	Corpo Amazonia	2013
Meio ambiente	Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil.	BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos	2013.
Meio ambiente	Lixo de Tabatinga.	Virgílio Filho E Simone Soares	2006
Meio ambiente	Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil.	Gabinete Da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos – Brasil	2013
Meio ambiente	Centralidade Socioambiental X Invisibilidade Urbana (ou os novos “Fantasmas” da Amazônia).	STEINBRENNER, R. A.	2009
Social e Cultural	Pueblos Indígenas de la Amazonia e Indicadores de Bienestar Humano en la encrucijada de la Globalización.	Luís Eduardo Acosta	2013
Social e Cultural	El Surgimiento de una Sociedad Trasfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932.	Carlos Zárate Botía	2008
Social e Cultural	Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).	Emerson Flávio Euzébio	2010
Social e Cultural	Antônio. Encontro de civilizações: o Alto Solimões e as origens de Tabatinga.	Sebastião Ferrarini	2013
Social e Cultural	A fronteira vivida e os processos de subjetividade.	Luiz Felipe Lacerda	2015
Social e Cultural	A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).	Rebeca Steiman	2002

Social e Cultural	Por uma Sociologia das Emergências: perspectivas de emaciação nos territórios de produção das ausências amazônicas.	Luiz Felipe Lacerda	2016
Saúde	Situação da malária na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.	Paulo César Peiter Vivian da Cruz Franco Renata Gracie	2013
Saúde	Caracterização Geográfica, Epidemiológica e de organização dos Serviços de Saúde na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru.	Antonio Neto, Fundação Oswaldo Cruz	2010
Saúde	Análise comparativa dos sistemas de saúde da Tríplice Fronteira: Brasil/Colômbia/Peru.	Antonio Levino Eduardo de Carvalho	2011
Educação	Referencial Curricular Nacional Para as Escolas Indígenas.	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto.	1998
Educação	Educação na Colômbia.	Carlos Alberto Herrera	2014.
Educação	Pec – Proyecto Educativo Comunitario.	Cooperacion Para La Defensa De La Biodiversidad Del Amazonas.	2012
Aspectos gerais	Demarcação e Divulgação dos Limites entre o Brasil e a Colômbia.	André Reyes Novaes e David Ramírez Palacios	2013
Aspectos gerais	Plano de Desenvolvimento territorial do alto Solimões.	Governo do Amazonas	2013
Aspectos gerais	A Geografia das Cidades de Fronteira: um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).	Rebeca Steiman	2002

Tabela 6: Documentos e Referências Teóricas a Respeito da Tríplice Fronteira. **Fonte:** Autor (2016).

No tocante à cooperação científica internacional, destaca-se o trabalho de construção de Indicadores de Bem-Estar para Povos Tra-

dicionais (IBPT), desenvolvido entre o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica da Universidade do Estado do Amazonas, o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA) e o Grupo de Valorización de los Conocimientos Tradicionales, do Instituto Colombiano de Investigaciones Amazónicas – SINCHI, junto às comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira e colombiana respectivamente.

Apesar dessas experiências específicas, que já encontram reconhecimento internacional, de maneira geral são raros os casos de integração científica entre as instituições de educação superior e as instituições de pesquisa nos três países. Ademais, não raras vezes, encontram-se pesquisas e trabalhos científicos que se referem a aspectos fronteiriços, porém, na prática limitam-se a avaliação das manifestações dos fenômenos em apenas um dos lados da fronteira, citando superficialmente as influências dos países vizinhos nos fenômenos estudados. Raros são os estudos que oferecem equilíbrio de análise sobre elementos e conjunturas dos três países que compõem este território.

Neste sentido percebemos a contribuição deste diagnóstico que congrega referências bibliográficas importantes, porém dispersas sobre este território, despontando, quem sabe, como um dos mais completos materiais de pesquisa que se pode encontrar sobre a Tríplice Fronteira em questão.

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DA AVALIAÇÃO

Como exposto inicialmente, este diagnóstico propõe uma análise de quatro dimensões específicas, a saber: Socioeconômica, Educacional, Cultura/Religiosa e Socioambiental, percebendo que tal decisão se coloca para fins didáticos, na medida em que compreendemos a temática socioambiental como suficientemente abrangente para abarcar as demais dimensões, se propusermos um debate mais sistêmico sobre a realidade. Tais dimensões representam segmentos temáticos que compõem o manancial de campos a serem estudados no tocante à Justiça Socioambiental. Por eles perpassam as análises relacionadas à migração, refúgios, gênero, relações étnico-raciais, diálogo inter-religioso, processos formais e não formais de educação e economia, às perspectivas de vida dos povos tradicionais e às próprias políticas públicas.

Visto que já apresentamos a Tríplice Fronteira em seus aspectos gerais e históricos, as similitudes e dissonâncias entre os territórios que a compõe, os acordos internacionais vigentes e a produção acadêmica de referência; passemos para a análise particular das dimensões objetivadas neste diagnóstico.

Vale lembrar que, metodologicamente, as informações contidas nessas categorias partem, num primeiro momento, de detalhada investigação bibliográfica e documental, posteriormente aprofundada através de entrevistas semiestruturadas e grupos focais temáticos.

É importante termos em mente que os elementos expostos a seguir não possuem a pretensão de abarcar todos os tópicos que constituem tais dimensões, tampouco produzir um aprofundamento analítico que esgote os debates em cada um destes pontos, mas sim, proporcionar uma visão geral dos principais temas relatados ao longo do estudo bibliográfico, documental, das entrevistas e grupos, ofertando assim, uma fidedigna percepção das manifestações atuais desses fenômenos no território transfronteiriço.

Dimensão Socioeconômica

À primeira vista, como já explicitado nas seções anteriores, uma percepção geral sobre os aspectos socioeconômicos da Tríplice Fronteira desvela um contexto subsidiado pela agricultura familiar e a pesca artesanal que estabelecem relação interdependente entre as populações dos contextos rurais e urbanos, além de um comércio local (bens e serviços) fortalecido no território colombiano e subsidiado, em grande parte, por uma elite de servidores públicos regionais (dos três países) e significativa leva de turistas.

Buscando um aprofundamento nestas percepções iniciais, encontramos alguns fenômenos que subsidiam tais cenários e que carecem de um estudo detalhado se objetivamos, de fato, compreender os fluxos socioeconômicos do território. Destacam-se os processos de migração e mobilidade; geração de renda e rendimento monetário familiar; acesso a serviços e direitos fundamentais; exclusão social de populações vulnerabilizadas e caracterização do comércio local, enquanto temas que despontam ao longo do estudo socioeconômico da fronteira. Falaremos sobre cada um deles a seguir.

Mobilidade Humana e Migração

Na maior parte dos casos, as populações migrantes que habitam a fronteira movem-se por possibilidades de trabalho e por laços familiares. Contudo, sobre os processos migratórios, algumas especificidades merecem atenção.

No contexto colombiano, destaca-se a migração impulsionada pelo fenômeno dos *desplazados*. Refere-se a famílias que, pela violência de grupos paramilitares em outras partes do país, deslocam-se para a região da fronteira amazônica em busca de asilo. Grande quantidade desses colombianos vive em Tabatinga, normalmente à margem da sociedade. Sobrevivem da venda informal de produtos como os hortifrutigranjeiros ou prestando serviços básicos, como alimentação popular e mototáxi (OLIVEIRA, 2006).

Desde meados do ano 2000, quando o governo dos Estados Unidos aprovou o Plano Colômbia – um amplo programa de ajuda militar, totalizando mais de US\$ 1,3 bilhão, a maior parte dele destinada ao

exército colombiano, apesar de seu péssimo histórico em matéria de direitos humanos e da contínua preocupação internacional sobre os vínculos entre as forças de segurança e os grupos paramilitares –, os conflitos armados se acirraram e o fenômeno migratório desse país vem tomando dimensões alarmantes. Além dos milhares de mortos, a violência institucionalizada vem promovendo o deslocamento de milhares de colombianos nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2006, p. 13).

De acordo com a autora, Letícia vem recebendo cada vez mais refugiados e, por isso, no km 11 da estrada que liga o centro da municipalidade às comunidades rurais, foi instalado um serviço de acolhida provisória que atende famílias em situação de refúgio. Pelo lado brasileiro, a Polícia Federal, junto com o Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), desde 2004, vem concedendo formalmente o direito de refúgio a essas pessoas na cidade de Tabatinga.

Em território colombiano, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Departamental (2015), em Letícia habitavam 1.065 pessoas em situação de *desplazamiento*: 547 homens e 518 mulheres, que em aproximadamente 30% dos casos possuem entre 27 e 60 anos de idade, indicando significativo número de crianças e adolescentes.

Por sua vez, o fenômeno da migração peruana encontra-se relacionado à busca de benefícios sociais, principalmente em direção ao território brasileiro, visto a precariedade das condições básicas de vida em Santa Rosa e demais localidades peruanas que circunvizinham a fronteira. Tais populações buscam inserção nas políticas de benefícios sociais desenvolvidas pelo governo brasileiro na última década (2000-2010) e, para isto, elaboram estratégias de matrimônio, filiação e/ou moradia com brasileiros e brasileiras.

Outro fenômeno interessante sobre o processo migratório peruano em direção às terras brasileiras refere-se ao fluxo religioso empregado pela Igreja da Santa Cruz. Veremos suas especificidades quando tratarmos da dimensão cultural religiosa. De momento vale frisar que a Santa Cruz, ou a Igreja da Cruz, como é chamada por seus adeptos, foi criada no início da década de 1930 por José Fernandes Nogueira, posteriormente chamado de José Francisco da Cruz. A Igreja, de cunho pentecostal e guiada pelo Antigo Testamento, prega entre seus participantes a migração meritocrática a uma terra sagrada localizada no rio Içá, terri-

tório brasileiro. Sendo assim, percebe-se, na calha do rio Solimões, fronteira entre Brasil e Peru, um vasto número de comunidades povoadas por adeptos peruanos em processo de cíclica migração. (GUARESCHI, 1985).

Por fim, ressalta Oliveira (2006) que o fluxo geral (religiosos ou não) de peruanos indica a influência da cultura na decisão de migrar, uma vez que os povos andinos sempre foram predominantemente nômades. A primeira leva deste fluxo específico peruano em território amazense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990, migração esta impulsionada pelo sangrento período da ditadura do general Velasco Alvarado, no Peru.

Ademais, significativo número de peruanos migra em direção a Letícia com fins comerciais, trazendo produtos de Lima, Cavalochocha ou Iquitos. Poucos se fixam em território colombiano, estando alocados de maneira temporária em hotéis ou em casas de familiares nas localidades de Tabatinga, Benjamin Constant, Islândia e Santa Rosa, principalmente.

Sobre os processos migratórios brasileiros, seu maior fluxo é interno, representado por pessoas de outros Estados da Federação que chegam para viver na fronteira por questões profissionais, assim como por jovens de outras municipalidades do Alto Solimões ou de comunidades rurais próximas que chegam a Tabatinga em busca de continuidade de seus estudos. Percebe-se pouco contingente populacional brasileiro vivendo no Peru ou na Colômbia. Geralmente, este contingente move-se por questões familiares ou porque possui maior poder aquisitivo e opta por morar em território colombiano devido às melhores condições de segurança pública e melhor acesso a serviços básicos.

Como acontece em todas as demais regiões de fronteira do território brasileiro, a mobilidade humana na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia também revela a presença incômoda do “novo”, do “estranho”, do “diferente”, enfim, do migrante, que é sempre acompanhada de reações contrárias por parte daqueles que não admitem sua ação ou intervenção. Nesse sentido, não se pode falar de migração nessa fronteira sem também considerar todas as formas de rejeição por que passam as pessoas nessa situação, que envolvem dois problemas fundamentais: a xenofobia dissimulada e a ausência de políticas internacionais de migração. (OLIVEIRA, 2006, p. 184).

De maneira geral, se não há intenção de seguir para os grandes centros urbanos de referência da Tríplice Fronteira, como Bogotá, Manaus ou Iquitos e Lima, não há controle, vigilância ou fiscalização sobre os translados entre os territórios locais. Com frequência encontram-se pessoas com duplas nacionalidades ou arranjos familiares multinacionais.

Conclui-se que a mobilidade humana é inerente à Tríplice Fronteira, que apresenta significativa volatilidade em sua população, sendo movida principalmente por aspectos econômicos, familiares, profissionais e educacionais. As dinâmicas cotidianas respeitam pouco as delimitações jurídicas de cada nação, construindo um território de livre fluxo de pessoas. O fenômeno migratório aporta características marcantes no contexto socioeconômico deste território, tanto pelo acréscimo significativo ao fluxo monetário, quanto pela diversidade de produtos e serviços.

Economia Local: Produção e Comércio

Além dos fenômenos migratórios, outros elementos, como a estruturação da economia local e as bases produtivas, nos auxiliam na compreensão dos fenômenos socioeconômicos.

<p>Renda média per capita: Tabatinga: 350,00 reais Letícia: 680,00 reais</p>
--

Para o professor Zárata Botía (2016), a economia fronteiriça vinculada ao comércio move-se intensamente pela Colômbia através do mercado de eletrodomésticos vindos do Panamá, do turismo e do pescado enviado para outras regiões do país. Além disso, em Letícia, assim como em Tabatinga, o funcionalismo público e as forças armadas geram significativos postos de trabalho e inserem grandes importâncias financeiras no mercado local. Por fim, não se pode descartar a pequena economia doméstica, geralmente omitida em estudos econômicos, apesar de representar grande parte da dinâmica econômica fronteiriça, como a agricultura familiar, de subsistência, artesanatos e alimentação de pequeno porte, assim como produtos originários do Peru, produtos de utensílios cotidianos para casa ou trabalho, cosméticos e elementos de

higiene pessoal trazidos por migrantes de Iquitos e Lima, para serem comercializados na fronteira.

Botía resume a dinâmica econômica transfronteiriça, dizendo:

Para efectos de un análisis de la economía transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú, se puede decir que la región opera y concentra sus actividades económicas en el eje del río Amazonas, donde la actividad comercial de la conurbación Letícia-Tabatinga es más dinámica, compleja y tiene su mayor magnitud, pudiendo ser considerada como el centro económico de la región transfronteriza. Esta conurbación, con el pequeño poblado peruano de Santa Rosa, [...] confluye casi la totalidad del comercio de importación y exportación que ingresa y sale por vía fluvial y aérea, y donde se concentra gran parte del transporte, las comunicaciones, los servicios y la administración regional de los tres estados, incluidas sus fuerzas armadas. Igualmente, desde Letícia-Tabatinga y Santa Rosa se distribuyen las mercaderías, bienes, productos y servicios hacia las zonas más alejadas o “periferias” de la región fronteriza y se acopia una importante proporción de la pequeña producción que se genera dentro de la región (BOTÍA, 2016, p. 25).

De acordo com estudos e análises realizadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2014), a economia na Tríplice Fronteira apresenta a seguinte dinâmica de fornecimento:

- **De Santa Rosa para Tabatinga e Letícia:** feijão, cebola, batata, cenoura, ovos, limão, uva, maçã, tangerina, laranja, refrigerante, iogurte, leite, e materiais diversos, tais como, cimento, ferro, gasolina, materiais de construção em geral, madeira, roupas e cosméticos.
- **De Letícia para Tabatinga:** acelga, cenoura, chuchu, beterraba, couve, berinjela, abacate, refrigerante, ovos, eletroeletrônicos, perfumes, brinquedos, cosméticos, utensílios para o lar, motocicleta e madeira (legalizada).
- **De Tabatinga para Letícia:** arroz, açúcar, feijão, óleo de soja, chocolate, areia, seixo, sapatos, bebida alcoólica, aves congeladas e carnes.

Além disso, característica dos territórios de fronteira, a economia local também se move por um denso circuito de produtos não formais

ou ilegais que transgridem as regras tributárias de cada país, adentrando os espaços comerciais de maneira irregular. Esse exercício comercial não tributado é realizado, na maior parte dos casos, pelas populações mais vulneráveis como forma de sobrevivência frente à ausência de emprego e renda formais. Os mercados informais constituem-se como uma das manifestações mais expoentes das dinâmicas transfronteiriças na composição da dimensão socioeconômica.

Tampoco es un secreto que los sectores económicos más poderosos de las fronteras y, en sentido estricto, algunos de los sectores vinculados al comercio, basan su prosperidad no solo en el lucro privado, lo cual es lícito en el sistema económico que rige a nuestros países, sino en aprovecharse de la ausencia de registros y de información rigurosa, sistemática y confiable que den cuenta de sus negocios, más allá de las obligaciones tributarias y fiscales. Muchas de las condiciones de informalidad e ilegalidad que, como se sabe, reinan en las fronteras y ésta no es la excepción, se retroalimentan y mantienen gracias a la ausencia de sistemas de información y de instituciones que los gestionen eficientemente dentro de cada país y que además sean compatibles y comparables y por tanto intercambiables, con los de los vecinos (BOTÍA, 2016, p. 54).

Na Tríplice Fronteira cada país possui uma legislação sobre limites de entrada em seu território com mercadorias ou valores oriundos de outro país: na Colômbia, o limite para isenção de declaração de valores junto às autoridades competentes é de 1.000 dólares; no Peru, o limite relaciona-se com a regra nacional para enquadrar o contrabando e refere-se a quatro unidades a menos do que a lei afira infringir o limite para aquele produto específico; no Brasil, por sua vez, o regime legal garante que, no limite de até 2.000 dólares, os valores não precisam ser declarados (BOTÍA, 2016).

En la práctica, por ejemplo en el caso de las mercancías que se traen de Perú y se comercializan en Santa Rosa con destino a Leticia o Tabatinga, los comerciantes mayoristas se las arreglan para pasar volúmenes y sumas superiores a las autorizadas sin llenar los formalismos ni pagar los correspondientes impuestos. Sencillamente, no existen ni las instituciones, ni los mecanismos de control y registro capaces y adecuados para regular este comercio (BOTÍA, 2016, p. 48).

Patrícia Conteres, representante da Câmara de Comércio de Letícia, socializando uma percepção geral dos processos socioeconômicos na Tríplice Fronteira ao longo dos grupos focais realizados nesta pesquisa, afirma que existe uma dificuldade latente de equilíbrio entre os processos econômicos e produtivos em cada um dos três países. Afirma que, se Letícia produz uma equiparação de legislação e de câmbio com Peru, se desequilibra com Brasil e vice-versa. Aponta que na região há um setor comercial forte e estruturado, porém um débil setor produtivo, o que, de alguma forma, encarece produtos que devem ser trazidos de outras regiões, conseqüentemente encarecendo o custo de vida. Conteres informa ainda que existe um profundo problema de participação democrática, de associações e organizações civis, assim como por parte do poder público, para regular e incentivar a formalização comercial dos empreendimentos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 30% da população ativa de Tabatinga encontra-se atrelada ao trabalho informal. Por sua vez, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Departamental, em Letícia (2015), em 2011, existiam 1.619 trabalhadores informais.

Entre os principais produtos comercializados no mercado informal destacam-se: 1) o peixe geralmente comercializado por brasileiros na Colômbia; 2) a madeira geralmente extraída por brasileiros e peruanos de terras brasileiras; 3) legumes e frutas produzidas e vendidas por peruanos no mercado municipal de Tabatinga e Benjamim Constant; 4) aves e ovos colombianos vendidos em Tabatinga, além do circuito dos produtos ilícitos geralmente relacionados ao tráfico de drogas e de animais silvestres.

A proximidade com os países vizinhos e a facilidade do trânsito de pessoas gera um intercâmbio comercial muito intenso entre Tabatinga e as demais cidades fronteiriças, especialmente com Letícia, tendo em vista que o município colombiano também usufrui de regime fiscal diferenciado e oferece mercadorias importadas a preços mais competitivos do que o município brasileiro. Grande parte dessas relações comerciais, no entanto, aparentemente é realizada de maneira informal (SUFRAMA, 2014, p. 15).

Independente, seja de maneira formal ou informal, a região demonstra uma forte complementariedade econômica consolidada entre

as três municipalidades. A oferta peruana de produtos primários e a oferta colombiana de produtos industrializados despontam como pilares desta dinâmica. Por sua vez, a falta de intervenções adequadas dos governos locais e os problemas estruturais das políticas públicas nacionais representam entraves ao crescimento da economia e melhoria das condições sociais.

Entre Tabatinga e Letícia, 79,5% das atividades econômicas se referem ao comércio e à venda de produtos (geralmente pequenas empresas e empresas familiares) e 19,5% à prestação de serviços. Chama a atenção certa saturação do setor de prestação de serviços que, além de ser significativamente menos expressivo que o comércio, apresenta o menor nível de crescimento (2006 a 2010), com apenas 10%, ficando atrás de um crescimento anual de 18% da agropecuária e 23% da indústria (SUFRAMA, 2014). Percebendo a significativa quantidade de pessoas envolvidas neste segmento no confronto com os pequenos índices de crescimento apontados pelas estatísticas oficiais, levanta-se a hipótese de que a prestação de serviços venha a ser uma das áreas com maior índice de informalidade.

Gomez, em entrevista para este diagnóstico, ressalta uma visível diferença entre as concepções e as qualidades dos serviços prestados em cada uma destas municipalidades, dependendo da origem dos proprietários. Observa que a maior parte das pessoas que povoaram a fronteira e constituíram negócios na parte brasileira são oriundas do Nordeste e do Norte deste país, com pouca experiência real em oferta atrativa de serviços e produtos e muito fechados em uma cultura regional. Da mesma forma ocorre com os peruanos que chegam até este território e são, em grande maioria, de origem amazônica. Por sua vez, Gomez afirma que em Letícia existe uma forte influência de pessoas que derivam de regiões andinas do país, pessoas com maior poder aquisitivo e que chegam até a municipalidade colombiana e constituem negócios com uma visão cosmopolita, abrindo pequenos estabelecimentos, porém com uma conotação internacional de lazer. Isso desenha a dinâmica do comércio local e distribui os pesos da balança econômica na fronteira.

De acordo com a Fundação Alisos (2011), 77,1% do produto Interno Bruto de Letícia é composto por: administração pública (26,3%), comércio (16,2%), educação e serviços de ensinamentos (13,4%), produtos de pesca, hotelaria e restaurantes (8,1%), prestação de serviços

(4,7%). O produto denominado “prestação de serviços” cresceu, em números absolutos, numa média de 1,54% ao ano no período de 2000 a 2007.

La economía del departamento se fundamenta en la extracción de maderas, la pesca, la agricultura y el turismo ecológico. En los últimos años se ha convertido en un importante centro turístico nacional e internacional por la exuberancia de sus paisajes y la riqueza de su fauna y flora. Entre los lugares más destacados están: la isla de los Micos, los parques Amacayacu y el Nacional Cahuinari, los lagos de Tarapoto y Cañón Araracuara y los resguardos y poblados indígenas que se encuentran dentro del departamento (LETÍCIA, 2015, p. 31).

De acordo com Patrícia Conteres, representante da Câmara de Comércio de Letícia, 60% do Produto Interno Bruto da cidade recebe influência direta ou indireta do setor de turismo. As estatísticas departamentais informam que, no período de 10 anos (2001 - 2011), Letícia recebeu uma média de seis mil turistas estrangeiros e 25 mil turistas nacionais, por ano.

El programa de gobierno recoge en síntesis esos atributos naturales (ventajas comparativas) y propone desarrollar el ecoturismo como eje principal para promover el dinamismo del sector, sin dejar de lado otras especialidades del turismo, como son: turismo de aventura, etnoturismo, ecoturismo y turismo científico, aplicando los conceptos y principios establecidos en la política de innovación y competitividad que se viene incluyendo dentro del plan de desarrollo turístico del departamento, el mismo que se encuentra en construcción y muy próximo a su culminación (LETÍCIA, 2015, p. 233).

Contudo, como afirma Daniela Botero, ao longo dos debates sobre a dimensão socioeconômica deste diagnóstico, o vasto campo do ecoturismo na Tríplice Fronteira tem encontrado problemáticas no tocante à manutenção e preservação das culturas indígenas e da biodiversidade. Se, por um lado, se encontram comunidades e povos interessados em acolher e explorar este campo comercial através da recepção de visitantes e apresentações de rituais e práticas tradicionais, por outro, temos

uma série de lideranças que questionam o impacto negativo que este fluxo de turistas provoca nas culturas originárias, direcionando às populações locais para uma economia de mercado que percebe o indígena e sua cultura simplesmente como mais um elemento atrativo da paisagem amazônica, folclórico e pitoresco.

Esta é uma das facetas dos enfoques extrativistas impostos pelos estados nacionais sobre os territórios amazônicos. Enfoques estes descritos por Botía:

La continuidad y profundización de los enfoques desarrollistas que promueven todos los gobiernos amazónicos, sin excepción, y que amenazan con extraer una riqueza en minerales que se concentran también en las zonas de frontera, permitirían develar las contradicciones entre los discursos aparentemente socioambientalistas e indigenistas de los gobiernos de la región y la continuidad de las prácticas de integración económica extractivistas, con el resultado de una integración económica a costa de la continuación y aceleración de la destrucción de los ecosistemas y las culturas amazónicas (BOTÍA, 2015, p. 141).

Atualmente, no território departamental de Letícia, existem 28 agências operadoras de viagem e turismo, cinquenta estabelecimentos de hospedagem, gerando 283 empregos diretos e aproximadamente 1.500 empregos indiretos, representando um importante setor de geração de renda na Tríplice Fronteira.

A respeito de outros aspectos produtivos que subsidiam grande parte desta economia local, destaca-se o setor primário e a agricultura familiar de comunidades tradicionais que vivem no contexto rural. Estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica da Universidade do Estado do Amazonas – GPEDA/UEA entre novembro de 2013 e março de 2015, tendo como público alvo 128 comerciantes nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Letícia, apontam uma predominância do mercado de Letícia para melhor remuneração dos produtos primários.

Cada família subsidiada pela agricultura familiar, seja brasileira, colombiana ou peruana, adquire em média 1.000 (um mil reais) mensais com a venda de tais produtos no mercado local. Destacam-se o mamão, o abacaxi, o tomate, a cebolinha, o araçá, a goiaba, a laranja, a

banana e a farinha de mandioca entre os produtos com maior volume de comercialização.

Além disso, em épocas específicas referentes à cheia do rio, desponta a comercialização de peixe como uma das principais formas de arrecadação monetária das famílias de área rural, principalmente para aquelas que vivem em regiões alagadiças de várzea. Da mesma forma, destacam-se os ribeirinhos, os índios Tikunas e os peruanos e, entre estes últimos, os israelitas, entre os maiores fornecedores de produtos primários na Tríplice Fronteira.

É importante ter em mente, como afirma o antropólogo Maurício Caviedes, ao longo do grupo de debate a respeito da dimensão socioeconômica deste diagnóstico, que alguns índices estritamente econômicos podem apontar, em vista da renda adquirida com a venda dos produtos primários, certa vulnerabilidade financeira de famílias vinculadas à agricultura familiar. Contudo tais índices não levam em conta o benefício direto da agricultura de subsistência na segurança alimentar dessas famílias. Essa agricultura de subsistência garante qualidade de vida adequada para além das dimensões econômicas. As roças são elementos centrais na economia da Tríplice Fronteira e, de maneira direta, na economia familiar. Com elas diminui a necessidade do dinheiro como intermediador das relações cotidianas de subsistência.

Esta constatação abre margem para significativos estudos que questionam a aplicação de indicadores macroeconômicos hegemônicos que não compreendem a realidade local das populações tradicionais da Amazônia e, utilizando de balizadores internacionais e economicamente convencionais, acabam por rotular pejorativamente tais realidades e populações através do desenho de um quadro de fome e miséria estritamente avaliado, de forma exógena, pelo ingresso monetário, não levando em conta (desconhecendo) a abundância alimentar que as plantações familiares e a própria selva, de maneira natural, lhes oferece.

Sobre a comercialização de pescado, Nogueira (2008) afirma que a região da Tríplice Fronteira é uma das principais abastecedoras dos mercados de Bogotá e Manaus, principalmente com enfoque nos chamados *peixes lisos*, de couro e sem escamas, e conclui que a *“falta de uma boa estrutura de frigoríferos e de fábricas de gelo faz com que os pescadores brasileiros se submetam às especulações comerciais dos colombianos”*. (p.48).

Ademais, registra o autor, não há nenhum tipo de fiscalização sobre as fronteiras fluviais, controle de fluxos de estrangeiros pescando em águas nacionais ou mesmo fiscalização para a preservação de locais específicos de reprodução natural desses animais. Algumas comunidades tradicionais, por conta própria, assumem a responsabilidade do manejo e da proteção de alguns lagos, quando seus peixes estão em época de procriação.

De acordo com o Plano Modelo para o Desenvolvimento Integrado do Eixo Tabatinga – Apaporis (1989), a pesca é seguramente a atividade que apresenta melhores perspectivas. O mesmo plano informa que 76% dos pescadores são brasileiros, mas o grande mercado de peixes é a Colômbia. Os altos custos e a dificuldade de obtenção dos equipamentos e materiais de pesca, associados à indisponibilidade de crédito e de linhas de financiamento submetem a maior parte dos pescadores ao financiamento informal dos frigoríficos colombianos (STEIMAN, 2002, p. 32).

De maneira geral, sobre a produção primária, seja a pesca ou a agricultura, existe uma situação conflitiva a esse respeito, no cenário local: os produtores/pescadores não dispõem de lugar adequado para a comercialização, tampouco dispõem de condições estruturais para dedicar todo dia à venda direta ao consumidor. Sendo assim, mesmo sabendo que esses consumidores pagariam melhor pelo produto na venda direta, os comunitários geralmente escolhem vender toda quantidade que dispõem aos atravessadores (intermediários) e por um preço abaixo do mercado para, rapidamente, poderem retornar à sua comunidade e suas atividades.

Por outro lado, historicamente, os atravessadores tomaram conta dos principais e mais adequados espaços de comercialização através de critérios desconhecidos. O fato é que até hoje nenhum gestor público atreveu-se a questionar publicamente esse processo ou, pelo menos, abrir outro espaço igualmente adequado aos produtores, salvo a feira de produtores Tikunas, instalada recentemente na avenida central de Tabatinga, que abrange inexpressivo número de famílias, a maioria oriunda da periferia da cidade.

A pesquisa diagnosticou que 95% desses vendedores que estão dentro dos mercados municipais não produzem o produto que comerciali-

zam, enquadrando-se fidedignamente na categoria de atravessadores ou intermediários. Além disso, diagnosticou-se que 95% dos produtores das comunidades indígenas e ribeirinhas, das três nacionalidades, afirmam ser dentro dos mercados municipais o melhor lugar para comercializar seus produtos, mas apenas 6% deles tem acesso a estes espaços; os demais 94% dos casos vendem seus produtos fora dos mercados, em lugares impróprios, como nas ruas ou na beira do rio (GPEDA, 2015).

Um grande desafio se vislumbra hoje na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru parte da necessidade primeira de fazer que os municípios, que lá se localizam, encontrem caminhos que façam reaquecer suas economias, garantindo postos de trabalho para sua população, superando inclusive, barreiras institucionais (NOGUEIRA, 2008, p. 56).

Percebidos estes elementos técnicos, monetários e quantificáveis do cenário econômico regional, podemos desvelar a existência de uma pequena localidade regional subsidiada pelo funcionalismo público e por uma dezena de empresários. Na outra ponta da pirâmide socioeconômica, uma grande camada da população atrelada aos processos produtivos na área rural, vivendo, portanto, da venda de insumos primários ou da prestação de serviços e empregos ligados ao comércio.

Sobre uma elite local que encontra interfaces com aspectos ideológicos, culturais, econômicos e políticos, no lado brasileiro, há forte presença da maçonaria com representantes no comércio e na política que, apesar de não demonstrarem congregação em torno de ações e projetos comuns, são de certa forma pertencentes a uma mesma unidade institucional e ocupam posições de destaque na sociedade fronteiriça. No lado colombiano, afirma Botía, essas elites não ficam claras na análise da fronteira, não se podem deflagrar relações diretas com algumas ideologias específicas, no máximo, uma relação histórica de algumas famílias leticianas com quadros políticos de regiões da região do pacífico colombiano que assumiram, em determinada conjuntura, certo interesse pelo Amazonas.

Aqui o que eu detecto, eu particularmente, é que em Letícia há um fenômeno bem simpático, a elite política local e a elite econômica de fora, você não vê a sociedade leticiana poderosa economi-

camente. Ela sempre demonstrou pouca capacidade de progredir, destacar-se no comércio, nas atividades comerciais, mas é muito poderosa na questão política. Na verdade, se dão dois fenômenos; de uma parte, o empresariado de Letícia não lhe interessa a política e, de outro, a sociedade letíciana lhe interessa a política como única opção de progredir na vida social e economicamente. Portanto, eles, de alguma maneira ou quase que totalmente, exercem um poder político a partir de uma estrutura social que eu determino estudando a estrutura social das etnias tikunas, que são a elite nativa nos três lados da fronteira. Em Letícia manifesta-se muito bem a organização social por “clanes”. Existem muitos clanes; são letícianos que têm muita influência política. Se você estuda a organização social dos tikunas por clanes, você vê “matronas” poderosas, vê mulheres poderosas letícianas com uma bandeira, Letícia para os letícianos e rejeitando, de alguma maneira muito em seu interior, aqueles que vêm de fora. Mas, não reconhecendo que são os que vem de fora os que tem lhe dado a oportunidade de estar onde eles estão e seu filho está educado num bom colégio e seus filhos podem viajar economicamente, porque a elite econômica logrou que o governo colombiano baixasse os preços. Não existe reconhecimento ao valor que aporta a sociedade que vem de fora. (GOMEZ, 2016).

Já no lado peruano, percebe-se, de algum modo, a influência da cultura messiânica israelita, inclusive representada por prefeitos e líderes comunitários. Esta elite israelita peruana é, em grande parte, a controladora de significativo percentual dos produtos primários que subsidiam os mercados de Letícia e Tabatinga. Contudo, nem mesmo esse fenômeno combate, no imaginário social da Tríplice Fronteira, a imagem do povo peruano como a população de maior vulnerabilidade socioeconômica, como veremos no tópico a seguir.

Renda Familiar e Vulnerabilidade Social

Como resultado do comércio e produção local, de acordo com o IBGE (2015), a renda per capita familiar, em Tabatinga, é de aproximadamente R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, sendo que a população autodeclarada de cor branca, arrecada em torno de R\$ 670,00 por mês, enquanto a população autodeclarada indígena atinge uma média mensal de aproximadamente R\$ 130,00 mensais.

Já, de acordo com a Câmara de Comércio (2015), em Letícia a população considerada branca atinge uma renda média mensal de R\$ 1.200,00 e as populações indígenas R\$ 250,00. Estima-se uma média mensal de renda familiar para Letícia em torno de R\$ 680,00.

Ao considerar que o salário mínimo colombiano em 2016 era de aproximadamente R\$ 750,00, no Brasil de R\$ 880,00 e no Peru de R\$ 780,00, o comparativo de renda percapita de famílias em relação aos valores mínimos nacionais, deflagra substancial carência de renda adequada de tais pessoas.

De maneira direta, no contexto da Tríplice Fronteira, o fortalecimento da economia local está atrelado à efetividade de políticas públicas e ações governamentais que aportem investimentos a situação da agricultura familiar, o subsídio para o plantio e a compra de insumos, o apoio logístico para o transporte dos produtos e a consolidação de espaços adequados de venda direta ao consumidor.

Sobre o apoio governamental às populações social e economicamente vulneráveis da fronteira, vale ressaltar, por parte do governo brasileiro, o desenvolvimento de programas sociais como o Bolsa Família que, na última década, subsidiaram substancialmente o incremento da renda familiar nas populações mais vulneráveis. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social:

No estado do Amazonas, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em maio de 2013 era de 511.120. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2013, 343.382 famílias, representando uma cobertura de 13,9 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,41. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 85,36%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 402.684 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente ao total de 471.761. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 81,65%, resultando em 66.837 jovens acompanhados de um total de 81.853. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2013, atingiu 71,42%, percentual que equivale a 211.495 famílias de um total de 296.118 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do estado. (MDS, 2013).

No Alto Solimões, Brasil, o Programa Bolsa Família beneficiou 23.456 famílias em 2010, um dado que se refere a aproximadamente 10% do total populacional da região. O repasse mensal do Programa foi de R\$ 2.696.084,00, alcançando a cifra de R\$ 32.353.008,00 ao ano. Outros programas também se destacam pelo volume de investimentos: Projovem Adolescente, onde foram aplicados R\$ 731,2 milhões; Serviço de Proteção Social Básica à Família, que aplicou cerca de R\$ 628,5 milhões; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), onde foram investidos R\$ 699,0 milhões.

Em Letícia, o Plano de Desenvolvimento Departamental (2015) atende 2.963 pessoas, entre as quais estão pessoas ligadas à população infantil, idosos, em situação de *desplazamiento* e significativo número de pessoas dentro de resguardos indígenas. Já, de acordo com SINCHI – Instituto de Investigação da Amazônia Colombiana (2009), entre os anos de 2002 até 2005, Letícia contava com 18.019 pessoas afiliadas no regime subsidiado por políticas sociais no território colombiano.

Visto isso, percebemos claramente uma vulnerabilidade socioeconômica nas populações que vivem na fronteira. Esta vulnerabilidade, no contexto das populações rurais, é significativamente reduzida pelo acesso à agricultura de subsistência, os recursos ofertados pela natureza e as estratégias comunitárias ligadas à vida compartilhada. Diferentemente das populações que se localizam em contexto urbano, principalmente aquelas oriundas do setor rural. Estas, ao longo de seu processo migratório, desvencilham-se destes elementos não monetários de seguridade econômica e social, passando a depender de um mercado com baixíssimos índices de emprego formal.

Esta situação de renda familiar impossibilita, inclusive, o deslocamento de pessoas, em casos mais graves de saúde para os grandes centros urbanos visto que os valores médios das passagens de avião, tanto para Bogotá do aeroporto de Letícia, ou para Manaus do aeroporto de Tabatinga, ida e volta, ficam em torno de R\$ 800,00. Mesmo optando por veículos fluviais mais demorados e, por vezes, mais arriscados, os valores não ficam abaixo dos R\$ 400,00, seja em direção a Iquitos ou a Manaus, que são as possíveis rotas fluviais a partir da Tríplice Fronteira.

A comparação entre a média da renda per capita nas cidades de Tabatinga e Letícia em conferência aos valores da cesta básica pesquisadas nos estabelecimentos comerciais mais populares das duas municipalida-

des demonstra, inclusive, significativas dificuldades de grande parte da população na aquisição de determinados alimentos. No caso específico de Tabatinga, a renda média familiar não alcançaria comprar a cesta básica mínima indicada para a subsistência de uma família com quatro pessoas.

Valor da cesta básica mensal para 4 pessoas:

- 4 kg de carne	- 15 unidades de maçã
- 1 kg de feijão	- 4 litros de leite
- 1 kg de farinha	- 1 kg de arroz
- 1 kg de tomate	- 3 kg de batatas
- 1 kg de café	- 8 pacotes de pão
- 2 litros de óleo	- 1 kg de açúcar
- 2 cachos de bananas	- 500 g de manteiga

Tabatinga: R\$ 399,15

Letícia: R\$ 351,00

Gomez ainda ressalta que, apesar de todo o preconceito que ronda a identidade peruana, na Tríplice Fronteira, devemos ter em vista que, por causa da produção deles, o custo de vida se torna um pouco mais viável. Se não fosse pela abundante produção primária peruana de alimentos, que subsidiam boa parte do consumo das famílias neste território, comparando as rendas familiares com os custos da cesta básica, muitas famílias estariam em situação de fome, afirma o ex-governador do departamento do Amazonas colombiano.

Pensando a realidade brasileira, de acordo com Steiman (2002), historicamente algumas ações governamentais buscaram sanar esta problemática socioeconômica da região através do incentivo fiscal e transferência de impostos arrecadados em todo o território amazônico, como a Área de Livre Comércio (ALC) de Tabatinga, criada em 1991, concebida para funcionar como um projeto piloto e que não saiu do papel.

O Imposto de Importação (II) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serão suspensos e depois convertidos em isenção quando destinados ao consumo e venda internos; beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola

ou florestal, agropecuária e piscicultura; instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza, estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do Território Nacional; atividades de construção e reparos navais; - industrialização de outros produtos em seu território, segundo projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, considerada a vocação local e a capacidade de produção já instalada na região e estocagem para reexportação. (SUFRAMA, 2014, p. 10).

No caso colombiano, para Botía, deve-se ter em mente que muitas vezes a prioridade nacional é articular a fronteira com o próprio país e os territórios nacionais, antes mesmo que articulá-la com outros países e territórios vizinhos; isso faz com que as políticas de fronteira tenham uma forte tendência entrópica, isto é, de olhar para dentro de seus territórios nacionais e não para o outro lado das fronteiras. Historicamente sempre se priorizou na integração nacional, em detrimento de qualquer investimento de interação transfronteiriça. Afirma o professor da Universidade Nacional da Colômbia, que a própria criação da região amazônica colombiana é até hoje uma obra inacabada que carece de integração e prioridades específicas que não foram atendidas e o mesmo ocorre no Brasil, onde se percebe claramente que o interesse de desenvolvimento genuíno da nação chegou apenas até a capital, Manaus.

A difícil condição socioeconômica de grande parte das famílias da Tríplice Fronteira se reflete no acesso ao lazer, a cultura e as possibilidades de ingresso ao ensino superior. Este último, de acordo com nossos cálculos a partir dos números de matrículas nas instituições de ensino superior sediadas em Tabatinga e Leticia, não abrange mais que 1% da população local.

Contudo, sobre o panorama socioeconômico da Tríplice Fronteira refrizamos que é necessário também colocar atenção ao fato de que grande percentual das famílias vive de uma agricultura de subsistência e, dessa forma, os indicadores hegemônicos que geralmente atribuem classificação de miséria ou pobreza às populações a partir da medição do ganho monetário não se enquadram nesta realidade, gerando percepções deturpadas sobre a condição de vida na fronteira, principalmente referentes ao contexto rural. Neste caso, a medição dos aspectos referentes à qualidade de vida deve partir de outros fatores como a capacidade de soberania alimentar, a propriedade sobre a terra, a manutenção dos

aspectos culturais e a existência ou não de conflitos e sobreposições territoriais. Já no contexto urbano, onde a aquisição monetária é prerrogativa das condições de vida, realmente pode-se denunciar certo grau de pobreza ou miséria frente ao custo de vida e a renda per capita familiar.

A vulnerabilidade social mostra-se de maneira mais evidente no contexto da Tríplice Fronteira quando analisamos o caótico quadro de acesso aos serviços públicos básicos como água tratada e esgoto. Apesar de acentuada e com efeitos mais profundos nas populações vulneráveis, a dificuldade no acesso a esses serviços básicos na Tríplice Fronteira não é prerrogativa das populações pobres unicamente; a falta de estrutura e saneamento atinge o território e a população de maneira generalizada.

De acordo com a Secretaria Estadual de Abastecimento de Água em Tabatinga, o sistema atinge aproximadamente 60% dos domicílios, enquanto as informações ofertadas pelas autoridades colombianas nos indicam que em Letícia 75% das residências recebem água tratada pelo sistema municipal. As municipalidades peruanas da região não dispõem destas informações. A água que supre tais sistemas é retirada do rio e dos igarapés e recebe forte tratamento químico, (se é tratamento químico, pensa-se coisa positiva; o nome deve ser outro) sendo assim, em qualquer dos três países, mesmo naqueles lugares onde o sistema municipal de água chega até as residências, tal água é imprópria para ingestão.

No caso das comunidades rurais a resolução mais comum para esse problema é a captação de água das chuvas em grandes caixas de água, por vezes, aplicando pastilhas de cloro para possibilitar sua ingestão. Pelo volume de chuvas na região, esse sistema disponibiliza água, em média, por oito meses do ano; nos demais períodos a única fonte de água é o rio Solimões que, a princípio, é imprópria para o consumo devido aos seus componentes orgânicos. Em alguns lugares se encontram fontes de água que derivam de canais naturais do lençol freático, oferecendo água de maneira ininterrupta durante todo ano.

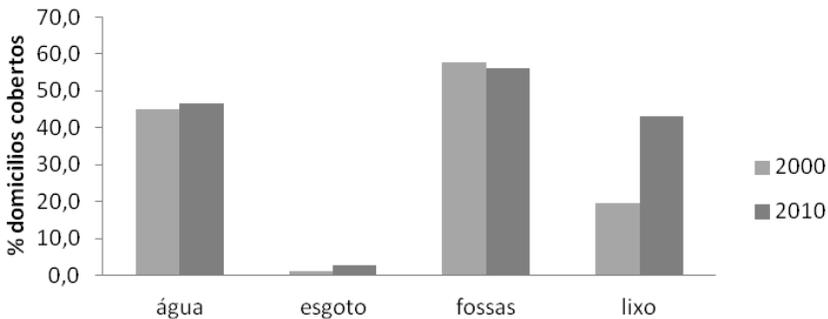
Como afirma Edwin Agudelo, pesquisador do Instituto Sinchi, em entrevista para este diagnóstico, “realmente vivemos aqui na região um paradoxo da água, pois estamos frente a uma das mais volumosas quantidades de água do planeta, porém a pessoa não tem água para beber”.

Referindo-nos ao esgoto encanado, o serviço nas duas municipalidades (Letícia e Tabatinga) não chega a 30% das moradias, de acordo com as autoridades. No caso do povoado de Santa Rosa este quadro

ainda é mais precário, pois todos os rejeitos domiciliares são despejados direto no rio, no mesmo local onde as famílias realizam captação de água para as atividades domésticas e cotidianas.

Para ilustrarmos a situação, apresentamos o gráfico a seguir disponibilizado pelas autoridades brasileiras a respeito do saneamento básico em Tabatinga entre os anos 2000 e 2010:

Evolução do Saneamento Básico Alto Solimões, 2000-2010



IBGE/CENSO 2000-2010

Gráfico 4: Saneamento Municipal de Tabatinga (2000-2010).

Fonte: Governo do Estado (2010).

Como visto, a exceção da coleta de lixo, nenhum dos demais elementos que compõem o cenário do saneamento básico na municipalidade brasileira, sofreu alterações ao longo destes dez anos.

Euzébio (2014) explicita a produção de energia elétrica enquanto problemática socioeconômica compartilhada na zona de fronteira, referente aos serviços públicos básicos. Tabatinga possui uma usina termelétrica movida a óleo diesel com capacidade de 6.700 kW, que abastece parcialmente a cidade visto que sua demanda energética atual (2016) se encontra próxima aos 8.500 kW. Por sua vez, a energia em Letícia é provida por uma termelétrica estatal de 3.200 kW, enquanto que a demanda municipal se encontra em torno de 9.800 kW. Grande parte do diesel é fornecida pela Petrobras via Manaus para ambas as cidades que convivem com um problema energético crônico de instabilidades e racionamentos. Tal situação, em última análise, inviabiliza a instalação de indústrias nas cidades e se constitui como forte obstáculo

à economia local e à geração de emprego que acomete, principalmente, a população juvenil e vulnerabiliza os comerciantes locais.

Sendo assim, no que tange ao acesso da população aos serviços básicos na Tríplice Fronteira, as condições são generalizadamente precárias, principalmente no tocante à produção de energia elétrica, água potável e saneamento básico. Esta condição estende-se aos sistemas de comunicação (telefonia e internet) que apresentam baixíssima qualidade de conexão. Este quadro geral demonstra o desafio real que representam as ações de infraestrutura no interior da Amazônia, porém, também deflagram o descaso da gestão pública e o desincentivo nacional no combate às mazelas estruturais da região.

Não é preciso informar que essas péssimas condições de serviços básicos desencadeiam nas populações pobres, significativa lista de problemas de saúde, aumentando os custos da saúde pública local e influenciando os índices de mortalidade infantil, desnutrição e outros.

Em geral, avaliando a dimensão socioeconômica na Tríplice Fronteira, a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, desenvolvida pelo governo brasileiro, afirma que o índice de estabilidade local (medido por indicador composto de estabilidade do trabalho formal, percentual de migrantes, taxa de crescimento populacional urbano e total, conflitos de terra e evolução do PIB) aponta a situação de estagnação vivida pela economia regional na última década (1998-2008). Por sua vez, a desigualdade socioeconômica interna, medida pelo índice de desequilíbrio interno, apontou elevado índice de desigualdade social e sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento diferenciadas para os diversos grupos que compõem a sociedade local (PRPFF, 2008, p. 5).

Conclui-se com o relatório do Ministério da Justiça (2011) que aponta entre as principais vulnerabilidades socioeconômicas da população que vive na Tríplice Fronteira, a baixa promoção da cidadania que abrange desde a omissão do Estado na emissão de documentação básica, na fiscalização das ilegalidades comerciais, no acesso aos serviços básicos, na inoperância dos acordos internacionais vigentes, na falta de postos de trabalho; passando por ausência de espaços e conselhos municipais de participação civil, eclodindo na inexistência de movimentos sociais organizados e no tráfico internacional de pessoas, drogas, armas, produtos vegetais e animais silvestres.

As condições de vulnerabilidade social das populações locais possuem relação direta com as dinâmicas dos mercados locais; com a inoperância corruptiva das políticas públicas dos governos locais e regionais e com os desafios estruturais que os Estados Nacionais enfrentam nos territórios amazônicos (p. 61).

Dimensão Cultural e Religiosa

A palavra “cultura” aparece no fim do século XI. Designa, nomeadamente, um pedaço de terra trabalhada para produzir vegetais e torna-se sinônimo de agricultura. Em meados do século XVI, o sentido figurado de cultura do espírito começa a ser empregado pelos humanistas do Renascimento. É no séc. XVIII que a cultura em ciências, letras e artes se torna um símbolo da filosofia das Luzes e que Hobbes designa por “cultura” o trabalho de educação do espírito. O homem cultivado tem gosto e opinião. No século XIX Tylor define a cultura através do desenvolvimento mental e organizacional das sociedades, como “esse todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças religiosas, a arte, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos que o homem adquire enquanto membro da sociedade”. Segundo os culturalistas, a cultura, enquanto modo de vida de um povo é uma aquisição humana, relativamente estável, mas sujeita a mudanças contínuas. O sentido moderno do termo reporta aos mitos, noções, imagens e modelos espalhados em certos grupos sociais e por certos canais de difusão do saber (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 55).

Nesse sentido, a cultura amazônica refere-se ao conjunto de hábitos, condutas e cosmovisões que derivam da sincronicidade com os elementos da selva, dos rios, das matas, dos animais e dos alimentos. Ela é originária de um significativo número de povos que nasceram e vivem na Amazônia e expressa uma das relações mais fidedignas entre a simbiose possível do homem e da natureza de maneira equilibrada, através de elementos visíveis e invisíveis. Gachè (2011), agrupando-os em torno do termo *bosquesinos*, afirma que constituem uma cultura derivada dos aspectos materiais e simbólicos da selva, que nos tempos atuais comungam fortalezas e desafios.

Esses desafios se situam no embate da cultura tradicional amazônica com culturas exógenas que, ao longo dos séculos, impõem relações mercantis sobre a própria selva e sobre os povos que nela habitam. As tendências exógenas são as culturas do minério, do petróleo, do gado, do extrativismo exploratório, da pesca predatória e da monocultura agrícola, principalmente da soja e de outras sementes transgênicas.

De acordo com a Rede Amazônica de Informação Georreferenciada (RAISG, 2012), as culturas exógenas relacionadas às sementes geneticamente modificadas são responsáveis por 17,6% do desmatamento na Amazônia brasileira, 9,9% na Amazônia colombiana e 9,1% na Amazônia peruana. Somadas a essas perspectivas culturais amazônicas, na Fronteira, temos a confluência das culturas peruanas, colombianas e brasileiras com elementos de distintas regiões desses países. Esse mosaico está implícito na miscigenação das músicas, culinária, hábitos, vestimentas e expressões linguísticas. Entender a cultura na Tríplice Fronteira requer um esforço em objetivar aquilo que é abstrato e que, na confluência de singularidades, compõe-se enquanto fenômenos inéditos, múltiplos, diversos e híbridos.

Por outro lado, percebemos que a ideia da Ecologia Integral apresentada pelo Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si* pode ser um caminho novo para contornar o recorrente e sempre agravado embate entre as culturas tradicionais e as culturas exógenas. Estas últimas se vêm pautadas em uma racionalidade técnica e de mercado, tremendamente descompassada e agressiva ao meio. Repensar esta racionalidade nociva a partir da Ecologia Integral pode ser assumida como um paradigma revolucionário na produção de conhecimento. A Ecologia Integral pode proporcionar grande convergência de síntese cultural e é portadora das melhores condições para ajudar a acelerar e harmonizar o diálogo entre as culturas. O grande processo que está sendo vivido sob o impulso da Igreja Católica e da Rede Eclesial PanAmazônica – REPAM, desde outubro de 2017, em vista do Sínodo PanAmazônico, certamente pode estar aportando elementos importantes para este avanço.

Manifestações da Cultura na Tríplice Fronteira

Iniciamos esta análise demonstrando, no gráfico a seguir, a proporcionalidade que compõe a população da fronteira de acordo com cada

nacionalidade. Tal densidade é uma pista valiosa para a avaliação dos principais fatores de influência na cultura regional.

Percentual Populacional na Tríplice Fronteira

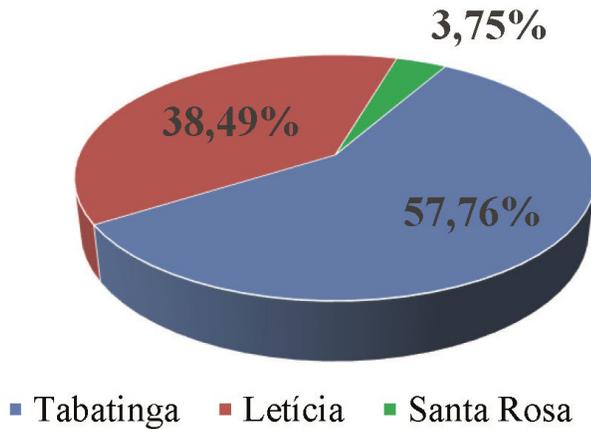


Gráfico 5: Percentual populacional na Tríplice Fronteira.

Fonte: Autor.

De acordo com o gráfico, a maior parte da população fronteiriça encontra-se sobre o território brasileiro, seguido do colombiano e, posteriormente, com uma parcela bem menor, em terras peruanas. Entre outros motivos, este quadro apresenta-se pela extensão territorial, tamanho e contingente populacional de cada estado/departamento e país, mas também reflete o resultado de fluxos migratórios já desenhados neste diagnóstico.

As manifestações mais concretas desta miscigenação cultural, reflexo imperativo das três nacionalidades distribuídas no território, demonstram-se através da música e da culinária. O contexto musical está inspirado por tendências nacionais e macrorregionais de cada país, como o reggeaton e o ballanato colombiano ou o brega, o forró e o sertanejo brasileiro. A gastronomia, por sua vez, talvez seja a expressão mais viva dessa miscigenação cultural, composta por elementos indígenas somados às culturas brasileiras, colombianas e peruanas. Sem raridade, no mesmo prato de comida podemos encontrar um peixe assado em folha de bananeira (tipicamente indígena), servido com feijoada (ti-

picamente brasileira), arroz chaulfa (tipicamente peruano) e patacones (tipicamente colombianos) (EUZÉBIO, 2014).

Nesse sentido, a cultura gastronômica da região está regida pela banana, pela farinha de mandioca, pela pimenta, pelo peixe e pelas frutas tropicais para sucos. Grande parte desses alimentos está vinculada à produção familiar de comunidades indígenas e ribeirinhas e, por conta das sazonalidades naturais, a oferta desses produtos apresenta distinções de acordo com as épocas do ano, fazendo que seus valores se alterem, nos mercados locais, em até 80% entre épocas de fartura e escassez.

Ademais, nos anos em que as enchentes são mais severas e acometem as comunidades produtoras de maneira antecipada, afetando parte da produção agrícola regional, alguns produtos básicos como a própria farinha, podem vir a faltar no mercado local, sendo necessária sua importação, que neste caso, geralmente se origina do estado do Acre.

A respeito das festividades que exacerbam a confluência desta interculturalidade do espaço fronteiriço, despontam a Festa da Confraternidade e o Festival Pirarucu de Ouro, ambos idealizados pela prefeitura de Letícia. O primeiro ocorre geralmente ao longo de cinco dias dos meses de julho, buscando integrar aspectos sociais, econômicos e culturais entre os três países. Realiza-se desde 1987. Nele, em apresentações que ocorrem em praça pública, promovem-se ações esportivas entre nações e etnias como prova de canoagem, triatlón na selva e a copa internacional de futebol. Ocorrem, também, desfiles das escolas públicas, desfiles militares e disputa do mais belo rei e da mais bela rainha do festival (BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS, 2015). O outro, ou seja, o Festival Pirarucu de Ouro, que acontece desde 1987, é uma manifestação cultural imponente e conta com grande atração turística na Tríplice Fronteira. Nele, busca-se fazer convergir e integrar as expressões musicais dos três países. O festival chama a atenção, pois oferece prêmios em dinheiro para diversas categorias como compositores, intérpretes, bandas em estilos amazônicos, entre outros. Os diversos especialistas entrevistados no intuito de aprofundarmos os dados bibliográficos coletados a respeito das manifestações culturais na Tríplice Fronteira, são unânimes em criticar esses dois grandes eventos, afirmando que eles não dão o devido espaço e reconhecimento à verdadeira cultura prioritária da região, que se refere à cultura indígena e ribeirinha. Os críticos afirmam que estes eventos são destinados a uma certa atratividade tu-

rística movida pelos grandes símbolos e ritmos nacionais que, historicamente, contribuem para o processo da invisibilidade social das culturas e dos estilos artísticos da Amazônia.

De acordo com Silva e Silva (2006, p. 27), a cultura envolve todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo; é, portanto, aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. “Do mesmo modo, é todo comportamento aprendido de modo independente da questão biológica”.

Daniela Botero, ao longo do debate do grupo focal sobre aspectos culturais, realizado para este diagnóstico socioambiental, afirma:

A verdadeira cultura da região, manifestada de forma concreta, pode-se perceber nas festas e nos bailes tradicionais que ocorrem dentro das comunidades indígenas e ribeirinhas, festas onde ocorrem danças tradicionais e rituais específicos que sempre fazem referência aos aspectos básicos da vida cotidiana, sejam eles concretos, através do culto a animais ou espécies produtivas ou aos elementos simbólicos, como mitos e lendas que compõem a cosmovisão destes povos.

O Universo Cultural Indígena na Tríplice Fronteira

Podemos definir una cultura en términos étnicos de valores sociales eso me parece mucho más interesante y que son valores sociales bastante distintos de la cultura urbana para la cultura no urbana, la cultura urbana son élites políticas y económicas, son digamos, representantes de la cultura nacional, representa las civilizaciones en cierta medida el desarrollo y justamente su manera de representarse la cultura de afuera en términos, pero son los indios que están a punto de acabarse, más que no se acabaron y que son pobres, son culturas anteriores a demarcación destas fronteras. Infelizmente en estos festivales metemos alguna cosita indígena para decir “si está el amazónico”, está presente, está nuestros indios, nuestras etnias, hablan en esos términos por parte del patrimonio, pero una decoración y que “rapidito se vayan porque no se puede bailar la música de ellos y además van a empezar a pedir plata, se emborrachan, que pereza...” Entonces realmente tenemos aquí la incorporación de las culturas regionales por la escala más baja, tratando los indígenas como ignorantes, pobres o peor, deshumanizados... como patrimonio (...) (ECHEVERRI, em entrevista a este diagnóstico, 2016).

É importante salientarmos que na América Latina existem 522 povos indígenas, falantes de 420 línguas distintas, totalizando um universo de 32,5 milhões de pessoas (ACOSTA, 2013).

Na Tríplice Fronteira, temos a seguinte predominância étnica, ao analisarmos as maiores populações:

Predominância Étnica na Tríplice Fronteira

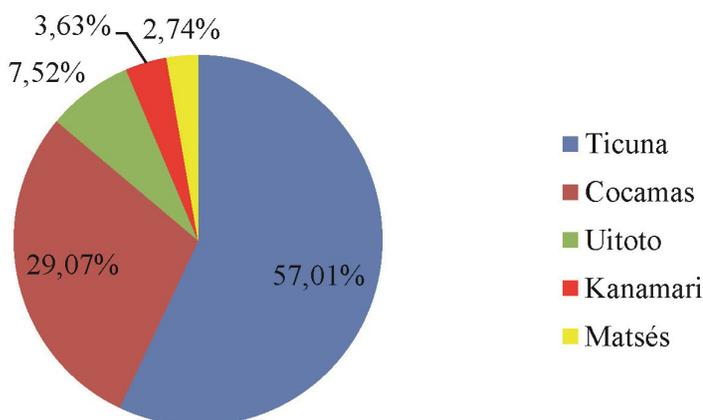


Gráfico 6: Predominância étnica na Tríplice Fronteira.

Fonte: Autor. (OBS: Percentuais referentes ao somatório total populacional dessas cinco etnias indígenas).

Como já apontamos anteriormente, os Tikunas despontam entre as populações indígenas mais numerosas da Tríplice Fronteira, totalizando aproximadamente 60.000 pessoas. Como característica geral, apresentam suas moradias em áreas circunvizinhas às regiões urbanas, destacando-se, em território brasileiro, as comunidades do Umariáçu I e II e Belém do Solimões entre as mais numerosas. Por estarem historicamente próximos e em constante intercâmbio com as populações exógenas, grande parte dos Tikunas possuem características urbanizadas. Ao longo do tempo, lograram construir instituições representativas como a Organização Geral de Professores Tikunas Bilíngues (OGPTB), no Brasil, ou a Associação Cultural Moruapu, na Colômbia.

Los Tikunas se fundamentan en el sistema clánico de organización social, lo que posibilita una red de contactos e intercambios intraétnicos entre parientes de las diferentes aldeas localizadas en el amplio espacio social de fronteras que abarca desde la región de Chimbote, en Perú (Montes, 1995: 13), pasando por todo el Trapecio Amazónico colombiano, hasta la región de Barreira da Missão, municipio de Tefé, en Brasil (Museu Nacional *et al.*, 1998), território que abarca una extensión de 600 kilómetros en sentido occidente-oriente, siguiendo el curso del río Amazonas (GARCÈZ, 2002, p. 10).



A tradição diz que após a primeira menstruação a índia Tikuna deve se manter reclusa do restante da tribo. O afastamento marca o início de uma temporada em que a menina deve aprender uma série de atividades essenciais para a inserção na vida adulta. O isolamento se encerra com o ritual da Moça Nova.

Imagem 11: Festa da Moça Nova, uma das principais manifestações da cultura Tikuna.

Fonte: www.g1.globo.com

Outra etnia que se destaca entre as mais de vinte etnias que habitam a região da Tríplice Fronteira são os Kokamas, que totalizam, entre os três países, aproximadamente 25.000 pessoas. Diferentemente dos Tikunas, os Kokamas encontraram profundas dificuldades de adaptação com as populações exógenas que chegaram até a Amazônia em seus mais diversos ciclos de exploração. Relatos das lideranças da etnia afirmam que na época de interferência incisiva das igrejas junto às comunidades, Kokamas que falassem a língua materna eram severamente castigados. Ao longo dos ciclos de exploração da borracha, índios Kokamas foram duramente atacados pelos seringalistas. Como estratégia de sobrevivência, os Kokamas mesclaram-se intimamente com a numerosa nação Tikuna ou, por vezes, negaram sua identidade indígena adotando

puramente as identidades nacionais, promovendo um fenômeno denominado de branqueamento indígena. (ACOSTA, 2013). Atualmente, as lideranças Kokamas dos três países tem empenhado grande esforço no resgate da língua materna, na luta por demarcações de suas terras e na representação de suas demandas específicas.



A Dança Makuku é uma das principais tradições do povo Kokama, celebrada em confraternizações, nascimentos e rituais específicos de fortalecimento e cura.

Imagem 12: Dança Makuku.

Fonte: <https://jovenskokamaemacao.wordpress.com>.

Já citamos que na região circunvizinha à Tríplice Fronteira encontra-se a Terra Indígena do Vale do Javari, terceira maior reserva indígena do Brasil, quarta das Américas, abarcando seis diferentes povos e aproximadamente seis mil pessoas distribuídas em 52 aldeias. Ademais, outras terras indígenas podem ser apreciadas nas regiões limítrofes à Tríplice Fronteira. Elas encontram-se assinaladas nos destaques alaranjados do mapa a seguir.



Imagem 13: Terras indígenas demarcadas circundantes a Tríplice Fronteira.

Fonte: www.am.gov.br.

Percebe-se, analisando o mapa, que a Tríplice Fronteira se avizinha com as terras indígenas demarcadas com maior extensão ao longo de toda a Amazônia continental. Esse elemento denota um caráter predominantemente indígena na cultura regional. Além da terra ser eixo basilar de toda a cultura destas populações e, portanto, destas regiões, estudos atestam que é dentro das terras indígenas demarcadas que se encontram os menores índices de desmatamento na Amazônia (ISA, 2014).

Além do Vale do Javari, no lado brasileiro, destacam-se Évare I, Évare II, Feijoal, Sururuá, São Leopoldo e Lauro Sodré enquanto terras indígenas tradicionais. No território peruano a terra indígena Matsés e a Reserva Natural Matis. No território colombiano El Vergel, Mocagua, Macedonia, Zaragoza, Isla de Ronda, Nazareth, Santa Sofia, San Sebastián, San Antonio de los Lagos, Araré, Puerto Narinho e Rios Cothuré y Putumayo.

Mesmo com significativas parcelas de terras na região, como fruto dos processos históricos de colonização, assim como dos processos socioeconômicos contemporâneos, as culturas e os povos indígenas en-

contram-se frente ao eminente risco de perda de seus direitos. Diversos pesquisadores (ACOSTA, 2013; FERRARINI, 2013; LACERDA, 2012; NOGUEIRA, 2007; BOTÍA, 2008; ALBUQUERQUE, 2006) empenhados em compreender os processos indígenas no contato com as culturas não indígenas na Tríplice Fronteira, apontam:

- Degradação dos mecanismos de comunicação transgeracionais sobre conhecimentos tradicionais;
- Empobrecimento da coesão comunitária;
- Aumento do envolvimento nas esferas do mercado formal;
- Crescente ameaça ecológica e extrativista, realizada por invasões de agentes externos em terras demarcadas;
- Aprofundamento de dependência alimentar através da doação de sementes e insumos subsidiados por órgãos públicos ou instituições de apoio;
- Diminuição das variabilidades genéticas nas áreas de cultivo, assumindo a monocultura como padrão de produção agrícola;
- Evolução na incidência de problemas relacionados ao uso abusivo de álcool, outras drogas, violência familiar e casos de suicídio juvenil;
- Ineficiência das legislações nacionais sobre as garantias constitucionais da educação e da saúde indígena;
- Aumento substancial dos casos de hepatites, HIV e outras doenças virais;
- Descaso dos governantes locais e dos órgãos de fiscalização.

Historicamente, uma das mais severas consequências ocasionadas pelos ciclos de exploração da selva e de suas populações, principalmente no tocante à borracha e à madeira, foi o rompimento das estruturas sociais que atribuem coesão à cultura indígena. Em última análise, esses processos afetaram seu protagonismo e sua capacidade de autorregulação, não raro aparecendo os indígenas nas constituições nacionais enquanto entes tutelados pelo Estado, figurando características de vulnerabilidade social e econômica que justificam intervenções arbitrárias.

Frente a este cenário, nos tempos atuais, organizações sociais indígenas florescem buscando a retomada da autogestão e do protagonismo,

a emancipação social e a qualidade de vida. Entre elas, no cenário da Tríplice Fronteira destacamos:

- Asociación Consejo Indígena de Puerto Alería (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas Aticoya (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas de La Pedrera (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas de la Zona de Puerto Arica (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas Bora–Mariña (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas de Tarapacá (Colombia);
- Asociación de Autoridades Indígenas de Resguardo de Putumayo (Colombia);
- Asociación Zonal de Cabildos e Autoridades Tradicionales de La Chorrera (Colombia);
- Consejo Regional Indígena de Medio Amazonas (Colombia);
- Associação Comunidade Wotchimauçu (Brasil);
- Associação das Mulheres Artesãs Tikuna de Bom Caminho (Brasil);
- Associação das Mulheres Indígenas Tikuna de Porto Cordeirinho (Brasil);
- Associação das Mulheres Tikuna (Brasil);
- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povo Indígena Marubo (Brasil);
- Associação de Moradores Indígenas Kocama de Tabatinga (Brasil);
- Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Ūma'tüna (Brasil);
- Associação dos Artesãos e Culturas Indígenas de Umariçu (Brasil);
- Associação dos Kanamary do Vale do Javari (Brasil);
- Coordenação de Apoio aos Índios Kokama (Brasil);
- Organização Geral dos Professores Tikunas Bilíngues (Brasil);

- Asociación del Pueblo Kulina (Peru);
- Asociación Kokama del Yavari (Peru).
-



Imagem 14: Alguns povos Indígenas da Tríplice Fronteira.
Fontes: [www.google/imagens/indiosdoaltosolimoes](http://www.google.com/imagens/indiosdoaltosolimoes); Autor (2009).



Imagem 15: Maloca, moradia da etnia Marubo.
Fonte: autor (2009).



Imagem 16: Moradia de etnia Tikuna.
Fonte: autor (2009).

As culturas indígenas são constitutivas e originárias do território que compõe a Tríplice Fronteira. Suas influências permeiam o cotidiano desse território através das roupas, danças, expressões e hábitos. Repre-

sentam as culturas integrativas com a natureza e são, sem dúvida, os primeiros donos dessas terras. Contudo, mesmo frente a essas magnânimas influências, constantemente são desconsideradas e desqualificadas por governantes e demais povos que habitam o território. Por não se incorporarem culturalmente a uma perspectiva mercadológica, utilitarista e consumista que impera nos dias atuais, sofrem com o desinteresse dos órgãos públicos.

Identities, Hierarquias e Desigualdades Sociais na Tríplice Fronteira

Partindo da percepção de que a Tríplice Fronteira se constitui através de um mosaico de culturas e identidades, no intuito de compreendermos suas dinâmicas cotidianas, devemos analisar em profundidade como tamanha diversidade opera nos mais distintos espaços de encontro e inter-relação no território.

Este foi o objetivo do estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), através do projeto *A fronteira Vivida e os Processos de Subjetividade*¹⁴ (2015) observando, para além dos discursos locais, como se estabelecem as relações cotidianas entre as diferentes populações da fronteira.

Para isso, o Grupo realizou uma coleta de dados através de 135 questionários e trinta entrevistas semiestruturadas, em três grupos distintos da população: I) nativos da fronteira; II) migrantes de outros municípios do interior dos Estados e de outros municípios do mesmo Estado; III) migrantes de outros países. As amostras estavam divididas proporcionalmente de maneira equitativa entre essas subdivisões populacionais, assim como entre as três nacionalidades.

Sendo assim, perguntou-se para brasileiros, colombianos e peruanos, nativos da fronteira, migrantes ou nativos, quais populações percebiam em melhores condições quando analisávamos as seguintes categorias: Acesso à alimentação, Educação, Futuro, Qualidade de vida, Cultura, Bem-Estar, Saúde, Lazer, Saneamento, Trabalho e Segurança.

14 LACERDA, L. F.; JANKAUSKAS, R. M. *et al.* In: BOCK, A. **Práticas e saberes psi:** os novos desafios à formação dos psicólogos. Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Editorações do Bosque, UFSC, 2015. p. 120-143.

Os resultados apontaram para uma controvérsia: apesar de formalmente perceber-se a existência de discursos respeitosos, harmônicos e integrativos entre as populações, relatados nos espaços oficiais pela prerrogativa de que “*todo somos irmãos*”, descobriu-se, por outro lado, a existência de um imaginário social hierarquicamente estruturado que embasa relações assimétricas e preconceituosas no cotidiano da fronteira.

Essa assimetria surge de um senso comum estereotipado entre as diferentes realidades e culturas a respeito destas categorias avaliadas e demonstra porque, na prática das relações e das negociações cotidianas da Tríplice Fronteira, ser peruano, indígena, colombiano, ou brasileiro faz diferença. Os resultados possibilitam a percepção da hierarquia culturalmente construída no imaginário social local, percepção esta que pode ser sintetizada na pirâmide a seguir:

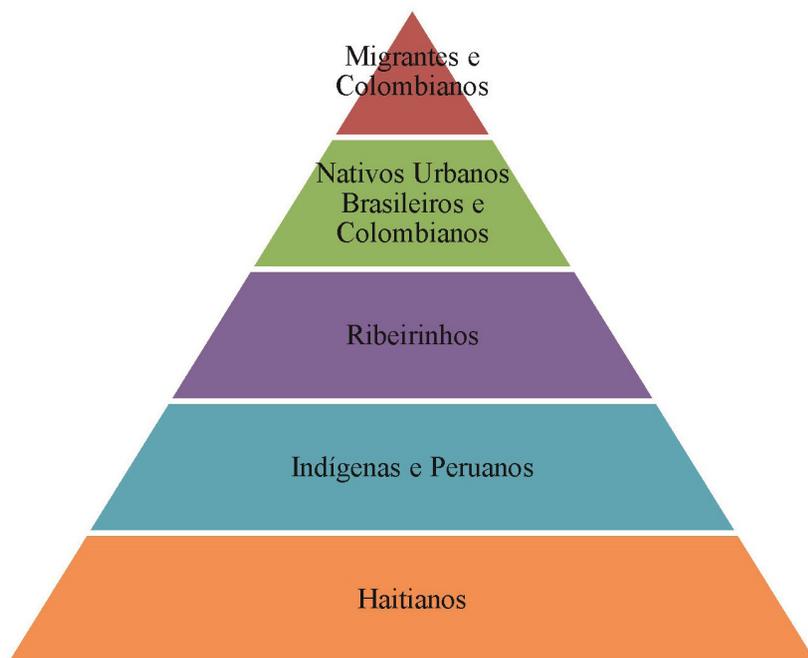


Imagem 17: Pirâmide Social no Imaginário da População Fronteiriça.

Fonte: Lacerda (2015).

Justamente influenciados pelos fatores socioeconômicos já explicitados percebem-se Haitianos, Indígenas e Peruanos entre as populações apontadas com maior vulnerabilidade social e econômica da região e,

portanto, com as menores perspectivas de qualidade de vida ao longo das categorias avaliadas. Em contrapartida, os migrantes brasileiros e colombianos que derivam de outras localidades dos territórios nacionais, geralmente em busca de melhor trabalho e remuneração, assim como os nativos colombianos de Letícia, na ponta superior, estão entre aqueles com maior estima e confiabilidade no imaginário social tríplice-fronteiriço.

Essa hierarquia que subjaz ao imaginário social de quem vive na fronteira, é responsável por uma infinidade de fenômenos sociais, econômicos e culturais que ditam a regra do território e constroem as dinâmicas relacionais entre as pessoas e grupos. A valorização ou a não valorização das culturas no cenário local deriva diretamente da hierarquia existente neste imaginário. Deriva daí o forte preconceito que as populações indígenas e peruanas apresentam quando analisamos outras dimensões da fronteira como educação, saúde, trabalho e segurança.

Os resultados da pesquisa contribuem para a caracterização do que poderíamos descrever enquanto identidades transfronteiriças, moldadas para lidar de maneira cotidiana com tais distinções. Essas identidades assumem caráter culturalmente maleável e circunstancial, versátil, respondendo de maneira dinâmica às demandas de adaptação de cada pessoa em cada contexto e situação. Exemplo disso é que, por vezes, é melhor identificar-se enquanto indígena, outras vezes é melhor não ser indígena; por vezes é melhor ser peruano e, por vezes, é melhor ser brasileiro. A mesma pessoa pode fazer esse jogo identitário como melhor lhe convier, dependendo das características locais que conseguiu assimilar em seu repertório identitário ao longo da vida.

Santos (2007) aponta que a fronteira não é apenas uma divisão territorial; é também uma condição subjetiva, referindo-se a possibilidades de ultrapassar as fronteiras da subjetividade na busca de um melhor desempenho no mundo. No mundo contemporâneo, a fronteira surge como forma privilegiada de sociabilidade; quanto mais à vontade se sentir na fronteira, melhor poderá aproveitar seu potencial emancipatório. Para se sentir mais à vontade, as identidades se flexibilizam aos estereótipos locais, como melhor lhes convier.

Para o autor, a fronteira é um espaço privilegiado a partir do momento que nos possibilita os seguintes elementos: uso seletivo e instrumental das tradições, a invenção de novas formas de sociabilidade, hie-

rarquias fracas, pluralidade de poderes e das ordens jurídicas e fluidez das relações sociais (SANTOS, 2007).

Por fim, a pesquisa deixou claro que viver no espaço amazônico de fronteira representa assumir um devir pioneiro, pois se trata de uma região onde há muito que se fazer e, as possibilidades de pesquisa, vida e trabalho são inúmeras e apresentam esse território como lugar promissor para aqueles que por ela se aventurarem.

Sobre os processos de inclusão e exclusão social na Tríplice Fronteira a partir de aspectos culturais e econômicos, se pensarmos as populações que ocupam a base inferior da pirâmide hierárquica do imaginário social local, o material elaborado pela Equipe Itinerante é muito assertivo ao afirmar que:

A questão da inclusão social está profundamente vinculada à da exclusão, aliás, duas faces da mesma moeda: as relações sociais dominantes de desigualdade expressam-se nas políticas públicas. Desta forma, a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas. A inclusão/exclusão também pode se referir a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferização/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos, à discriminação/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou a opções e modos de vida. Além disso, o sofrimento marca as condições de inclusão e exclusão sob o ângulo subjetivo. Dessa forma, a exclusão é um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado em determinado território (EQUIPE ITINERANTE, 2015, p. 4).

Por outro lado, se a cidadania tem como pressuposto a participação e a garantia dos direitos, isso implica na real prestação de serviços pelo poder público e a existência de condições (ou meios) de vida, com desenvolvimento pessoal na diversidade explícita de culturas, gênero, raça, etnia, opções religiosas e orientações sexuais. A negação da cidadania

nia, por sua vez, pressupõe o impedimento e a ausência desses direitos e dessas condições.

É, justamente, a negação desta cidadania, através da inexistência de espaços democráticos de participação cidadã e popular, que domina a Dimensão Social e Cultural na Tríplice Fronteira negando os direitos dos povos originários deste território, caracterizando-se assim, como uma dimensão que ainda opera nas lógicas e consequências provocadas pelos processos de colonização da Amazônia (EQUIPE ITINERANTE, 2015).

Dessa percepção surgem as demandas sociais emergenciais apontadas no documento: educação de qualidade e de oportunidade de trabalho, segurança e orientação da família, apoio à terceira idade, capacitação profissional para jovens, combate à violência ligada ao tráfico de drogas e às mulheres, prostituição, aliciamento de menores e crescimento da pedofilia, desagregação das famílias indígenas pelo alcoolismo, falta de segurança nas comunidades, ausência do poder judiciário nos municípios, insegurança da população por insuficiência e despreparo de policiais (EQUIPE ITINERANTE, 2015).

Está posto aí um outro elemento que chama a atenção na cultura local da Tríplice Fronteira: o machismo, a discriminação e a violência contra as mulheres. De acordo com o Mapa da Violência contra a Mulher, desenvolvido pela ONU – Mulheres (2015), o Estado do Amazonas brasileiro ocupa a segunda colocação entre os Estados da Federação com maior número de violência contra a mulher, apresentando em dez anos (2003-2013) um aumento de 174,3% dos casos e totalizando, neste período, 727 mulheres mortas. Tabatinga ocupa o lugar de número 95 entre os aproximadamente 5.000 municípios brasileiros, estando entre os lugares mais perigosos para as mulheres.

De acordo com a ONU – Mulheres (2015), a região rural do Peru lidera a lista mundial de violência contra as mulheres, enquanto que sua área urbana está em terceiro lugar. A zona rural do Brasil ocupa o 9ª lugar e a zona urbana a 12ª. Por sua vez, a Colômbia ocupa mundialmente o segundo lugar tratando-se de violência contra a mulher provocada pelos próprios maridos.

De acordo com o Plano de Desenvolvimentos Departamental (2015), no Amazonas colombiano 89% das vítimas de violência doméstica são mulheres, com 84% das vítimas de violência sexual sendo mulheres; 57% das mulheres da zona rural do Amazonas colombiano

afirmam que já foram vítimas de algum tipo de controle violento por parte de seus esposos e 29,9% receberam ameaças à vida. Por fim, o documento informa que, na Colômbia, as mulheres trabalham em média 10,8 horas a mais do que os homens, durante a semana e ganham aproximadamente 20% menos. Uma a cada cinco mulheres entre 15 e 19 anos está grávida e em 64% destes casos a gravidez não foi planejada. Em 2011, foram denunciados às autoridades de Letícia 102 casos de abuso sexual de menores.

Se registra un aumento significativo de explotación sexual com menores de edad con fines económicos, especialmente en la zona de frontera con Brasil y Perú. En el caso de corregimientos fronterizos se registran algunos hechos de cambio de menores por remesas, especialmente para el trabajo de menores y explotación sexual. Es importante reconocer que Amazonas, se encuentra ubicada en un centro de alto interés turístico internacional, lo que lo convierte en una zona de alto riesgo para la explotación sexual comercial de menores por el turismo, se registran casos de turismo sexual en el Municipio de Letícia y Puerto Nariño. (PLAN DE DESAROLLO DEPARTAMENTAL, 2015, p. 69).

Este quadro soma-se a outros elementos preocupantes a respeito dos aspectos relacionados à sexualidade e à cultura local: os índices de contaminação de HIV nas municipalidades de Tabatinga e Letícia são surpreendentemente superiores às médias de seus respectivos países. A gravidez na adolescência é comumente encontrada na região com altas taxas, junto com os casos de desestruturação familiar, partindo principalmente da inexistência ou abandono da figura paterna. São marcas de, aproximadamente, um quarto das famílias, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Tabatinga.

Apesar disso, em nenhuma das municipalidades que compõem a fronteira encontram-se serviços de referência especializados no combate a este tipo de crime (violência contra a mulher) ou mesmo instituições de apoio que trabalhem junto à população jovem temas referentes à sexualidade e ao planejamento familiar. Na verdade, o que se encontra são jovens livremente circulando por casas noturnas e zonas de aliciamento, sem a menor interferência ou preocupação por parte das autoridades, salvo algumas ações específicas de controle em dias de grande movimentação, como sextas e sábados, nas principais casas de entretenimento.

Conclui-se que, apesar de constituir-se enquanto aspecto velado, e muitas vezes domiciliar, a cultura do machismo e da violência contra a mulher é comum na Tríplice Fronteira.

Temos, portanto, uma Dimensão Cultural miscigenada, que provoca identidades maleáveis, apesar de um imaginário social hierarquicamente estabelecido, o que acaba por contrariar os discursos formais de integração entre os povos. Apesar do imperativo indígena e amazônico no cenário cultural da Tríplice Fronteira, são estas as populações, junto com as populações peruanas, as mais sujeitas ao preconceito e ao desca-so governamental. Por outro lado, na Tríplice Fronteira tratamos da cultura do encontro, da troca, da dinâmica entre os diferentes, o que atribui à cultura local características potentes, únicas e híbridas. O ser ou não ser da fronteira é fruto de algo circunstancial, dinâmico e inusitado.

Aspectos Culturais Religiosos

Quando falamos em cultura referimo-nos ao que é profundamente humano, e tem uma expressão singular. Cultura é um estilo de vida uma maneira de se relacionar, o que - na sua essência mais profunda - se expressa na forma de valores. Esses valores são o instrumento através do qual uma cultura cria suas identidades. Identidade cultural é ao mesmo tempo pessoal e comunitária e dá força e reconhecimento local. Algumas culturas tem consciência de desenvolver suas atividades aos olhos do Criador e no contexto da grande narrativa épica da criação e dos ancestrais. Uma espiritualidade que vincula o povo com a terra não em uma visão fragmentada, mas holística (IHU, 2011, p. 38).

Como percebemos na contextualização histórica sobre a Tríplice Fronteira, as instituições religiosas, principalmente as católicas, possuíram grande importância e influência na constituição deste território. Foram os missionários, por exemplo, a mando das coroas portuguesas e espanholas, que se instalaram na região de forma pioneira e estabeleceram os primeiros contatos com as populações tradicionais ao longo do século XVI. De acordo com Euzébio (2010), as freiras franciscanas foram a primeira Ordem Religiosa a chegar ao Amazonas para fixação permanente, provavelmente junto com os portugueses, em 1616. Pos-

teriormente, chegaram as Carmelitas e os Mercedários, por fim, os Jesuítas trazidos pelo Padre Antônio Vieira, em 1652-53. Frisa o autor que as ações Jesuítas, diferente das demais Ordens Religiosas no período colonial, destacaram-se na Amazônia por “sua capacidade organizativa, extensão territorial e impacto social” (p. 35).

Pelo lado colombiano, as ações da Companhia de Jesus, que iniciaram em 1626, sofreram prematura interrupção e retornaram apenas trinta anos depois, em 1661. Um século depois, em 1767, Carlos III também expulsou diversas ordens religiosas das colônias, entre elas os Jesuítas da região da Tríplice Fronteira. Mesmo assim, a presença da Companhia de Jesus foi marcante, pois a Ordem penetrou por vasta região, chegando até o Peru pelo rio Marañon e fundando a província de Maynas, com 28 povoações e, aproximadamente, 80.000 indígenas (EUZÉBIO, 2010).

Nesse contexto, são marcadas as histórias do missionário jesuíta Samuel Fritz, e sua relação com índios de etnia Cambeba e Omágua em território brasileiro, peruano e colombiano. Fritz trilhou uma linha continental horizontal cobrindo o vasto território entre Quito (no Equador), e Belém, no litoral brasileiro, influenciando diretamente na construção dos limites fronteiriços que conhecemos hoje (EUZÉBIO, 2010).

No Brasil, no início do século XX, os freis Capuchinhos Agatangelo de Spoleto, Martino de Messapico, Domingos de Gualdo Tadino e Ermenegildo de Foligno, saindo de Nápoles, chegaram ao Alto Solimões em 30 de junho de 1909 e desenvolveram uma missão social e caritativa na Diocese do Alto Solimões, missão que se convencionou chamar de Igreja sobre o Rio.



Em pé:
Frei Agatangelo de
Spoletto e Frei Martino
de Messapico

Sentados:
Frei Domingos de
Gualdo Tadino e Frei
Ermengildo de Foligno

Imagem 18: Freis Capuchinhos no Alto Solimões.

Fonte: Diocese do Alto Solimões.

Ao longo desse percurso centenário destaca-se a obra e a missão de Frei Fidélis que, chegando ao Brasil em 1926, viveu entre os Tikunas, idealizando a primeira gramática e o primeiro dicionário em língua Tikuna, posteriormente publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Nacional Brasileiro.

Em 1981, assume como bispo da diocese do Alto Solimões o capuchinho natural de Benjamin Constant, Dom Alcimar Caldas Magalhães (TOSTI, 2012). A década de oitenta é marcada pela atenção especial da Igreja às precárias condições de vida dos povos indígenas, em especial dentro do Vale do Javari. Principalmente através das ações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Opan (Operação Anchieta) é que se fez frente aos extermínios e expropriações pelos madeireiros em terras indígenas, motivando, através da Igreja, governos e atores políticos a respeitarem esses povos. (TOSTI, 2012).

Dessa época também data o início da ação Marista, denominada projeto Rondon, que viabilizava a visita de acadêmicos universitários e profissionais de diversas áreas até a Tríplice Fronteira com o intuito de realizar pesquisas e auxiliar as populações tradicionais em suas princi-

pais mazelas, como a saúde e a educação. Nos autos de tal projeto, resalta-se o importante trabalho realizado com a juventude de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, através de grupos e pastorais embalados pela mística de Marcelino Champagnat.

Vejamos, na tabela a seguir, esta retrospectiva da presença histórica da Igreja no território brasileiro da Tríplice Fronteira:

1910	Papa Pio X com a Bula “ <i>Cum ex Nimia Diocesis Amazonum</i> ” cria a PREFEITURA APOSTÓLICA DO ALTO SOLIMÕES
1913	Abertura de áreas missionárias: 1ª - São Paulo de Olivença; 2ª - Remate de Males; 3ª – Tonantins.
1917	Tonantins: 1ª sede da Prefeitura Apostólica do Alto Solimões.
1925	Sede da Pref. Apostólica foi transferida de Tonantins para São Paulo de Olivença.
1951	Instalação da Prelazia do Alto Solimões em São Paulo de Olivença.
1991	Prelazia do Alto Solimões foi elevada à categoria de Diocese.
1992	Igreja Catedral de NS ^{ra} . do Perpétuo Socorro, foi instalada na Diocese do Alto Solimões e empossado seu primeiro Bispo, Dom Alcimar Caldas Magalhães.
2015	Chega ao Alto Solimões o Bispo Dom Adolfo Zon Pereira.

Tabela 8: Datas históricas da Igreja de Tabatinga.

Fonte: autor (2016).

Referente à parcela colombiana do território, o Vicariato Apostólico de Letícia faz parte da província Eclesiástica de Villacencio e foi estabelecido enquanto prefeitura Apostólica por ordenação do Papa Pio XII, em 1951. Em 2000, foi elevado a Vicariato Apostólico pelo Papa João Paulo II.

Historicamente, em 1886, a Colômbia é quem escreve ao Vaticano solicitando uma missão religiosa para o cuidado com a educação dos povos indígenas na região da Tríplice Fronteira e, em 1903, tal missão é organizada pelos Missionários Capuchinhos. As ações da Igreja em relação à educação indígena se intensificam em 1930, quando se torna eminente o conflito territorial entre Colômbia e Peru, após certa

interrupção de quase trinta anos. A Igreja retorna suas ações entre os períodos de 1972 e 1975.

Em 1976, o recém criado Fundo Educativo Regional, ligado ao Ministério de Educação e à Secretaria de Educação Comissarial assume o manejo destes processos educativos, formando, em 1984, o Grupo de Etnoeducação.

Mesmo com o novo domínio governamental sobre a educação, a Igreja segue mantendo ações educativas no Amazonas, principalmente nas regiões de missão. Essas missões geralmente se localizavam próximas às terras indígenas e ofertavam a modalidade de internato às crianças indígenas. Com estas observações pode-se afirmar que o principal investimento histórico da igreja colombiana destinou-se à área da educação na Tríplice Fronteira.

Vejamos um sucinto retrospecto:

1904	A Constituição da Prefeitura Apostólica de Caquetá (Departamentos de Caquetá, Putumayo e Amazonas).
1930	A Prefeitura Apostólica de Caquetá é elevada a Vicariato.
1951	O Território do Vicariato de Caquetá é dividido e nasce a Prefeitura Apostólica de Letícia, aos cuidados dos Freis Capuchinhos da Província da Cataluña.
2000	A Prefeitura Apostólica de Letícia é elevada a Vicariato Apostólico por João Paulo II.
2013	O Papa Benedito XVI cria o Vicariato Apostólico Puerto Legízamo-Solano, referente ao território do corregimento de Puerto Alegria.

Tabela 9: Datas históricas da Igreja de Letícia.

Fonte: CELAM (2009).

Do lado peruano da fronteira, especificamente em Santa Rosa, os dados históricos e estatísticos sobre aspectos religiosos são inexistentes. Sabe-se que a presença da igreja católica tem sido realizada pelas representações congregacionais brasileiras e colombianas. Destaca-se, no cenário da ilha, significativo número de famílias que seguem a ordem Israelita do Novo Pacto Universal, estimando-se inclusive, de maneira informal, serem em maior número que os católicos.

Martín Muñoz, que atualmente possui casa em Islândia, fronteira peruana com a municipalidade brasileira de Benjamin Constant, conta que, em 1990, quando estava em Pisco, escutou uma voz lhe chaman-

do, disse ter a certeza de ser a voz de Deus. Funda-se assim, na Tríplice Fronteira, a Missão Israelita (do Novo Pacto Universal), guiados por Ezequiel Ataucusi Gamonal, fundador do grupo com forte disciplina sexista entre seus adeptos, amparando-se no antigo testamento. Na região da Tríplice Fronteira, somam 2.500 pessoas e, em toda a província de Mariscal Castilla, superam os 20 mil. (El Comercio, 2016).

Con la muerte del fundador del Frepap la iglesia israelita se quebró, pero no desapareció. Y los seguidores continuaron su expansión. Su prédica: una lectura exacta y fanática del Antiguo Testamento, un papel postergado para la mujer, el trabajo de la tierra. En Caballococha y Letícia se los ve vendiendo los productos que cultivan. Vestidos con sus túnicas, enfrentando el calor de la selva. (El Comercio, 2016).



Imagem 19: Israelitas de Santa Rosa.

Fonte: <http://dawnontheamazon.com/blog>

Facilmente identificados pela longa barba usada pelos homens e pelo véu rosa usado pelas mulheres, têm ampliado a produção agrícola e a atuação no comércio varejista da fronteira. Mais recentemente, tem-se suspeitado que este grupo está plantando coca para fornecer aos narcotraficantes. A estimativa é de que em todo o Peru já existam cerca de 300 mil seguidores, cuja doutrina mescla cristianismo e a cosmovisão do homem andino. A selva peruana seria o lugar escolhido por Deus, para onde eles estão migrando e até conquistando postos políticos locais. Podemos até afirmar que hoje os Israelitas já são imprescindíveis ao abastecimento de Letícia e Tabatinga (NOGUEIRA; NETO, 2015, p. 516).

Recentemente, os Israelitas instalaram-se em território leticiano, ao fim da estrada municipal que liga a via rural. Nela caminha-se mais de seis horas aproximadamente e pode-se encontrar uma vasta parcela de terra que vem sendo cultivada pelos adeptos da seita. O lugar é chamado de El Calderón. Eles trazem sistematicamente seus produtos ao centro de Letícia para a comercialização.

Além de católicos e israelitas, no território da Tríplice Fronteira encontram-se seguidores(as) atrelados(as), principalmente, à igreja evangélica, batistas, igreja da Santa Cruz e, em menor escala, representações de culturas religiosas espíritas e afrodescendentes¹⁵, maçônicos e mórmons. Os gráficos, a seguir, demonstram o percentual da população de acordo com as crenças religiosas nos últimos censos nacionais de Brasil e Colômbia:

Adeptos às religiões em Tabatinga -Brasil

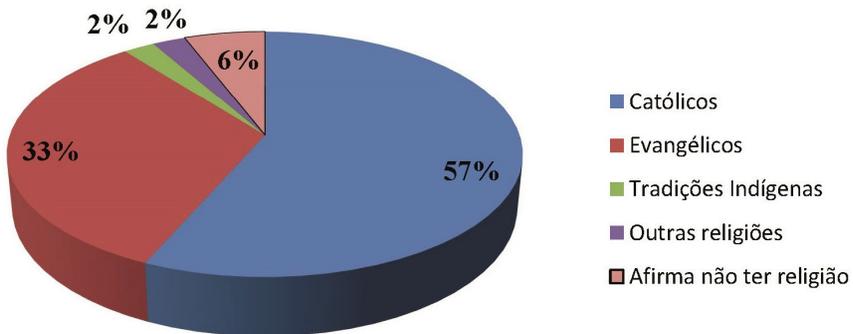


Gráfico 7: Crença religiosa em Tabatinga.

Fonte: IBGE (2010).

15 Para Saber Mais: SILVA, Reginaldo Conceição da. Espaço das folhas: uma festa, ritos e devoções nas comunidades afro-religiosas; SILVA, Reginaldo Conceição da. A “construção” da identidade afro-religiosa na fronteira Brasil, Peru e Colômbia. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019901_ARQUIVO_BANNER-ABA2014.pdf.

Adeptos às religiões em Letícia - Colombia

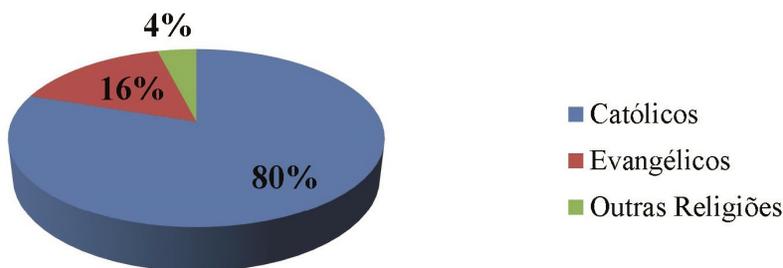


Gráfico 8: Crença religiosa em Letícia.
Fonte: CELAM (2009).

Seguindo a perspectiva multicultural do território da Tríplice Fronteira, as caracterizações dos aspectos religiosos não são diferentes. A região é plurirreligiosa. Diversos pesquisadores tem dedicado significativos esforços na compreensão das dinâmicas religiosas desta fronteira. Para além dos números explicitados nas pesquisas populacionais, que oferecem um cenário fidedigno da questão, Dias (2017, p. 6-7) afirma que “na fronteira, sendo esta um espaço de intercruzamentos de ideias religiosas, o pertencimento a uma religião nem sempre implica em exclusividade (para o convertido), isso torna a fronteira um campo de batalhas simbólicas permanentes pelo monopólio da santidade”. Outro traço característico das religiões da fronteira é que “estas giram em torno do alcance de alguma cura ou resolução de uma desordem psicossomática, relacional ou mesmo econômica”. Assim, a “religião na fronteira amazônica recria identidades e laços relacionais tão intensos como a consanguinidade. Daí a importância de se perceberem como 'irmãos' e 'família' na congregação e sendo assim, dada à própria condição de interpenetração cultural na fronteira, é perfeitamente compreensível que uma religião 'de fora' precise se flexibilizar, se adequar ou 'negociar' sentidos”.

Como tendência geral do século XXI, as igrejas da região também se questionam sobre seu papel missionário, político e social no universo amazônico. Como vemos nos encartes abaixo, divulgados por uma Congregação Religiosa que marca sua presença na região amazônica, há algumas décadas:



Imagem 20: Encartes religiosos sobre a Fronteira e a Amazônia.
 Fonte: Gutenberg (2005).

Nos tempos atuais, os movimentos religiosos, principalmente aqueles ligados às pastorais da igreja católica, têm se empenhado na defesa das populações mais vulneráveis da Tríplice Fronteira e da Amazônia como um todo. Através de apoio e desenvolvimento de projetos vinculados à ideia da sustentabilidade dos processos produtivos e à melhoria na qualidade de vida nas comunidades rurais¹⁶, ou mesmo em ações de empenho caritativo em situações de aguda vulnerabilidade social.

No lado colombiano destaca-se a preocupação eminente da igreja católica com as famílias deslocadas ao longo do território nacional por conflitos armados, desenvolvendo ações de animação da pastoral dos migrantes e refugiados na Tríplice Fronteira. A Diocese do Alto Solimões (Brasil) tem um plano de Pastoral, desenvolvido pela Igreja e pelas congregações presentes na fronteira.

Contudo, mais uma vez, temos dificuldades em tirar as coisas do papel e colocar na prática, principalmente porque a região é muito grande e cada município tem uma realidade e as paróquias geralmente recebem uma pastoral dentro de uma linha muito formal, difícil de convergir, apesar de que o processo foi muito interessante por juntar muita gente para discutir esses assuntos (Dom Alcimar, 2016).

De acordo com o Plano Diocesano do Alto Solimões, suas ações são estratégicas e emergenciais: articular o Setor Diocesano da Juventude; organizar a Pastoral Universitária; criar uma equipe de animação bíblico-catequética-litúrgica em nível diocesano; elaborar subsídios para a catequese; produzir material nas línguas indígenas; criar a Coordenação Diocesana de Pastoral; apoiar, reforçar, fortalecer as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs; criar ou fortalecer a Cáritas e as Pastorais Sociais (Pastoral da Criança, Pastoral Carcerária, Pastoral de Mobilidade Humana, Pastoral Indígena, Pastoral da Sobriedade, Pastoral da Mulher, Pastoral do Menor) e a participação nos Conselhos de Cidadania Municipais; organizar a articulação com a Rede de Enfrentamento ao

16 Neste caso, recentemente destaca-se o Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, desenvolvido por uma ONG italiana chamada ISCOS em parceria com a Diocese do Alto Solimões e os Freis Capuchinhos de Benjamin Constant.

Tráfico de Pessoas; conhecer e refletir a situação dos indígenas na nossa Diocese e articular propostas concretas em parceria com o CIMI; assumir a Campanha em prol da vida dos povos do Vale do Javari e das outras etnias e trabalhar em comunhão e participação com as forças vivas da Igreja da fronteira (Vicariato São José, Diocese de Letícia, REPAM, Maristas, Companhia de Jesus, etc.).

Em entrevista recente, para este diagnóstico, Dom Alcimar Caldas afirma existir pouca bibliografia registrada sobre as igrejas na região da Tríplice Fronteira. Porém, do lado brasileiro, destaca a presença dos Irmãos Maristas, das Irmãs Missionárias Capuchinhas, dos Frades Capuchinhos e das Irmãs vindas de Campinas para a região há, aproximadamente, 40 anos. Do lado peruano, destaca as Irmãs brasileiras que vivem em Islândia e as Irmãs mexicanas em Caballococha.

Na perspectiva de Dom Alcimar, a população peruana na Tríplice Fronteira triplicou nos últimos dez anos, fruto da valorização da moeda brasileira, dos benefícios sociais e do mercado local com pouca fiscalização sobre os produtos de uso cotidiano. Porém, em Santa Rosa não há representação oficial da igreja, apesar das diversas missões realizadas neste território por representações de estruturas religiosas externas.

Em Santa Rosa, antigamente, eram os colombianos que davam assistência religiosa, depois passou ao lado brasileiro e, atualmente, um grupo de leigos, de Santa Rosa mesmo, coordena as ações da igreja na ilha e se reportam por vezes aos brasileiros e por vezes às autoridades religiosas colombianas (DOM ALCIMAR, 2016).

Por sua vez, o lado colombiano da fronteira é historicamente marcado pela presença constante da igreja católica. Inclusive, em determinada época, o bispo tornou-se secretário de educação de Letícia, dando conotação religiosa ao sistema público de ensino. Dom Alcimar afirma que, na cidade colombiana, até hoje existem escolas e internatos geridos pelo Vicariato e Congregações Religiosas.

Padre Ylmer Alonso, pároco de Letícia, ao longo do grupo-focal para este diagnóstico, lembra também o empenho que a igreja colombiana tem destinado no tocante à Pastoral Social, principalmente no trabalho com comunidades Tikunas. Salienta que entende como muito importante a participação e o empenho dos bispos representantes das

três nacionalidades nos trabalhos enfocados pela igreja na Tríplice Fronteira. Porém, chama a atenção que párocos, padres e religiosos em geral não podem ficar sempre dependentes dessas figuras superiores, esperando diretrizes e indicações.

Dom Alcimar afirma que nunca se efetivou um trabalho concreto entre as igrejas da Tríplice Fronteira; houve reuniões tratando da população peruana mais vulnerável, contudo, apesar de uma relação mais estreita entre a igreja brasileira e peruana, em conjunto à colombiana, nunca se constituiu, de fato, uma ação concreta.

Sobre a frágil relação entre a igreja católica brasileira e colombiana, Dom Alcimar afirma existir uma fronteira cultural, com formas de trabalho e concepções de pastoral diferentes.

Eu acho que a nossa caminhada de igreja no Brasil com seus percalços e avanços, tornou-se uma igreja mais popular, com a participação de comunidades de base de maneira mais efetiva, os núcleos de evangelização comunitária, caminhando mais independentemente da figura do padre. Lá [Colômbia] me parece que temos uma igreja mais sacerdotal, quem sabe pelo elevado número de padres e diáconos que nos supera em muito, além disto, uma tradição familiar muito forte com a igreja, tornando o clero muito numeroso. A nossa influência laica é muito maior e isso exigiu uma igreja mais voltada e encarnada nas realidades. Por um tempo, em Manaus, no fim da segunda metade do século passado, houve até certo desprezo pela figura dos padres, principalmente por influência dos Maçons. (Dom Alcimar, 2016).

Dom Alcimar recorda que, em agosto de 2005, foi realizado o I Encontro das Igrejas de Fronteira, ocorrido em Tabatinga, com representação dos superiores brasileiros, colombianos e peruanos.



Imagem 21: I Encontro de Igrejas na Tríplice Fronteira.

Fonte: CIMI (2005).

O encontro teve significativo foco na socialização de experiências da Pastoral Social de Letícia, que se destaca por um intenso processo de acolhimento de famílias que chegam até a fronteira deslocadas das áreas de conflito com a Guerrilha Armada em outras partes do país. Nesse contexto, os anos de 2007 e 2008 foram os anos em que o maior número de pessoas chegou até as fronteiras movidas por esses problemas. No final deste período, de acordo com a Equipe Itinerante (2010), somaram-se 149 famílias e 502 pessoas.

Frente a esse quadro, os encontros entre as igrejas católicas da fronteira nos anos de 2006, 2007 e 2008 propuseram a criação da Pastoral de Mobilidade Humana (PMH), que previa a abertura de um escritório para o acolhimento dessas pessoas, assim como determinadas verbas para o desenvolvimento de ações específicas. Além desses objetivos gerais, a Pastoral visava também:

- Celebração da Semana dos Migrantes em julho e setembro;
- Devoções populares aos migrantes, especialmente a Nossa Senhora dos Milagres;
- Visita e acompanhamento às famílias;
- Missões populares a serem realizadas nos bairros periféricos;
- Atividades de conscientização da sociedade sobre o fenômeno migratório;
- Fortalecimento de grupos de migrantes.

Irmã Patrícia, dentro do processo do grupo focal sobre a igreja e a fronteira, relembra com detalhes essa história de integração entre as igrejas locais. Afirma que este movimento começou incentivado pela Equipe Itinerante que, apesar de não receber apoio entusiasmado dos Bispos, a ideia dela (da Equipe Itinerante) sempre teve boa receptividade. O primeiro encontro foi em 2005. Desse encontro despontou o início dos trabalhos com a Pastoral da Mobilidade Humana na Tríplice Fronteira, porém contaram com pouca articulação e participação até o ano de 2008, quando foi realizada a primeira pesquisa sobre o tráfico de pessoas na região. Nesse mesmo ano, com apoio das forças armadas, assessoradas por um delegado de Manaus, realizou-se o I Seminário de Tráfico de Pessoas na Fronteira. Nesse movimento percebeu-se, pela primeira vez, de maneira contundente o papel de Santa Rosa (Peru) nessa dinâmica.

O trabalho com essa temática se desenvolveu de maneira tímida até a Campanha da Fraternidade de 2014, quando atores de diferentes representatividades da igreja católica na Tríplice Fronteira resolveram reunir esforços para rearticular o trabalho contra o tráfico de pessoas. Atualmente, esta é uma das redes mais fortes que se pode encontrar nas igrejas católicas da região, abarcando representantes dos três países.

Os encontros das igrejas de fronteira culminaram na consolidação da Pastoral Carcerária que, atualmente, desempenha presença apenas no presídio de Tabatinga e na Casa de Trânsito para Migrantes e Refugiados, também localizada em Tabatinga. Essa Casa abriu um capítulo polêmico que representa a própria dificuldade de articulação das igrejas no território de fronteira.

Ao longo do grupo focal a Casa em questão foi debatida em profundidade. Afirmam os participantes que esta foi uma iniciativa da

igreja de Letícia e da Diocese do Alto Solimões, com apoio de outras entidades religiosas internacionais e doações de particulares. Apesar de um profundo investimento na construção da Casa e no seu mobiliário, o projeto nunca se concretizou, ficando, inclusive abandonado por determinado tempo. Este fato levou a Diocese do Alto Solimões a reorganizar o espaço para servir de Casa de Apoio aos missionários e demais visitantes da fronteira.

É importante frisar que:

A Equipe Itinerante foi pensada pelos Jesuítas a partir das necessidades de ser presença nas regiões da Amazônia. Em 1998, Cláudio Perani, Superior Regional, anima os jesuítas a abraçar uma nova perspectiva de missão: “Andem pela amazônica e escutem atentamente o que o povo fala... Participem da vida cotidiana do povo...” No mesmo ano (Out/1998), as irmãs da Congregação de Nossa Senhora (CSA) sentem-se interpeladas pela proposta enviando uma religiosa para inserir-se no processo. A EI é um espaço interinstitucional de serviços às comunidades, organizações, movimentos, grupos e povos da Amazônia, Ela não tem identidade jurídica própria, mas tem toda a força interinstitucional das organizações que somam na proposta. Tem como objetivo: 1) Potencializar e valorizar a vida dos ribeirinhos, indígenas marginados urbanos, em suas múltiplas relações com a terra, cultura e identidade; 2) construir e fortalecer redes solidaria entre comunidades, povos, organizações diversas, Igrejas e países; 3) contribuir com assessorias específicas; 4) enraizar, provocar partilha de conhecimentos sobre os contextos socioculturais e político-econômicos da região amazônica. No momento somos 12 membros com uma presença de 11 instituições, distribuídas em três núcleos: Manaus (AM), Tabatinga (AM); na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia, Boa Vista (RR); na Tríplice Fronteira Brasil-Guiana-Venezuela (Equipe itinerante, 2005).

Apesar de a Equipe Itinerante, nos últimos anos, ser a representação mais efetiva da igreja católica nos temas sociais da Tríplice Fronteira, desenvolvendo importantes avanços nas ações com populações vulneráveis, populações indígenas e ribeirinhas, por falta de disponibilidade de pessoal e diminuição dos aportes e recursos ofertados pelas instituições religiosas, reduziram profundamente suas ações. Seu campo de abrangência, retirando sua residência física da região do Alto Soli-

mões, após anos de trabalho, permanece em Manaus e na fronteira de Brasil-Peru-Bolívia.

Qual o papel da igreja sobre os temas polêmicos no território de fronteira? Essa é a pergunta que acompanha a discussão sobre a incidência da igreja na política regional em prol das populações menos assistidas. O Brasil, por exemplo, possui uma das mais fortes bancadas ruralistas e de agronegócio da América Latina, responsável pelo avanço das monoculturas sobre os mais diversos territórios tradicionais. Por outro lado, a igreja católica, em nível nacional, também possui muito poder, porém, mesmo com tamanha força, pouco se percebe da sua ação em defesa dos povos indígenas junto aos políticos em Brasília ou dentro de cada Estado da Federação.

A temática indígena, contudo, é um tema presente ao longo da trajetória da igreja na fronteira. Na fronteira, historicamente, as igrejas locais desenvolvem trabalhos com um número muito grande de comunidades e etnias em um percurso que apresenta encontros e desencontros. Irmã Magdalena lembra que existem relatos de lideranças que afirmam, em épocas passadas, que representantes da igreja proibiam, sob o emprego de castigos, que indígenas falassem sua língua materna. Contudo,

"isso faz parte de um capítulo antigo da igreja e que hoje sua ação é justamente ao contrário, no sentido de fortalecer e apoiar as lutas indígenas em toda a América Latina."

A religiosa aponta, ainda, que esse passado é utilizado por governantes ou acadêmicos para colocar as comunidades contra os representantes da igreja.

"Porém, não se pode polarizar e radicalizar as discussões, mesmo frente aos erros já assumidos na ação da igreja em tempos passados, não há dúvida", afirma a irmã, "que o interesse dos religiosos era o de instrumentalizar indígenas no manejo das línguas nacionais para que pudessem estabelecer um contato mais igualitário com os colonizadores".

Referente ao papel da igreja católica na Amazônia um importante movimento de renovação vem ocorrendo a partir da divulgação, por

parte do Papa Francisco (2015), da Encíclica *Laudato Si*, como já foi apontado. Nessa Encíclica o Pontífice chama a atenção dos católicos no mundo para as injustiças socioambientais decorrentes de um modelo mercantil que explora a natureza de maneira degradante numa perspectiva tecnocrata que vulnerabiliza as populações tradicionais.

O documento reverberou de maneira profunda nas bases da igreja católica, nomeando a Amazônia como um dos focos com maior necessidade de atenção. Isso desencadeou uma articulação inédita de centenas de organizações sociais em prol da floresta, sua biodiversidade e seus povos. Desta articulação nasceu, igualmente, a Rede Eclesial Panamazônica (REPAM), com representantes de organizações de todos os nove países que compartilham território com a floresta.

Na Tríplice Fronteira vêm acontecendo muitos eventos, articulados pela REPAM, aprofundando a reflexão sobre os conteúdos propostos na Encíclica: encontros entre lideranças religiosas e lideranças de povos tradicionais, encontros de religiosos da fronteira e encontros de formação com enfoque nas juventudes.

Estas iniciativas caracterizam-se como espaço de diálogo, animação e articulação entre indígenas e religiosos que puderam compartilhar lutas e trocar experiências. Elas se somam, no Brasil, aos quinze “Seminários *Laudato Si*” protagonizados pela REPAM em dezenas de municipalidades amazônicas. Cada um desses Seminários elaborou uma carta-compromisso, elencando prioridades levadas pelos bispos ao Sínodo PanAmazônico, convocado pelo Papa em outubro de 2017, com culminância em outubro de 2019.

Este Sínodo vem preocupando o atual governo brasileiro que busca a neutralização das ações da igreja e das organizações da sociedade civil em conjunto em prol da melhoria da qualidade de vida, autonomia e soberania dos povos da floresta. Esta preocupação configura-se pela notícia vexaminosa das escutas e grampos protagonizados por agências estatais de inteligência às conversas de Bispos da Igreja Católica. Isto é fruto do medo e da preocupação de quem sente perder o quinhão exploratório daquilo que subsidia, há décadas, a política de grande parte da elite brasileira: a grilagem de terra e o agronegócio instalado peçonhentemente na Amazônia.

Sob a luz desse posicionamento global de defesa da igreja em prol da Amazônia, Pe. Ylmer Alonso é claro ao explicitar que na Tríplice

Fronteira a igreja deveria posicionar-se de forma mais firme em assuntos como a valorização da vida, a elevação da honestidade contra uma histórica cultura local de corrupção e sobre a violência, principalmente no meio familiar.

Pe. Alfredo Ferro contribui chamando a atenção para uma postura mais efetiva da igreja em temas como meio ambiente e educação.

Não acredito em uma evangelização só de palavras, acreditando na ilusão de que só a palavra para a aqueles que querem escutar vai transformar o mundo, penso em um projeto muito mais encarnado, contudo, vejo nossa igreja, em alguns aspectos, muito distante disso (DOM ALCIMAR CALDAs, 2015).

Dom Alcimar afirma que o desafio das igrejas da fronteira deve conquistar maior permeabilidade nas realidades, passando por menor enfoque na evangelização, nos cultos, pregações, orações. Dom Alcimar afirma ser mais eficiente um trabalho nas demandas específicas e concretas das comunidades, cuidando mais da vida, da estruturação das comunidades com crescimento humano, da família, do trabalho e da renda. Buscando traçar alguns elementos de evidência na cultura da Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, percebemos uma conjuntura sociodinâmica híbrida, composta por diferentes nacionalidades, etnias indígenas e culturas urbanas e rurais. Percebemos, também, que estas diferenças são apresentadas no cenário formal como elementos de riqueza e como tendência a uma profunda integração. Contudo, ao analisarmos as dinâmicas sociais cotidianas e o imaginário social que rege as ações das pessoas ao longo destas dinâmicas, encontramos estruturas hierarquizadas que geram preconceitos e diferenciações a partir dos estilos de vida e das análises de perspectiva de futuro e qualidade de vida sob cada estrato populacional.

Percebemos, também, que apesar destas distinções, a cultura regional se multiplica indiscriminadamente, assimilando na gastronomia, na música, nas vestimentas, por exemplo, elementos das diferentes culturas presentes no território. Apesar disto, são frágeis os eventos culturais que buscam valorizar tais culturas, primando, muitas vezes, por elementos folclóricos atraentes aos turistas, frente às expressões genuínas das populações locais.

Na imbricação entre as populações tradicionais e os avanços e recuos dos governos nacionais apresentou-se a igreja católica enquanto entidade que, historicamente, colocou-se presente e efetiva na constituição deste espaço de fronteira. Mais recentemente, religiões de cunho evangélico e pentecostal também assumem significativa importância nas dinâmicas socioculturais da fronteira.

Dimensão Educacional

Educação pública nos três países

Dentro desta dimensão busca-se diagnosticar as estruturas básicas de ensino nos três países partícipes da fronteira em estudo, investigando a existência de ações integradas e transfronteiriças no âmbito educacional.

A Colômbia possui 92,8% de sua população alfabetizada, colocando-se em 86º lugar no ranking mundial de alfabetização. A estrutura educacional é composta pela educação infantil, escola primária, escola secundária, educação técnica e educação superior. Ao longo de toda a primária e metade da escola secundária, a educação é obrigatória e gratuita e as duas juntas, de maneira completa, somam duração de nove anos.

Na Colômbia a educação é regulamentada pela lei 115 de 1994, a Lei Geral de Educação. Nela a educação superior é dividida em pré-gradados e pós-gradados, regulamentados pela lei 30 de 1990. O Ministério da Educação é o órgão máximo deliberativo, representado por 78 secretarias nas diversas regiões do país, e promove políticas públicas através de planos de ações a cada dez anos.

De acordo com Herrera (2014), na Colômbia percebe-se uma discrepância de acesso ao ensino entre os diferentes grupos etários. O governo enfrenta historicamente desafios na permanência dos alunos nas instituições de ensino, ao longo de suas trajetórias escolares: de cem estudantes que entram na escola primária, apenas quarenta chegam até o final. Desses, dez entrarão na Universidade e somente cinco se formarão.

De acordo com os dados repassados pela Secretaria de Educação Departamental, Letícia possui 864 professores (338 em área urbana e

426 em área rural). A população em idade escolar é de 15.832 pessoas (10.886 na área urbana e 4.946 na área rural), atendidas em dezesseis Instituições Educativas Públicas, cinco Instituições Educativas Privadas e quatro universidades (LETÍCIA, 2013).

Em Letícia ainda é visível os traços de uma educação de tendência conservadora e tradicional, herança dos primeiros missionários que por aqui passaram. Isto é visível a partir da maneira como os alunos fazem o uso do fardamento e pela disciplina demonstrada nos ambientes escolares, haja vista que ainda tem religiosos, padres e freiras como gestores das escolas, fazendo com que Letícia se destaque com uma educação diferente daquela que nos deparamos no Brasil (MARTINS, 2015, p. 33).

Como apontam os informes, de caráter privado, apenas três instituições de ensino são encontradas em Letícia: A escola Cristo Rey, em grande parte subsidiada por aportes governamentais; a Escola Naval, ligada à estrutura regimental das Forças Armadas; e a Escola Selva Alegre, de caráter totalmente privado. Esta última, contando com aproximadamente dezoito professores e 115 alunos, é a única instituição de ensino da Tríplice Fronteira que oferece uma proposta diferenciada de educação, atrelada a aspectos da cultura amazônica e do desenvolvimento da consciência socioambiental.

Referindo alguns elementos históricos, o professor da Universidade Nacional da Colômbia Carlos Zárate Botía, em entrevista para este diagnóstico, lembra que quando o trapézio amazônico foi entregue à Colômbia existiam duas grandes frentes de ação: a segurança, que estava por incumbência do exército e a educação, a critério da igreja, especificamente dos Freis Capuchinhos. Afirma Botía: “Grande parte dos problemas educativos atuais tem relação com algumas perspectivas missionárias, pois focavam na ostentação do hino e da bandeira nacional como prática de incentivo ao patriotismo, porém muito pouco valorando a cultura e a realidade local.” O professor informa ainda que, de início, tampouco existiam professoras colombianas, sendo as peruanas que ministravam aulas na cidade, causando certo descontentamento e conflito com a sociedade civil. O grande número de professoras peru-

nas distorcia o ensino da história, da cultura e dos costumes colombianos, afirmavam os opositores.

Atualmente, segundo o Plan del Desarrollo Municipal (2008-2011)

na educação todas as ações convergem para a qualidade, fortalecendo a autonomia, a participação cidadã, a consciência própria de cada aluno e aluna (p. 23).

De acordo com Alisos (2011), em Letícia, entre os anos de 2005 a 2008, a cobertura da educação primária encontrou indicadores melhores que os nacionais, mantendo-se próximo dos 100% de cobertura. Na secundária, entre as idades de 12 a 15 anos, manteve-se acima de 90% de inclusão, também superando a média nacional que, para época, era de aproximadamente 60%. Entre jovens de 16 e 17 anos houve, inclusive, um incremento de aproximadamente 8% entre esses três anos, chegando a 60,52% de inclusão. Com esse cenário, Letícia apresentava apenas 2,2% da população entre 15 e 24 anos em situação de analfabetismo, bem abaixo da média nacional neste período, que apresentava 5,24% da população geral nestas condições.

Contudo, o acesso universitário ainda representa números ínfimos. Entre as instituições de Ensino Superior destaca-se a Universidade Nacional da Colômbia (UNAL) com a sede Amazonas em Letícia, oferecendo graduações na área de Ciências Agropecuárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais, com ingresso aproximado de oitenta educandos por ano em mais de quarenta cursos distintos a serem realizados em suas disciplinas básicas na sede de Letícia e, posteriormente, em outras unidades espalhadas no território nacional. Ademais, a UNAL oferece mestrado e doutorado em estudos amazônicos, contabilizando o ingresso de aproximadamente quarenta alunos por ano.

No contexto privado, Letícia conta com as seguintes Universidades: Antonio Narinó, Universidade do Amazonas Juan de Castellanos e, trabalhando na modalidade à distância, a Universidade Nacional à Distância (UNAD) e a Universidade Libertadores.

Destaca-se também, na educação técnica, o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) com Centro para o Desenvolvimento Regional e o Turismo – Região Amazônica, oferecendo cursos de capacitação profissional, idiomas e aperfeiçoamento técnico em diversas temáticas

para jovens de comunidades urbanas e rurais de Letícia. Recentemente, chegou à municipalidade o Instituto Politécnico Gran Colômbia.

No Brasil, por sua vez, 90,4% da população está alfabetizada, ocupando o 67º lugar no ranking mundial. A educação é determinada pela Constituição Federal (1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e é organizada separadamente por cada nível governamental.

A educação infantil é a primeira etapa, oferecida em creches ou escolas infantis (para crianças de até três anos de idade) e pré-escolas (para crianças de quatro e cinco anos de idade). O ensino fundamental, segunda etapa, obrigatório para crianças entre seis e quatorze anos, possui nove séries e é de responsabilidade direta dos municípios. O Ensino Médio, terceira etapa, dura três anos se realizado de maneira regular e é provido obrigatoriamente pelos Estados da Federação. Os estudantes devem ter concluído o ensino médio para poder inscrever-se no ensino superior, geralmente mediante a realização da prova de vestibular ou pelo coeficiente das notas obtidas em provas específicas a cada fim de ano, no ensino médio. Por fim, o Ensino Superior começa com a graduação e, ao término, em média cinco anos, pode-se cursar a pós-graduação *Stricto Sensu* ou *Lato Sensu* em caráter de especializações, mestrados e doutorados.

O sistema de ensino público brasileiro foi o pior colocado em um estudo promovido pelo Banco Mundial a respeito das condições dos principais países emergentes para se inserirem na chamada “sociedade do conhecimento”. Em 26 de outubro de 2006, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou o relatório anual “Educação para Todos” em que colocou o país na 72ª posição, em um ranking de 125 países, avaliando o ensino fundamental e médio, até o acesso ao superior. Pesaram de maneira negativa nesta avaliação a superlotação das salas de aula, o baixo acesso ao Ensino Superior, a pouca valorização dos professores do Ensino Médio e Fundamental, além de um excessivo cunho tecnicista, valorizando pouco elementos culturais e problemáticas sociais mais contemporâneas (UNESCO, 2007).

Atualmente, como reflexo das drásticas reviravoltas na política nacional, a educação tem sofrido profundas transformações, sendo alvo de especulações ideológicas de correntes fundamentalistas ligadas a algu-

mas religiões que comungam o poder político com outras classes sociais conservadoras.

Até recentemente a Constituição promovia, garantia e obrigava que 25% do orçamento do Estado e 18% dos impostos federais e das taxas municipais fossem aplicadas na educação pública. Contudo, com a recentemente aprovada (2016) Emenda Constitucional 95, conhecida como a PEC dos gastos, desobrigou-se a gestão pública de investir tais recursos na educação, congelando o aumento de investimentos em saúde e educação pelos próximos vinte anos.

Na sequência, o governo interino de Michel Temer promoveu de maneira vertical e hierárquica, sem diálogo com a sociedade e as categorias profissionais ligadas à educação, a reforma curricular do ensino médio. Entre outros pontos polêmicos, retirou as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia da obrigatoriedade curricular. Com a chegada de Jair Bolsonaro ao governo federal a educação novamente sofre profundas alterações de forma arbitrária, reduzindo os programas de cotas nas Universidades Públicas, incentivando a possibilidade do ensino fundamental ser realizado a distância, elaborando projetos pilotos que preconizam a entrada e o protagonismo das forças armadas e polícias militares dentro das escolas públicas, extinguindo qualquer debate referente à liberdade de expressão, às questões de gênero e afins.

Especificamente sobre Tabatinga, de acordo com a Coordenadoria Regional de Educação, a população atendida por escolas estaduais, em 2013, foi de 9.053 alunos, distribuídos em quatro unidades educacionais localizadas na área urbana, duas localizadas em zona rural, além de quatro anexos funcionando nos pelotões especiais de fronteira, totalizando pelo, Estado do Amazonas, 143 professores.

Tabatinga – Rede Pública de Educação (2013)

72 Instituições Públicas

845 Professores

21.639 Alunos

Já no que se refere à esfera municipal, de acordo com o demonstrativo de matrícula inicial em 2013, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED, 2014), o município de Tabatinga atendeu

12.586 alunos, distribuídos em dezessete escolas localizadas na área urbana e 45 escolas localizadas na área rural, com 702 professores, dos quais 330 são concursados e 372 são contratados. Em Tabatinga, as iniciativas privadas na área da educação restringem-se a pré-escola, que aportam a educação de zero a cinco anos, não ofertada de maneira gratuita pela municipalidade. As pré-escolas privadas são: Castelinho do Saber, Sementinha de Jesus e Tia Wanda.

De acordo com o IBGE (2010), os níveis de inclusão no Ensino Fundamental são elevados, abrangendo 25,20% da população total da cidade. Contudo, o acesso é preocupante tratando-se de acesso ao Ensino Médio, que atinge apenas 5,58% da população. A taxa geral de analfabetismo municipal é de 29,83% entre pessoas com mais de doze anos. Esta percentagem é o dobro dos índices nacionais.

Além disso, convém relatar que a Educação Municipal de Tabatinga busca embasamento no Plano Diretor promulgado conforme a Lei nº 500/07 de 31 de dezembro de 2008, e, conforme o Art. 4º, deve “garantir a valorização cultural da cidade, seus costumes e tradições”. Contudo, quando analisamos os conteúdos programáticos e os livros didáticos utilizados nas escolas públicas da cidade, nada de diferente se percebe dos materiais e conteúdos encontrados em qualquer outra escola do Brasil, seja em território amazônico ou não, mostrando, na prática real, muito pouco aprofundamento e conhecimento das culturas locais.

Se, por um lado, a educação básica na vizinha cidade de Letícia apresenta forte influência da igreja, com ações protagonizadas pelos Freis Capuchinhos e as Irmãs Lauritas, por outro, a educação pública em Tabatinga remete ao incentivo inicial das Forças Armadas que, vendo a necessidade de gerar educação mínima de qualidade aos filhos de militares que chegam à fronteira passar determinadas temporadas por ocasião das remoções profissionais de seus pais, exercem influência sobre os governos locais e regionais na consolidação das instituições de educação pública.

Ainda em Tabatinga, para demandas referentes ao ensino técnico e profissionalizante, existe o Núcleo do Colégio Militar de Manaus (CE-TAM) o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), que oferece Ensino Médio e Profissionalizante em tempo integral; o Instituto Técnico Guarany e o Coliseu, focados em formação técnica ligada às áreas da saúde, predominantemente relacionada à enfermagem.

Sobre o Ensino Superior, destacam-se a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Benjamin Constant, com cursos de Administração, Antropologia, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Químicas, Letras e Pedagogia, além de mestrado e doutorado em Estudos Antropológicos Amazônicos e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), presente na região desde 2005, com seis cursos presenciais: Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Geografia e Matemática, além de Direito e Logística. Além de um sistema de ensino a distância, totalizam-se, aproximadamente, sessenta professores e 1.200 acadêmicos. Ademais, a UEA de Tabatinga é responsável pela licenciatura Intercultural de Professores Indígenas em outras cidades do Alto Solimões, como Tonantins e São Paulo de Olivença. Somam-se a essas duas instituições públicas a Universidade Paulista (UNIP), de caráter privado e a distância, que oferece principalmente cursos de especialização de acordo com as demandas locais, geralmente relacionadas à área da educação.

Por fim, o Peru possui 87,9% de sua população alfabetizada, ocupando o 73º posto no ranking mundial. Em todo o país a educação é obrigatória e gratuita ao longo da educação infantil e secundária. O Ensino Superior, nas Universidades Públicas também é gratuito, porém apenas para aqueles que comprovam incapacidade de renda. O Ministério da Educação é o órgão máximo legislador sobre essa temática no país.

A educação infantil se inicia a partir dos três anos e, aos seis anos, a criança pode aceder à educação primária, que possui duração de seis anos divididos em três ciclos de dois anos cada. Posteriormente, no secundário, a educação tem duração de cinco anos. Para aqueles que chegam ao final dessa etapa a Educação Superior pode ser cursada nos institutos superiores tecnológicos ou nas universidades. Os institutos superiores tecnológicos, públicos ou privados, oferecem cursos de três anos e emitem certificado de Profissional Técnico.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística e Informática (2016), o nível de analfabetismo do departamento de Loreto é de 5,4%; o acesso à escola primária, é de 84,9%; e da secundária, é de 30%. Para o Distrito de Yavari, a taxa de analfabetismo entre maiores de quinze anos é de 15%. Entre as crianças de 6 a 12 anos, 16,3% não frequentam a escola; e entre 13 e 17 anos a taxa de exclusão escolar chega a 35%.

Sobre Santa Rosa, a ilha peruana circunscrita na fronteira em questão, não se encontram informações estatísticas oficiais sobre a educação,

sabendo-se que na municipalidade existe a escola Meu Mundo que atua com as séries iniciais (Pré-escola), e o Instituto de Ensino República do Peru que atua com as séries primárias (1º ao 6º grau) e secundárias (1º ao 5º secundário), contando com doze professores, atendendo duzentos alunos, isto é, aproximadamente 5% da população da ilha Amantani, do Lago Titicaca. Na busca de incentivar os estudos nesse povoado o senhor Yovera Peña (prefeito) busca junto às autoridades competentes um curso de nível tecnológico que atenda a demanda e incentive a juventude local.

Por não possuir centro educativo de nível superior os alunos com mínimas condições financeiras e desejando prosseguir em seus estudos, geralmente optam por viverem em Letícia, Tabatinga, Iquitos, Caballococha e/ou Lima.

Em vista de todo este panorama apresentado sobre os três países, Martins (2015) afirma que a educação na Tríplice Fronteira deve ter um caráter intercultural, ter como base a certeza que o espaço educacional é o local apropriado para a existência de negociações e construções de experiências e saberes para entender e respeitar o outro, abraçando a diversidade que existe neste território.

Nesse contexto, educar não é apenas ensinar, mas oferecer as condições para que o saber seja produzido a partir das relações sociais e da diversidade existente na fronteira. Se o saber está na habilidade de apreender a realidade para resolver problemas complexos, a cultura está na habilidade de apreendermos os significados das manifestações que estão diante dos nossos sentidos. Sendo assim, na Tríplice Fronteira, a diversidade cultural e a educação invariavelmente andam juntas, a partir do contexto social em que o sujeito está inserido (MARTINS, 2015).

De fato, quando analisamos a maior parte das produções acadêmicas nos cursos de pedagogia das instituições de Ensino Superior na fronteira, a multiculturalidade desponta entre os temas pesquisados. Apenas entre os anos de 2011 e 2015, na UEA de Tabatinga, doze monografias foram orientadas sobre essa temática. Apesar de estes estudos se debruçarem sobre a descrição de um panorama geral educacional extremamente multicultural, refletindo os desafios da linguagem e da alfabetização, assim como dos processos de adaptação e aprendizagem de estudantes indígenas em contextos urbanos, ou mesmo recortes específicos de casos ou populações portadoras de necessidades especiais, eles deixam evidente a inexistência de ações cooperadas entre os três sis-

temas nacionais de educação e suas representações escolares/acadêmicas nas municipalidades que compõem a Tríplice Fronteira.

Quando se analisa o nível educacional da população da Tríplice Fronteira, tanto da área urbana quanto da rural, verifica-se que muitos problemas devem ser enfrentados, tais como: alta taxa de analfabetismo, mais expressivo na população rural, resultado de elevada evasão escolar, principalmente dos jovens que, muitas vezes, têm de se dedicar aos trabalhos nos roçados, para ajudar na sobrevivência da família; número insuficiente de estabelecimentos de ensino dotados de salas de aula em número suficiente para as diversas turmas, com condições sanitárias e laboratoriais decentes; docentes sem a devida qualificação e mal remunerados¹⁷; instalações não condizentes para professores residentes nas comunidades; transporte escolar deficiente ou inadequado; falta de apoio à cultura e ao esporte - inexistência de bibliotecas nas escolas de comunidades rurais e inexistência de equipamentos e espaços para o lazer e práticas de esportes pelos jovens; ausência de instituições de ensino superior nos municípios. Assim, muitos pais, em busca de melhores condições de educação para seus filhos, se veem obrigados a enviá-los para a cidade, para morar com parentes, o que provoca desagregação familiar (CALDAS, 2016).

Ir. Nilvo Favreto, educador Marista que vive na Tríplice Fronteira há aproximadamente 15 anos, em entrevista para este diagnóstico, lembra que o nível de qualidade da educação nos municípios que constituem a Tríplice Fronteira é muito baixo em relação aos parâmetros e índices nacionais. Grande parte desse cenário, de acordo com o educador, atribui-se à falta de interesse dos professores em ensinar, desinvestimento na profissão e nas condições de trabalho e falta de perfil para ser professor. Ademais, assinala ainda que grande parte das escolas brasileiras não possui um Projeto Político Pedagógico que oriente o trabalho dos professores ou demonstre os princípios daquela escola.

Contrapondo-se às tendências que culpabilizam o professor frente à defasagem no processo educativo, Silva (2011) entrevistando professores

17 Um professor de primária e secundária, em Letícia, ganha, para uma jornada de 40 horas semanais, entre 2.000 e 2.800 reais, variando de acordo com a titulação e o tempo de serviço. Em Tabatinga, um professor para ensino fundamental e médio, também de acordo com sua titulação e tempo de serviço, para uma jornada de 40 horas, recebe aproximadamente 2.400 até 3.200 reais por mês.

da rede pública de Tabatinga, afirma que se percebe a angústia desses profissionais ao notarem a não-preocupação dos governantes pelas políticas educacionais, principalmente os desafios específicos por que passam os profissionais que atuam diretamente com essa multiplicidade cultural.

Os dilemas e as angústias vivenciados por professores revelam um modelo de se educar que não responde à realidade desse contexto intercultural. A falta de entrosamento e de troca entre as disciplinas ministradas, e de conteúdos voltados à valorização dos alunos não está claro na prática docente. O trabalho interdisciplinar parece não ser bem-vindo. As práticas pedagógicas são restritas, homogêneas, e em alguns casos, tradicionalíssimas. Carregadas de atitudes discriminatórias, e contrariando a concepção de se educar a partir de práticas pedagógicas interculturais (SILVA, p.126).

De fato, ao longo de nossas pesquisas encontrou-se, apenas, um programa de cunho nacional que faz referência aos três países e às escolas em zonas de fronteira: o Programa Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF) do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, que promove capacitações aos profissionais da educação para lidar com a diversidade cultural de maneira pedagógica no ambiente escolar em contexto de fronteira.

A Escola Municipal Professor Ambrósio Bemerguy, em Tabatinga, é uma das beneficiárias em todo o Brasil e a única da região. Mesmo assim, estudando a realidade deste projeto na referida escola, Machado (2015) chega à conclusão que suas ações para minimizar os preconceitos sobre a diversidade fronteiriça e desmontar a pirâmide hierárquica que constitui o imaginário social entre os povos deste território são mínimas, concentrando-se em trabalhos específicos sobre datas comemorativas e a promulgação da língua espanhola em caráter curricular, sem nenhum tipo de integração concreta com as escolas dos demais países,

cometendo o erro epistêmico e sistêmico de estudar o outro a partir de referências próprias e culturalmente autocentradas (p. 65).

De maneira geral, a educação básica e pública nas três localidades apresenta deficiências e carências estruturais, seja na valorização dos educadores, na falta de planos específicos para aliar a educação com a

cultura local, ou mesmo nos desafios em lidar com os educandos que oferecem maiores dificuldades em prosseguir com os estudos. Percebemos, também, nos indicadores apontados anteriormente, o enorme desafio em manter os jovens cursando o respectivo Ensino Médio de cada país.

Os estudos de Machado (2015) e Martins (2015) deflagram, acima de tudo, uma profunda problemática já apontada na dimensão sociocultural e que aqui se manifesta no universo educativo: o extremo preconceito e a extrema dificuldade por que passam os educandos peruanos e indígenas quando vão estudar nas escolas regulares de Tabatinga e Letícia. Tamanho preconceito repercute em que tais populações apresentem os mais baixos rendimentos escolares. Irmão Nilvo conclui afirmando que, para uma melhora na educação da fronteira, é necessário um pacto entre os atores públicos responsáveis e os gestores das escolas, um pacto envolvendo vontade política, trabalho efetivo e contínuo das três culturas nas salas de aula aliando-as aos conteúdos curriculares e a possibilidade de intercâmbio de professores entre os três países. Ele sugere que, no Brasil, cada escola poderia ter um professor colombiano e peruano que assumisse a responsabilidade em trabalhar a sua cultura nacional dentro da escola. “A cultura aqui nas escolas brasileiras (e não é diferente nos outros lados da fronteira), seja indígena, peruana, ou colombiana, é trabalhada como folclore e não como elemento pedagógico em si.” (NILVO, 2016).

Silva (2011), analisando as escolas da Tríplice Fronteira, descreve uma prática docente homogênea, carregada de um teor histórico colonizador, onde apenas grupos específicos são privilegiados. Não há um entendimento comum sobre as implicações pedagógicas da interculturalidade, nem sobre até que ponto nelas se articulam as dimensões cognitiva, emocional e social do educando.

No tocante à integração entre as instituições de Ensino Superior, a realidade também deixa a desejar. Apesar de acordos de cooperação técnico-científicos já firmados e vigentes entre as instituições, as Universidades existentes no território, muito pouco se percebe na prática. Entre as duas Universidades públicas brasileiras não há nenhum tipo de trabalho científico compartilhado, da mesma forma entre a UNAL e as demais universidades ou institutos de investigação que existem em Letícia. As relações de cooperação entre a letíciana UNAL e a tabatin-

guense UEA, ao longo dos anos, resumem-se a iniciativas de professores específicos, portanto, de cunho muito singular e individualizado.

Um dos poucos casos que avança de maneira prática no plano da cooperação científica transfronteiriça, quiçá, seja o trabalho desenvolvido entre o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA) da UEA e o Grupo de Investigação sobre a Valorização dos Conhecimentos Tradicionais do Instituto colombiano SINCHI, despontando como estudo pioneiro sobre a construção de Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais¹⁸. Mesmo assim, as duas instituições avançam de maneira modesta frente às possibilidades reais de integração, principalmente nas áreas biológicas.

Antes de encerrarmos esta sessão, é necessário citar outro elemento que desponta nos debates realizados ao longo das entrevistas e grupos focais sobre a dimensão educacional na Tríplice Fronteira: além dos já citados desafios referentes à multiculturalidade, principalmente no tocante à incorporação da cultura e do aluno peruano e indígena, dos problemas de estrutura, superlotação de salas, transporte e qualidade do ensino, chama a atenção de educadores e educadoras o significativo aumento nos índices de uso de drogas por parte dos alunos, inclusive em horários de classe e, por vezes, dentro da própria escola. Educadores de Tabatinga, Letícia e Santa Rosa relatam casos cada vez mais frequentes de uso de maconha e cocaína por parte de seus alunos.

Sem apoio do poder público, que ofereça um plano efetivo e conjunto de trabalho frente a essa problemática, a situação tem deixado professores e gestores preocupados, pois os casos mostram-se intimamente ligados ao perfil de desestruturação familiar, evasão escolar e delinquência juvenil na Tríplice Fronteira, como afirmam P. Helber, gestor de uma escola em Letícia, ou Anaildes Pereira e Mayra Morales, professoras de rede pública de Tabatinga e de Santa Rosa, respectivamente.

Desta forma, conclui-se que, apesar de boa cobertura educacional, as instituições de ensino enfrentam gradativa dificuldade em manter os estudantes nas escolas como em avançar na caminhada escolar. No Ensino Superior, da mesma forma, apesar de grande oferta de vagas, cursos e instituições, as Faculdades e Universidades abrangem parce-

18 <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6886-publicacoes-indicadores-de-bem-estar-humano-para-povos-tradicionais-o-caso-de-uma-comunidade-indigena-na-fronteira-da-amazonia-brasileira>.

la diminuta da sociedade local, apesar de representarem importantes e atuantes instituições na melhoria da qualidade de vida de suas comunidades específicas. O cenário torna-se preocupante quando se percebe a falta de integração entre as instituições de ensino dos diferentes países, retroalimentando um sistema pejorativo de exclusões e preconceitos.

Educação Indígena

De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, p. 37), Art. 31:

Deverão ser adotadas medidas de caráter educativo em todos os setores da comunidade nacional, e especialmente naqueles que estejam em contato mais direto com os povos interessados, com o objetivo de se eliminar os preconceitos que poderiam ter com relação a esses povos. Para esse fim, deverão ser realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos ofereçam uma descrição equitativa, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos interessados.

Da mesma forma, o Art. 28 afirma:

Sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena e quando isso não for viável, as autoridades competentes deverão efetuar consultas com esses povos com vistas a se adotar medidas que permitam atingir esse objetivo (OIT, p. 36).

Tal artigo é complementado ainda pelo artigo 27 da mesma Convenção, ao afirmar que os governos deverão abranger a história dos povos tradicionais nos conteúdos curriculares, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.

No Brasil, a educação indígena é amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996), além do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 - 9 de janeiro de 2001): Capítulo sobre Educação Escolar Indígena e o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação.

Em Tabatinga, registram-se 43 escolas indígenas de acordo com a Secretaria Municipal de Educação. A organização dessas escolas está sob responsabilidade dos próprios professores indígenas, orientados pela Secretaria. Nesse contexto, chamam a atenção as escolas indígenas da comunidade de Umariáçu que, possuindo estatuto e currículo adequado a sua realidade, atendem aproximadamente oitocentas crianças, ofertando ensino fundamental e médio.

O contato com a Comunidade de Umariáçu me fez perceber, também, o desejo de abordagem sobre a discussão socioambiental como tema de ensino curricular e como meio para se refletir questões que envolvem e afetam diretamente a vida natural dessa população, como é o caso da degradação socioambiental. Desta forma, acredito que uma proposta de educação socioambiental, certamente mudará toda a concepção errônea que ainda se tem sobre educação etno-socioambiental – educação voltada para os preceitos da educação socioambiental e da educação indígena (SILVA, 2011, p. 115).

Mesmo frente à legislação nacional e internacional que busca garantir minimamente as possibilidades de uma educação adequada para os povos indígenas na realidade, as prerrogativas dispostas nas leis não se observam. A educação indígena carece de planos pedagógicos adequados, estruturas físicas e professores devidamente capacitados, além do que, prioritariamente, a sala de aula deva ser conduzida por um professor indígena e de preferência daquela comunidade, o que raramente acontece.

Em 2010, houve uma importante reunião de lideranças indígenas brasileiras e peruanas que, avaliando as questões específicas de educação em suas terras, elencaram os seguintes problemas subsidiando uma carta-manifesto entregue às autoridades locais. De acordo com tais lideranças, a educação indígena na região da Tríplice Fronteira sofre por:

- Ausência de programas de educação específicos;
- Falta de formação dos professores indígenas;
- Falta de transporte escolar nas comunidades;
- Falta de material didático nas comunidades;
- Falta de acompanhamento pedagógico e supervisão do funcionamento da escola;

- Falta de repasse da merenda escolar ou subsídio para produção local;
- Falta de materiais didáticos adaptados à cultura local.

Segundo o IBGE (2010, p. 324), a população indígena “é a que apresenta *maior* índice de analfabetismo e menor permanência no sistema de educação *formal*”, apesar da legislação brasileira ser clara nos elementos necessários para combater estes fenômenos, como vemos na citação a seguir:

O reconhecimento, na escola, do valor das expressões artísticas dos vários grupos sociais, apura a percepção dos alunos sobre o valor de sua própria cultura, compreendendo-a no conjunto de tantas outras. Assim, os alunos que pertencem às minorias étnicas e culturais podem não somente exercer o seu direito de acesso ao conhecimento universal, mas redimensionar positivamente a sua identidade, a importância e o significado de seu saber, reunindo condições que lhes permitam compreender e superar as ideias preconceituosas e discriminatórias que muitas vezes são atribuídas às suas produções culturais e modos de vida (RCNEI, 1998, p. 295).

Nilvo (2016) informa que, a respeito da educação indígena “as escolas peruanas estão muito melhor organizadas que as brasileiras no cenário da Tríplice Fronteira”. Enquanto no Brasil faltam professores qualificados, materiais adequados e uma apropriada discussão cultural sobre os currículos, no Peru os professores estão formados, são indígenas, geralmente atuam em suas próprias comunidades e trabalham respeitando e aplicando a cultura de sua etnia nos processos pedagógicos e conteúdos curriculares nacionais.

No contexto brasileiro Nilvo destaca, nos últimos anos, o trabalho mais efetivo da Organização de Professores Bilíngues Tikunas (OGP-TB) para a melhoria da educação indígena da região. Foi ela quem promoveu, em setembro de 1983, o I Encontro de Professores Tikunas reunindo 52 professores e criando o *Projeto de Educação Tikuna*, voltado à garantia da manutenção da identidade étnica nas escolas.

Com o tempo a Organização foi construindo espaços de articulação e visibilidade para a educação indígena, coroando este processo, já nos anos finais do século passado, com a conquista de alguns cursos de formação e graduação específicos aos professores indígenas. Como re-

sultados para a obtenção dos títulos diversas propostas curriculares das escolas tikunas foram elaboradas. (SILVA, 2011).

Ao que se pode observar, a educação escolar indígena nessa área fronteiriça parece ter conquistado alguns avanços, sobretudo na área de formação dos professores indígenas. Um exemplo é a implantação, pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA, do Curso de Pedagogia: Formação de Professores Indígenas/PROIND, para formar 2.600 docentes indígenas, no período de julho de 2009 a janeiro de 2015, realizado em três modalidades de ensino: semipresencial, modalidade laboratorial, e a educação continuada à distância, voltado especialmente para os professores indígenas. Sabe-se, todavia, que isso acontece em exigência à legislação do país, principalmente, em cumprimento à Resolução n° 3/1999, do Conselho Nacional de Educação/CNE, Artigo 6°, quando diz: “A formação de professores indígenas” será específica, os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa. (SILVA, 2011, p. 109).

Em 2011 a Organização conseguiu formar 250 professores indígenas no curso de Pedagogia Intercultural¹⁹ em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas²⁰ – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. A OGPTB destaca-se, assim, como entidade importante que luta pela educação indígena na parcela brasileira da Tríplice Fronteira.

Na Colômbia, por sua vez, uma das principais leis que ampara a educação indígena é o Decreto 1.953, de 2014, definindo a gestão nas terras indígenas a respeito de sua administração e funcionamento através de sistemas e representações próprias. Ampara-se na Normativa

19 O Curso de Licenciatura Plena para Professores Indígenas do Alto Solimões, programado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), é destinado exclusivamente a 250 docentes dos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, e aconteceu na Aldeia Filadélfia, em Benjamin Constant (distante 1.628 quilômetros de Manaus). Os alunos são das etnias tikuna, kokama, caixana, cambeba e vitota.

20 LACERDA, Luiz Felipe; *et al.* Vivências Pedagógicas: Trajetórias de Vida de professores indígenas do Alto Solimões. Editora UEA, Manaus, 2016.

Básica para Etnoeducação e na lei Geral da Educação de 1994, através do decreto 1.122, de 1998.

Padre Helberth, diretor do Colégio San Juan Bosco em Letícia, ao longo do grupo focal destinado à dimensão socioeducacional deste diagnóstico, lembra da importante influência que a igreja católica teve na construção da educação indígena no município e no Departamento do Amazonas:

Após o conflito territorial com o Peru entre 1930 e 1935, somando-se aos processos de exploração da borracha, muitos pais de famílias deslocavam-se para as zonas de trabalho ou distantes da zona de conflito e deixavam seus filhos abandonados. A igreja, pensando no bem-estar dessas crianças, através da gestão dos Freis Capuchinhos com as Irmãs Lauritas, construiu internatos para acolher e ofertar educação a esses órfãos.

Até 1952 a igreja arcou com todos os custos dessa educação. A partir desse ano passam a um regime de contrato subsidiado junto ao governo colombiano que resolve assumir a responsabilidade financeira pelo processo educativo municipal. Informa-se, ainda, que em 2002, quando se encerrou o regime de contrato e as escolas passaram, de fato, para a governança pública, houve desvios significativos do patrimônio adquirido pelos religiosos ao longo dos anos em que prestaram o serviço, sendo apropriados por parte de governantes carros, lanchas, computadores e demais materiais. (Pe. Helberth, diário de campo).

Após esta retomada da educação indígena por parte do poder público, as escolas indígenas, principalmente aquelas alocadas dentro dos territórios resguardados²¹, passaram a gestão das próprias comunidades e suas lideranças tradicionais, ficando a igreja, nos dias atuais, em regime de contrato concessionário com a prefeitura na gestão de aproximadamente oito escolas que atendem alunos indígenas e não-indígenas, entre elas alunos provindos de Francisco Caldas José, Virgem das Mercedes, San Juan Bosco e Camilo Torres.

Em Letícia, o Guia de Centros Educativos registra 12 instituições públicas educativas que atendem exclusivamente indígenas, somando-se

21 Território de Resguardo na Colômbia são terras de propriedade indígena, sob suas leis e gestões próprias.

às outras escolas do departamento que atendem, de maneira conjunta, indígenas e não-indígenas, totalizando-se 5.486 estudantes indígenas na rede pública de educação do Amazonas colombiano.

La organización política de las comunidades indígenas del Amazonas mantiene una estrecha relación con la administración de la educación oficial. El servicio educativo ha sido cubierto en las modalidades de Coadministración y de Servicio Integral por parte de las AATIs (Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas) y el Departamento Administrativo de Educación, Cultura y Deporte DAECD (DEACD, 2004, p. 12).

Na realidade da educação indígena colombiana nesta Tríplice Fronteira destaca-se o Projeto Educativo Comunitário (PEC), desenvolvido por autoridades tradicionais da etnia Huitoto, Tikuna, Yagua, Kokama, Murui, Okaina e Yucunas, em parceria com instituições de apoio públicas e civis. Tal documento produz uma reavaliação história dessas etnias e o contato com as culturas educativas hegemônicas:

Cuando llega la educación, llegan nuevos pensamientos, intereses y agentes educativos. Nuestra educacional ancestral es reemplazada por nuevas prácticas de formación para nuestros niños y niñas en escenarios o condiciones diferentes que tienen como referente lo pensamiento y querer de la población mayoritaria (PEC, 2012, p. 18).

O Projeto Educativo Comunitário (PEC) pode ser considerado como o que há de mais profundo e avançado a respeito de educação intercultural na Tríplice Fronteira amazônica, em especial tratando-se do contexto indígena. Ele construiu-se a partir de metodologias participativas, de opiniões e debates nos conselhos de anciões, articulação técnica e financeira com entidades de apoio, análises das mais diferentes instituições educativas e, ao final, a resignificação dos planos escolares. Com isso, redimensionaram os seguintes elementos dentro das estruturas curriculares:

- Conceitualização e caracterização dos mitos e lendas, assim como das etapas do ciclo da vida a partir de cada uma das cosmovisões;

- Definição, de cada cultura, sobre as etapas do processo educativo;
- Elaboração, de cada etnia, de seus planos de estudo, incorporando da maneira a perceber melhor a definição dos costumes, saberes e habilidades tradicionais;
- Saberes e estudos aprofundados sobre os clãs, as dietas e as responsabilidades de mulheres e homens dentro do contexto cultural.

Ao final, o documento apresenta uma impressionante matriz curricular desenvolvida por cada uma das populações participantes, apontando conteúdos específicos e necessários a serem aprendidos pelas crianças e adolescentes em diferentes idades, por exemplo:

De 3 a 6 anos nossas crianças precisam aprender a diferenciação do tamanho das plantas, reconhecimento dos tipos de frutas mais usadas, passos simples das danças tradicionais, utilização de pequenas ferramentas de trabalho, conhecimento do nome das ferramentas de pesca, etc. Ao mestre cabe mostrar a relação disto com a matemática, geografia, espanhol, etc. (PEC, 2012, p. 68).

O documento preconiza que esses elementos devem ser trabalhados de comum acordo com os conteúdos gerais de educação nacional, servindo de exemplos, exercícios e referenciais de contextualização. (PEC, 2012). No Peru, um dos principais documentos de referência da educação indígena é a *Agenda Nacional*, produzida por quatorze organizações políticas e sociais que construíram trinta políticas que devem amparar a educação indígena até 2021. A agenda debruça-se na Lei Nacional de Educação, que afirma, em seu artigo 19:

Educación de los pueblos indígenas: De conformidad con lo establecido en los tratados internacionales sobre la materia, la Constitución Política y la presente ley, el Estado reconoce y garantiza el derecho de los pueblos indígenas a una educación en condiciones de igualdad con el resto de la comunidad nacional. Para ello establece programas especiales que garanticen igualdad de oportunidades y equidad de género en el ámbito rural y donde sea pertinente (RIVERA; LEYVA, 2004, p. 50).

No Peru, 30% da população indígena termina a secundária²², enquanto que 1,5% conclui o ensino superior. Dentro da perspectiva amazônica, destaca-se o forte investimento do governo peruano na formação de professores bilíngues desde 1954. Até o ano de 2003 já haviam completado a formação de cinco anos, subsidiada integralmente pelo governo com 853 professores e, entre estes, 61 já se encontram vinculados a programas de pós-graduação (RIVERA; LEYVA, 2004).

Apesar de não disponibilizarmos de dados específicos sobre a situação escolar indígena de Santa Rosa, informantes deste diagnóstico sugerem que não há especificidade no setor educativo, estando os alunos indígenas e não indígenas matriculados em uma mesma e única escola da municipalidade. Também não foram registradas a presença dos professores indígenas supracitados.

Dimensão Socioambiental

El proceso de urbanización es una realidad ineludible, no obstante, la forma en que se está llevando a cabo presenta serios inconvenientes al desatender las peculiaridades ecosistémicas, étnicas, culturales, urbanísticas y socioeconómicas inherentes a la diversidad regional de la Amazonia. Visto desde otra perspectiva, el anillo de poblamiento, lugar de consolidación del sistema urbano en la región, puede convertirse en el espacio de construcción de oportunidades sociales y económicas para la mayoría de la población allí asentada y en barrera para la penetración a la selva mejor conservada o en proceso de recuperación, todo ello manteniendo criterios de sostenibilidad socioambiental. Las áreas identificadas como enclaves pueden ser manejadas en función del ecosistema donde se localizan, más allá de los límites político-administrativos. (SINCHI, 2009, p. 22).

Quando tratamos de questões socioambientais referentes à Amazônia, qualquer apontamento toma contornos relevantes e deflagra a própria capacidade planetária em lidar com as alterações climáticas, os desequilíbrios naturais e a intervenção dos homens no meio ambiente. Neste item daremos destaque a aspectos referentes ao descuido e à degradação do meio ambiente chamando a atenção de que esse descuido e essa degradação reflete o descuido e a degradação humana e social, por isso

22 Nível correlato ao ensino médio brasileiro.

socioambiental. Na Amazônia, 1m² de selva consegue evaporar de oito a dez vezes mais água que 1m² de oceano; através da fotossíntese; suas plantas e árvores são responsáveis por 25% da produção de oxigênio do planeta, sem mencionar as incontáveis formas de vida que aí crescem e se reproduzem. Não é à toa que a Amazônia tem sido tratada como patrimônio mundial e os cuidados a ela direcionados são parte fundamental de um plano de sobrevivência humana na Terra (GUTEMBERG, 2005).

Como é argumentado, ao longo da Encíclica *Laudato Si*, subsidiada pelo paradigma da ecologia integral, proposta pelo Papa Francisco, não existe real dissociação entre crise ambiental e crise social. São duas faces de uma mesma moeda. Quando, ao longo desta seção diagnosticarmos os principais desafios ambientais encontrados no território da Tríplice Fronteira, perceberemos que estão intimamente correlacionados, no seu início, meio e fim, com as questões sociais e humanas, por excelência. O documento comprova que as desordens percebidas no meio natural (fauna e flora) são interdependentes ao sistema vigente de viver-produzir-consumir dos humanos através do tecnicismo, do consumismo e da produção de uma percepção dissociada entre nós e a natureza. Estes argumentos estão explicitados no capítulo três, intitulado A Raiz Humana da Crise Ecológica.

Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa mudar. Falta a consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos. Essa consciência basilar permitirá o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida... O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta que o estilo de vida atual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofe, como já está acontecendo periodicamente em várias regiões do mundo. (SIQUEIRA, 2015, p. 6-9).

Não temos dúvidas de que a Amazônia é uma destas regiões. Ameaçada, principalmente, pelos garimpos ilegais e o avanço da pecuária e da agroindústria expansiva, a Amazônia perde o equivalente a dez campos de futebol por dia em desmatamentos das mais diferentes ordens. A região da Tríplice Fronteira, apesar de ser considerada ainda região com alto nível de preservação pela dificuldade de acesso, percebe-se cercada em

um grande anel populacional que, a cada ano, se expande sobre as áreas verdes, como podemos perceber no mapa proposto por Acosta (2013):



Imagem 22: Anel de povoamento na Amazônia.

Fonte: Acosta, 2013.

A figura apresenta uma grande área amarela circundante à área verde. Tal área amarela representa o avanço das ações humanas sobre terras naturais e florestas da Amazônia, lugares outrora selva que cederam para minerações, pecuária, extrativismos e desmatamentos. Entre 2000 e 2010, a área florestal da Amazônia foi reduzida em 4,5%. Despontam, entre os países que mais desmatam, o Brasil, a Colômbia, a Bolívia e o Equador. Demonstra-se também que as menores taxas de desmatamento se encontram dentro das terras indígenas e reservas florestais. (RAISG, 2012).

No cenário dos países constituintes da Tríplice Fronteira em questão, de acordo com Armentera e Morales (2009), o Brasil possui 20 áreas de proteção ambiental demarcadas, entre parques e reservas, totalizando 7.263.056 hectares de superfície protegida. A Colômbia apresenta 14 unidades de proteção, com 6.852.276 hectares de cobertura. Por fim, o Peru apresenta 15 unidades de conservação em território amazônico, abrangendo 10.044,203 hectares.

Na Colômbia, o órgão fiscalizador sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável²³ é o CORPOAMAZONIA²⁴ – Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e criado pela lei 99 de 1993. Além disso, existe a Unidade de controle de Parques Nacionais, totalmente dependente de órgãos deliberativos de Bogotá (DF). Letícia conta com a sede do Instituto de Investigação Amazônica – SINCHI, que desempenha significativo esforço no estudo científico da fauna e da flora local. Destacam-se, ainda, no departamento do Amazonas a Corpomacarena, Corponarinó e Corporinoquia, enquanto instituições de apoio, fomento e investigação às temáticas amazônicas. Juridicamente, destaca-se o Código de Proteção de Recursos Naturais e Socioambientais de 1974, os Alinhamentos para o Manejo Integral das Águas, a Lei Florestal de 2006 e a Política Nacional de Biodiversidade de 1995.

De acordo com a constituição colombiana existe a possibilidade de a sociedade civil organizada manejar áreas delimitadas enquanto Reservas Naturais. Espelhados nisso, em Letícia destacam-se as seguintes áreas de proteção ambiental onde moram e manejam organizações da sociedade civil sem fins lucrativos: Cerca Viva, Santa Terezita, Águas Claras, Limones, Selva Tropical, Tanimboca e Selva Luna.

No Brasil um conjunto de entidades compõe um complexo quadro de fiscalização socioambiental: o Instituto do Meio Ambiente (IBAMA²⁵), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é responsável por toda a preservação da Fauna e da Flora brasileiras, geralmente trabalhando em parceria com a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI²⁶), ambos ligados ao Ministério da Justiça e, muitas vezes, com interface ao INCRA²⁷ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no tocante às habitações e ocupações humanas. Juridicamente, o Decreto Socioambiental Social, através da Lei de 6.938

23 Para saber mais sobre Desenvolvimento Sustentável no Departamento do Amazonas sugere-se: SINCHI, Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas. REY, Franz; ACOSTA, Luis Eduardo; CARDONA, Carlos. Perfiles Urbanos en la Amazonia colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá, 2004.

24 www.corpoamazonia.gov.co.

25 www.ibama.gov.br.

26 www.funai.gov.br.

27 www.incra.gov.br.

de 1981; a lei de Recursos Hídricos, a lei de crimes socioambientais e o Código Florestal são os documentos nacionais de referência.

Por sua vez, no Peru o Ministério do Meio Ambiente,²⁸ criado apenas em 2008, por exigência do tratado de livre comércio deste país com os Estados Unidos, é soberano para essas temáticas. Com foco nas questões climáticas e trabalhando de maneira geral sobre a conservação das selvas e bosques, demonstra e efetiva seu interesse sobre a Amazônia através do Instituto de Investigação da Amazônia Peruana – IIAP²⁹. Juridicamente, ressalta-se a Lei Geral do Meio Ambiente, a Lei Nacional de Gestão Socioambiental, a Lei das águas, a Lei de Conservação da Biodiversidade e a Lei Florestal de Fauna e Flora Silvestre.

O rio Amazonas é um dos principais elementos socioambientais compartilhados entre os três países desta fronteira. Possui sua origem andina na Província de Caylloma, em Arequipa, no Peru e é o mais largo rio do mundo com 6.992,06 km, além de possuir mais de mil canais de água³⁰ que lhe formam. O rio Amazonas descarrega no oceano atlântico aproximadamente 220.000 metros cúbicos de água por segundo. O Brasil tem soberania de gestão sobre 63,5% sobre a área do rio, seguido de Peru, com soberania de gestão sobre 15,8% e Bolívia sobre 11,6% da superfície de drenagem. Uma parte diminuta da gestão de suas águas cabe à Colômbia com 6,2%, Equador com 2% Venezuela com 0,7%, Guiana com 0,2%, Suriname com 0,07 e França/Departamento ultramarino da Guiana francesa, 0,03 (BRASIL, 2013; ARMENTERA; MORALES, 2009).

Três tipos de objetivos se destacam em ações importantes quanto à temática destas águas transfronteiriças: Integração dos instrumentos legais e institucionais para a gestão dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços; Intercâmbio e Cooperação técnica para a gestão de recursos hídricos entre organismos nacionais dos países envolvidos e Apoio à organização e funcionamento de instâncias binacionais/trinacionais voltadas à gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços na margem do Amazonas.

Ao longo da história uma série de acordos e projetos se destacaram em prol do cuidado compartilhado das águas transfronteiriças, como a

28 <http://www.minam.gob.pe>.

29 <http://www.iiap.org.pe/>.

30 Três deles com mais de 3.000 de longitude: Rio Madeira, Rio Purús e Rio Yuruá.

criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Peru, que objetiva aproximar os governos de ambos os países e ampliar o debate sobre as questões fronteiriças socioambientais.

Foi com esses objetivos que, em julho de 1978, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela assinaram, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 2013).

O TCA destacou-se por seu caráter inovador no que dizia respeito à preocupação com o meio ambiente. Ao relacionar desenvolvimento socioeconômico à questão da preservação ambiental, o documento inovou com uma postura de alinhamento com o discurso do Terceiro Mundo: “Os países signatários estão (...) cômicos de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia (BRASIL, 2012).

Entre Brasil e Colômbia, as relações sobre o meio ambiente estreitaram-se tendo como referência o Acordo de Cooperação Bilateral de 1973 e a ampliação deste em 1981, quando Bogotá e Brasília decidiram firmar o Convênio Complementar para a Cooperação no Campo do Saneamento Básico e da Proteção ao Meio Ambiente. Por esse instrumento, as partes se comprometem a trabalhar juntas para a formulação de critérios e padrões de qualidade da água, ar e solo; definição dos usos da água; classificação em nível nacional dos respectivos corpos receptores e desenvolvimento de modelos econômicos de qualidade da água. Em 2009, Brasília e Bogotá inauguraram a Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, cujo objetivo principal é permitir, entre outros temas, o planejamento prático conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia (BRASIL, 2013).

Entre as principais ações derivadas desses tratados e acordos chama a atenção a Comissão de Vizinhança (Brasil, Colômbia e Peru) e seu Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente que, em 2002, desenvolveu o Plano Fronteira Verde, buscando a constituição de novas áreas de proteção e conservação sustentável em áreas naturais da Tríplice Fronteira.

Entre Colômbia e Peru, destaca-se o Plano de Manejo Integral da Pesca na região de Putumayo e com apoio das Nações Unidas. Em 2014, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, desenvolveu-se o Plano de Manejo Integrado e Sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços na bacia do rio Amazonas. Os resultados aportam perspectivas de avanço para uma visão compartilhada dos recursos hídricos e de planos estratégicos de conservação e manejo compartilhado entre os países (MOTTA; RAMIRÉZ; BOTÍA, 2016, p. 107).

Apesar dos muitos acordos, leis e projetos citados anteriormente, na Tríplice Fronteira, o cenário é desalentador quando se trata de instituições de estudo, controle e proteção ao meio ambiente. É inevitável assinalar que, pelo observado, os esforços nacionais na construção de marcos jurídicos e administrativos que possibilitem a gestão e proteção adequada e compartilhada dos meios naturais servem mais ao clamor internacional do que de fato a ações reais e concretas nos territórios amazônicos.

Em Tabatinga,³¹ a atuação da Secretaria do Meio Ambiente é ínfima, sem nenhum controle sobre tais aspectos socioambientais e nula articulação com demais entidades presentes no território. Além disso, o município não conta com representação do IBAMA, ficando toda a fiscalização e/ou fomento/apoio técnico sobre o meio ambiente a critério da Polícia Federal e do IDAM – Instituto de Desenvolvimento do Amazonas.

Letícia,³² por sua vez, conta com uma secretaria municipal denominada Competitividade, Meio Ambiente e Turismo, que atua de maneira articulada com demais secretarias municipais, porém, também com ações de controle significativamente reduzidas. Os informantes deste diagnóstico criticam que a prática dessa organização se volta muito mais para questões de ecoturismo do que realmente de preservação do Meio Ambiente.

Por sua vez, Santa Rosa não conta com nenhuma instituição específica em relação ao meio ambiente. Em escala um pouco mais ampla, a importante municipalidade vizinha de Cavallococha participa em projeto desenvolvido com a municipalidade de Porto Nariño (Colômbia)

31 www.tabatinga.gov.am.br

32 www.leticia-amazonas.gov.co

para criar um corredor binacional de turismo sustentável³³, elaborado em 2011 e ainda em vigência.

A ausência ou inoperância das instituições públicas frente às questões socioambientais no contexto amazônico nos direciona ao histórico papel que as Organizações Não Governamentais (ONGs) vêm desempenhando nesse território e suas possíveis interligações com um aprofundado debate sobre a internacionalização da Amazônia³⁴ e a defesa dos povos tradicionais.

Neste cenário duas correntes se posicionam em situações antagônicas: por um lado temos o discurso de que a Amazônia é uma prioridade global e desta forma sua soberania não deve estar apenas sob a égide dos países em que nela se encontram, mas sobre os cuidados da comunidade internacional. Este discurso é comumente percebido nos governantes de nações com alto poder bélico, cultura militarista, localizados no centro do sistema financeiro global e subsidiados, em grande parte, por indústrias multinacionais da área de cosméticos e medicamentos. Por outro lado, encontram-se as instituições internacionais vinculadas à proteção do meio ambiente e dos direitos humanos, defendendo a soberania não apenas das nações, mas dos povos que vivem dentro da floresta, compreendendo-os enquanto principais conservadores/protetores da natureza e proprietários originários de patrimônios ligados à biodiversidade. Instituições estas que se dedicam ao trabalho agroflorestal, ao apoio às populações tradicionais e à denúncia internacional dos crimes cometidos por governos e empresários a estas populações e à floresta.

Esta disputa, claro, acontece na arena internacional onde convergem interesses das mais diferentes ordens sobre a Amazônia. Porém, de qualquer forma, em qualquer das perspectivas, na maioria das vezes alçar o debate da Amazônia ao contexto internacional e desfocar para as obrigações básicas de cada país, estado e, principalmente, municipalidade acaba por invisibilizar as demandas mais concretas das populações que aí vivem.

33 <http://www.pedicp.gob.pe/web/wp-content/uploads/2012/07/1.-Expediente-Proyecto-CAN-Turismo.pdf>

34 Para aprofundar a respeito das Ongs na Amazônia, sugere-se: Motta, Ramiréz e Botía. *Visibilización, Reconocimiento Y Posicionamiento de una Región Fronteriza en la Amazonia: Una Propuesta Hacia La Compatibilización e Integración de las Políticas Públicas de Frontera de Brasil, Colombia Y Perú.* (2016). Ou: Lacerda, L. F. *Por Uma Sociologia das Emergências: Perspectivas de Emancipação Nos Territórios de ausências Amazônicas.* (2016).

O professor e pesquisador da Universidade Nacional da Colômbia, Dr. German Palacios, em entrevista para este diagnóstico, afirma existir um equívoco no foco de grande parte das pesquisas e debates que estudam ou observam o meio ambiente na Amazônia, pois debruçando-se sobre temas de apelação internacional, como a preservação da fauna e da flora, contudo, negam os mais emergentes problemas que afetam as populações locais como saneamento urbano, coleta seletiva, potabilização de água entre outros temas.

A construção de parques³⁵ e reservas, por exemplo, seguem uma demanda ligada ao mercado de turismo internacional que utilizam o discurso da preservação para o loteamento de espaços florestais e desviam a atenção do real foco dos problemas. Na fronteira, os principais enclaves socioambientais encontram-se nas distintas forças que confluem primordialmente no universo urbano, apesar de ser este um dos temas que menos interessam àqueles que legislam sobre os assuntos de conservação (PALÁCIOS, 2016).

Nesse sentido, ao longo deste diagnóstico, três elementos se destacam sobre os aspectos socioambientais compartilhados na fronteira. São eles: a destinação adequada de resíduos sólidos e orgânicos, o igarapé Santo Antônio e o uso indiscriminado de transgênicos, agrotóxicos e defensivos químicos na produção de alimentos agrícolas.

Destinação e tratamento de resíduos

A problemática da destinação adequada do lixo afeta todos os municípios amazônicos sem distinção. Geralmente são conglomerados urbanos em áreas isoladas de selva que recebem significativa carga de produtos industrializados e que, após o consumo, seus rejeitos são encaminhados para depósitos de lixo administrados pelas municipalidades. Além disso, o péssimo hábito de jogar embalagens e demais produtos não degradáveis nos rios é um dos principais problemas enfrentados pelos municípios e acusa uma falta de formação cidadã adequada nos mais

35 Para saber mais sobre o debate a respeito dos Parques Ecológicos, sugere-se a leitura da entrevista do professor Palacios, exposta na íntegra ao longo dos apêndices deste diagnóstico.

diferentes extratos da população. Veja esta foto, exatamente em uma enseada localizada na linha fluvial divisória entre Tabatinga e Letícia:



Imagem 23: Lixo despejado no rio Solimões entre Letícia e Tabatinga.

Fonte: www.google.com/tabatinga/lixo.

Letícia conta com um aterro de lixo localizado no km 16 da estrada que leva ao interior da municipalidade, administrado por uma empresa terceirizada. Lá, usando técnicas convencionais de aterro, tratores constroem camadas de sacos de lixo e posteriormente sobrepõem com terra, convencionando verdadeiras ladeiras compactadas de lixo e terra. O local possui entrada restrita, sendo vigiado por seguranças.

Em Letícia, cerca de 80% da população da cidade é atendida pelo sistema de coleta de lixo, porém não há método de reciclagem, nem de aterro sanitário adequado. O lixo é diariamente depositado a céu aberto num terreno de solo semi-saturado, onde vem ocorrendo a contaminação dos lençóis freáticos e das águas superficiais que fluem para o sistema de drenagem da *quebrada* Yauarca, que abastece de água a cidade. A gravidade da situação fez o Conselho Municipal de Letícia (2000) admitir que as comunidades mais próximas à cidade de Letícia vivem em piores condições do que as comunidades ribeirinhas mais afastadas e, teoricamente, menos assistidas. (EUZÉBIO, 2014, p. 59).

A entidade Corpoamazonia é responsável, junto com a prefeitura de Letícia, pelo estudo e controle a respeito do aterro sanitário. A partir de uma classificação entre resíduos orgânicos e não orgânicos, iniciou-se, em 2016, um projeto em parceria com SINCHI para o trabalho de compostagem e aproveitamento de orgânicos na fertilização das terras e de regiões periféricas de Letícia e Puerto Nariño. Sobre os resíduos inorgânicos, nestes últimos dois anos, percebe-se em Letícia o aumento de pessoas trabalhando e formalizando empreendimentos de reciclagem, principalmente de cartolina, plástico e alumínio. (AGUDELO, 2016).

Em Tabatinga, a situação é ainda pior: o conhecido lixão a céu aberto recebe todos os rejeitos da municipalidade sem nenhuma forma de controle ou tratamento. Além disso, o espaço fica exposto a qualquer pessoa que ali deseja entrar e, por vezes, o lixo chega a ocupar a via da estrada do Inkra, que dá acesso a algumas comunidades da zona rural da cidade. Apesar do Plano Nacional de Saneamento Básico obrigar os municípios da Federação a elaborarem um plano de destinação adequado aos resíduos até agosto de 2014, até o momento deste registro trabalho (05/2016), em Tabatinga, isto não havia sido realizado. As autoridades locais informaram que se estima a produção e a coleta diária de 1 kg de resíduos orgânicos e inorgânicos por habitante, o que resultaria em uma produção de lixo diária de aproximadamente seis toneladas.

A calamidade socioambiental da cidade brasileira ainda é pior, pois estudos evidenciaram a existência de aproximadamente quinze famílias peruanas e dez famílias brasileiras vivendo do que conseguem retirar do lixão de Tabatinga. No estudo fica manifesta a profunda situação de insalubridade dessas pessoas, denunciando inclusive, o trabalho infantil nessas áreas. Além de produtos e objetos com condições de serem comercializados, parte dessas famílias obtêm o que comer neste local, e um terço delas possuem suas moradias aí mesmo (ABENSUR, 2015).

Por conta disso, em 2014, o juiz federal Roberto Demo condenou o município de Tabatinga/AM a tratar adequadamente o lixão municipal, obrigando a Prefeitura a cercar adequadamente todo o perímetro do lixão de maneira a evitar a passagem de animais e pessoas e instalar portão de entrada provido de guarita, a fim de viabilizar o controle do acesso de pessoas, sob pena de multa diária. Na decisão, o Juiz concluía que “deve ser adotada uma política pública a fim de

minimizar o impacto do atual lixão no meio ambiente e na segurança dos aviões. ” (www.jusbrasil.com.br, 2014).



Imagem 24: Lixão de Tabatinga.

Fonte: www.google.com/lixãodetabatinga.

Em Tabatinga não há rede geral de esgoto sanitário, nem existem sarjetas nas ruas. A drenagem das águas ocorre em valas margeando as ruas e desembocam diretamente no rio Solimões sem qualquer tratamento. Letícia também não conta com uma cobertura de serviços básicos, embora 93% da população receba água encanada, esta não chega potável à maioria dos bairros. A cidade abastece seu aqueduto de origem contaminada com os dejetos dos assentamentos rurais e comunidades indígenas. Além disso, a planta de purificação foi projetada para um fluxo de 15 litros por segundo, mas na atualidade passa quase o triplo de água, diminuindo significativamente o tempo de floculação e sedimentação e, por conseguinte, a qualidade da água. Em Letícia 70% das casas e estabelecimentos estão conectados à rede de esgoto, que é eliminado por sete saídas sob o porto de Letícia, contaminando não somente o entorno, mas as águas de Tabatinga, de acordo com o fluxo do rio (EUZÉBIO, 2014, p. 55).

Tanto em Letícia, quanto em Tabatinga são os bairros de migrantes, geralmente com ocupações ilegais, que apresentam as piores condições de vida. Especificamente em Letícia, os que vivem na Isla da Fanta-

sia, em maior número de peruanos, e em Tabatinga na vila Guadalupe, também ocupada em predominância por uma população dessa mesma nacionalidade.

O lado peruano da fronteira é desalentador quando analisamos os aspectos socioambientais. Em Santa Rosa todo o lixo produzido é despejado diretamente no rio e a população não conta com serviço básico de saneamento.

Sobre os resíduos orgânicos que possuem por natureza alta capacidade de reaproveitamento, o agrônomo Maurício Veloso frisa:

Imagina a quantidade de lixo orgânico que é produzido nessas cidades, imagina o tamanho das composteiras que poderiam ser feitas, e imagina a quantidade de material reciclável, imagina quanto essas duas ações gerariam de postos de trabalho e de renda por município, mas isso depende de um aterro socioambiental com plano concreto e estratégico e isso não é interesse dos governantes muitas vezes (VELOSO, 2016).

Conclui-se informando que, até o momento, não existem ações integradas entre as três municipalidades da fronteira para o manejo adequado do lixo. Inexistente é, também, o apoio a empreendimentos que trabalham ou desejam trabalhar sobre a temática da reciclagem. Tampouco nas escolas da fronteira encontra-se um programa adequado e contínuo de educação socioambiental que possa, a longo prazo, aumentar a consciência da população local sobre os malefícios dos maus hábitos cotidianos em relação à preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, o tema dos dejetos orgânicos e não orgânicos é uma problemática profunda, complexa e multidimensional que, até o momento da escrita deste trabalho, tem sido simplesmente negada, tanto pela população, quanto pelas autoridades públicas na Tríplice Fronteira.

Como grande parte dos produtos industrializados chegam à fronteira de barco ou de avião, há registros nas câmaras de vereadores tanto de Tabatinga, quanto de Letícia, de debates em prol do estudo de uma lei de reversibilidade, onde balsas e aviões pudessem, ao voltar para suas cidades de origem, transportarem para fora da fronteira, em direção aos grandes centros urbanos, pelo menos os resíduos passíveis de reciclagem e de alta comercialização nos mercados nacionais e internacionais.

Contudo, de acordo com nossas averiguações de campo, tais debates estancaram nas ameaças dos empresários locais de repassarem possíveis custos deste processo nos produtos finais comercializados na fronteira que, por essa dificuldade de acessibilidade, já são historicamente acima dos custos médios nacionais.

Igarapé Santo Antônio

Um segundo ponto de relevância nos debates sobre aspectos socioambientais na Tríplice Fronteira refere-se ao Igarapé ou à Quebrada Santo Antônio. Com 1.025 metros de longitude, é uma fonte de água que nasce em território brasileiro traçando todo seu percurso em harmonia com a linha demarcatória entre as cidades de Letícia e Tabatinga, desaguando no rio Solimões. Registros afirmam que, nas décadas de 70 e 80³⁶, o igarapé³⁷ era usado pelas populações fronteiriças em comum acordo para lazer e coleta de água para atividades básicas do dia a dia. Atualmente, seu entorno está tomado por residências legais e ilegais, que paulatinamente transformaram o igarapé em um verdadeiro esgoto a céu aberto.

A linha divisória entre o Brasil e a Colômbia começa na intersecção do talvegue³⁸ do Rio Solimões ou Amazonas com o paralelo da boca do Igarapé Santo Antônio (defronte às localidades de Letícia e Tabatinga), e segue, para Leste, ajustada a esse paralelo, até a dita boca. Continua pelo leito desse igarapé (que corre entre as localidades de Letícia e Tabatinga) até a sua cabeceira. (Info.Incc.br/codescr.html).

No ano de 2000 boa parte do bairro colombiano na fronteira com o Brasil foi inundado por seu próprio esgoto porque as autoridades municipais de Tabatinga ordenaram o fechamento de uma vala que vinha da Colômbia e desembocava no Igarapé de Santo Antônio. Houve cer-

36 Os primeiros assentamentos na quebrada iniciaram aproximadamente há 50 anos, contudo com maior aceleração nos últimos 20 anos (CORPOAMAZONÍA, 2013).

37 Um igarapé é um curso d'água amazônico de primeira, segunda ou terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal. Existem em grande número na Bacia amazônica. Caracterizam-se pela pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata.

38 Linha de maior profundidade de um rio.

to conflito diplomático entre as autoridades, porém, logo depois, engenheiros brasileiros reabriram o canal, visto os transtornos sanitários ocasionados.



Imagem 25: Alagação de 2000, no Igarapé Santo Antônio.

Fonte: Maurício Veloso.

Esta temática referente ao Igarapé Santo Antônio faz menção a amplo debate sobre o manejo de recursos hídricos transfronteiriços. Em observância a esses temas, em 2013, a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Gabinete da Presidência da República produziu um relatório intitulado *Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil*. O documento salienta que a temática transfronteiriça torna-se vital no contexto brasileiro quando se analisa que, além dos milhares de quilômetros de fronteiras terrestres e divisas com dez outras nações, cerca de 60% do território nacional está inserido em bacias hidrográficas que se estendem pelos territórios de países vizinhos e reúnem 83 rios fronteiriços ou transfronteiriços.

Para tanto, o estudo apoia-se na observância da Constituição Federal; da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); e das Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH; no caso do Amazonas, especificamente, na Lei nº 2.712, de 28 de de-

zembro de 2001, e sobre a Tríplice Fronteira, no acordo entre Brasil e Colômbia para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos, de 1976.

Avaliando as ações desenvolvidas entre os diferentes países, no que tange ao controle e à colaboração a respeito dos recursos hídricos compartilhados, o documento aponta:

Na região amazônica, a parceria com a Colômbia está mais avançada, já dispondo de projeto e plano de trabalho para capacitação e cooperação. Com o Peru, as negociações avançam bem, no intuito de firmar um projeto de cooperação bilateral. Já com a Bolívia, o intercâmbio se dá de forma tripartite, tendo ainda a Espanha como partícipe e financiador. Estão previstas ações de capacitação e treinamento em técnicas de medição de vazão, qualidade das águas, sedimentologia, gestão de recursos hídricos, direito das águas, fenômenos hidrológicos extremos, entre outros temas, além da estruturação de uma rede de monitoramento hidrometeorológico nos países sul-americanos membros da OTCA. No campo do planejamento, além do apoio aos comitês de bacia hidrográfica e à realização de planos de bacia, existe um Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica. O Plano da Margem Direita contém um capítulo sobre gestão de rios fronteiriços e transfronteiriços na Margem Direita do Amazonas, que ocorrem em quatro bacias (Madeira, Purus, Juruá e Javari), espalhadas entre Brasil, Bolívia e Peru (GP, 2013, p. 63).

Apesar das estimativas positivas elencadas pelo governo brasileiro e o significativo número de acordos, resoluções e tratados referentes aos recursos hídricos, no cotidiano da Tríplice Fronteira muito pouco se efetiva enquanto ações concretas no trato das mazelas deste tema. Evidencia-se uma inoperância dos organismos e das autoridades locais que, muitas vezes, são subservientes a estruturas nacionais e internacionais, omitindo iniciativa própria no trato de problemas possíveis de serem resolvidos no âmbito local.

Mais uma vez, assim como em outras dimensões aqui estudadas, mostra-se a falta de articulações entre atores locais que possam produzir uma leitura contextualizada dos marcos nacionais e internacionais, propondo de maneira autônoma ações específicas às demandas da Tríplice Fronteira.

Dr. Palácio, da Universidade Nacional da Colômbia, em entrevista para este diagnóstico (2016), chama a atenção para que não passemos a vitimar mais ainda aqueles que já são vítimas dentro desta problemática, pois com facilidade percebem-se discursos inculcando culpa nas pessoas que vivem nas margens do igarapé Santo Antônio. Quando, na verdade, essas pessoas foram vítimas de um processo de exclusão dos centros urbanos e dos espaços adequados de moradia. Afirmo o professor: “Este é um problema socioambiental internacional, interfronteiriça, mas urbano, pois é o avanço da cidade que marca a desorganização da paisagem a partir da degradação da própria população”.

Palacios justifica que acordos e tratados não se efetivam justamente porque necessitam de uma atitude política governamental efetiva e firme das autoridades locais, porém marcadas pela inatividade e pela inércia. Afirmo, ainda, que as ações individuais ou familiares são importantes, porém ficam como hábitos isolados não permanentes que facilmente se perdem quando não há um direcionamento estratégico da autoridade pública, coadunada com o fortalecimento da organização da sociedade civil.

Por parte das autoridades brasileiras chama a atenção a total inexistência de estudos, projetos ou ações atreladas ao Igarapé Santo Antônio. Jefferson Quadros, professor de Direito Socioambiental da Universidade do Estado do Amazonas e presidente da Comissão de Direitos de Águas da Ordem dos Advogados do Brasil – setor Amazonas, a partir de sua chegada na Tríplice Fronteira, em 2016, tem retomado o diálogo com o Ministério Público local e outras instituições jurídicas no sentido de incitar uma audiência pública que pressione os governantes a tomarem as devidas providências sobre o tema.

Pelo lado leticiano existe um estudo e um acompanhamento bem elaborado sobre o caso da *Quebrada San Antonio*. A Corporação para o Desenvolvimento Sustentável para o sul do Amazonas (Corpoamazonia) apresenta, em documento síntese, estudos eficientes sobre a população colombiana que vive no entorno da quebrada e a qualidade da água da mesma. Apoiado em um plano de três etapas (estudos sobre a água e a população, remoção dos moradores e limpeza do igarapé, por fim, construção de passarelas, praças e espaços de lazer público), o documento informa que duzentas casas estão ilegalmente sobre a margem colombiana dessas águas, totalizando 45 famílias e 1.310 pessoas. A legislação vigente delimita um limite de trinta metros para as margens

dos igarapés enquanto corredor ecológico proibido a moradias. Atualmente, essas casas encontram-se nos bairros de Porvenir, San Antonio y Castanál.

O documento denuncia as péssimas condições de qualidade de vida em que vivem as pessoas neste território.

Aunque cuentan con servicios públicos de agua potable, energía y recolección de basuras es frecuente la utilización de aguas provenientes de pozos artesianos mal construidos y altamente contaminados en el cauce de la quebrada. Los habitantes de la quebrada se encuentran en su totalidad en inminente riesgo de inundación y las laderas de este brazo presenta alto riesgo por procesos de erosivos. (CORPOAMAZONÍA, 2013, p. 18).

De acordo com o estudo, entre os habitantes desta área temos 1.280 colombianos, 21 peruanos e nove brasileiros vivendo na parte correspondente a Letícia. Entre os estratos populacionais, a menor população refere-se a crianças entre zero e 4 anos, podendo inferir relações indiretas entre a insalubridade local com baixa fertilidade e/ou alta mortalidade infantil.

Do total da população adulta que vive em torno da quebrada apenas 39% de pessoas relatam algum tipo de ingresso monetário e destes 35% afirmam receber valores abaixo de um salário mínimo. Neste universo dos que recebem algum ingresso monetário, apenas 21% possui trabalho constante e formal, 40% destinam-se a trabalhos ocasionais, 14% da população dessa localidade encontra-se incapacitada para o trabalho. (CORPOAMAZONÍA, 2013).

Sobre as questões sanitárias, apenas 43% apresentam banheiros conectados a fossas sépticas, enquanto 57% descarregam todos os dejetos familiares no próprio igarapé que costeia sua residência. Destaca-se em 57% o risco de contaminação e/ou enfermidades por insalubridade, 20% de risco de inundações das residências em épocas de chuvas e 5% das residências em risco de deslizamento. Entre habitações irregulares e o comércio local instalado na linha divisória da fronteira entre Brasil e Colômbia, simbolizada em parte pelo Igarapé Santo Antônio, do lado colombiano contam-se aproximadamente trezentas instalações que jogam seus esgotos e rejeitos diariamente nas águas do igarapé. (CORPOAMAZONÍA, 2013).

A Corporação colombiana, tentando contornar as dificuldades que implicam em remover tais famílias desta localidade dando-lhes mínimas condições de moradia em outra parte de Letícia desenvolveu os seguintes projetos: Programa de conservação e recuperação do corredor ecológico do Igarapé, Programa de Manejo Sustentável e recuperação e proteção de áreas e o Programa Suscetíveis de Remoção em Massa em caso de inundações.

Diante da total inatividade das autoridades brasileiras no tocante ao Igarapé Santo Antônio, evidentemente, inexistem ações e planejamentos de caráter colaborativo e transfronteiriço entre as representações públicas das duas municipalidades.

Cabe ressaltar que a problemática descrita nesta sessão a respeito do Igarapé Santo Antônio é um exemplo expoente que denuncia, na verdade, a similar condição atual de, praticamente, todos os recursos hídricos compartilhados na Tríplice Fronteira, estando outros igarapés, nascentes, córregos e rios sofrendo com idênticos descasos e desafios.

Uso indiscriminado de pesticidas e agrotóxicos nos produtos agrícolas

O terceiro elemento que desponta entre os temas levantados ao longo das entrevistas e grupos focais refere-se ao uso indiscriminado de transgênicos, agrotóxicos e defensivos químicos na produção agrícola. Em entrevista específica destinada a este diagnóstico, Maurício Veloso, agrônomo, técnico da Diocese do Alto Solimões e da União Europeia na região, afirma que este é um problema invisível que afeta os três países. Veloso (2016) afirma que a legislação do Brasil, em especial do Estado do Amazonas, é muito rígida na comercialização destes produtos químicos podendo ser comercializados apenas com um receituário agrônômico receitado por um profissional qualificado e devidamente registrado nos órgãos profissionais da categoria. Porém, a condição de fronteira subverte qualquer legislação a este respeito, “qualquer um vai ao mercado de Letícia ou Santa Rosa, sem receita, sem nada, e, dizendo apenas o nome, já consegue remédios muito poderosos”.

Os principais produtos utilizados, de acordo com o técnico, são os herbicidas para eliminar capim e grama, seguidos de inseticidas e fungicidas para eliminação das chamadas pragas.



“Em algum momento algum agricultor foi em Santa Rosa e escutou que aquele inseticida era bom para mosca branca, o remédio se chamava Extermínio – veja bema-tarja vermelha que é a taxa mais elevada de contaminação. A notícia se espalhou de maneira tão rápida que faltou o inseticida na região.”

Fonte: caminoverde.com.uy

O problema fundamental refere-se à falta de vigilância e apoio técnico, acumulando-se erros nos cuidados e nas metodologias de aplicação dos químicos no cultivo. Para uma aplicação minimamente correta, deve-se saber a classe e a cor do inseticida, o modo de aplicação (por exemplo, não pode ir contra o vento e sempre a favor), horário de aplicação, pois em horários quentes todo o produto evapora, além da devida atenção aos equipamentos de proteção individual, como luvas e máscaras.

O agrônomo apresenta uma perspectiva preocupante comprovando que, se os agricultores continuarem neste volume de aplicação, o meio ambiente sofrerá muito impacto, contaminando pequenos peixes, vegetação aquática, até chegar aos grandes peixes que são consumidos pela população³⁹. Com essas práticas químicas indiscriminadas acaba-se eliminando, também, os predadores naturais das pragas, desequilibrando a cadeia alimentar de todo o ecossistema. Uma das consequências, que já são visíveis, se refere à polinização, pois os pesticidas químicos afastam as abelhas que são as multiplicadoras por natureza e, consequentemente, ocorre uma diminuição da germinação natural de sementes, ocasionando a não reprodução e não continuidade de espécies.

³⁹ Este problema também se refere a outra temática socioambiental que não abordamos em profundidade neste diagnóstico por não inferir diretamente nos contextos das três localidades aqui enfocadas, mas que circunvizinha com região da Tríplice Fronteira que se refere à mineração e ao garimpo ilegal, com eles a contaminação de águas e peixes por mercúrio. Devido ao avanço da mineração e do garimpo em áreas cada vez mais próximas da Tríplice Fronteira, afirma-se que deveria ser necessário um estudo aprofundado que possa medir estes impactos.

Entre tantos desafios na utilização adequada de defensivos agrícolas na produção primária da Tríplice Fronteira, chama especial atenção o desrespeito com os prazos de carência de aplicação dos produtos químicos, por exemplo: os inseticidas, depois de aplicados, exigem que a pessoa não entre na plantação pelos próximos 3 ou 4 dias e exigem 21 dias para que a colheita seja realizada. Percebe-se total desrespeito a essas regras, prejudicando diretamente a saúde de quem planta e de quem consome. Isso ocorre principalmente com tomate, pimentão, pepino, hortaliças e espécies específicas de rúcula, couve e alface. Estima-se que 30% dos alimentos comercializados nos mercados locais da Tríplice Fronteira possuem algum tipo de agrotóxico em excesso e/ou mal aplicado. (VELOSO, 2016).

A única experiência existente de enfrentamento a esta situação na Tríplice Fronteira refere-se à criação, há dois anos, do Fórum Benjamineense de Agrotóxico (FBA), que realiza algumas campanhas de divulgação, sensibilização e capacitação com agentes comunitários de saúde e agricultores. O Fórum é composto por um comitê com representantes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e as secretarias municipais de meio ambiente, produção e saúde. Não há registro de participação de alguma municipalidade vizinha, nem mesmo entre as brasileiras.

O uso dos pesticidas e agrotóxicos é reflexo de um processo produtivo e social mais amplo que representa muitas vezes o abandono de práticas tradicionais da cultura indígena e ribeirinha no cultivo dos alimentos, o abandono de algumas espécies pouco valorizadas pelos mercados locais e a perda do patrimônio cultural e alimentar dessas populações, repassado através das gerações. Inclui-se, neste processo de degradação das formas de produção tradicionais, também as ações assistencialistas de doação de sementes por parte dos governantes, suprimindo a autonomia de gerenciar insumos nas próprias comunidades e promovendo o abandono das sementes tradicionais pelas geneticamente modificadas.

Registra-se, no Brasil, um grande programa federal chamado PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, que subsidia crédito ao produtor rural. Porém, por inadimplência na média geral dos agricultores do Alto Solimões, o programa foi suspenso em toda a região. Atualmente, o Banco do Povo, que é estadual, se encarrega de algum tipo de financiamento, porém, de pequenos valores.

Maurício também lembra que, refletindo sobre projetos de conscientização e capacitação dos agricultores no que concerne a sistemas

sustentáveis de produção, em localidades brasileiras, vale ressaltar o Projeto Bem Viver, desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Itália – ISCOS, em parceria com a União Europeia e a Diocese do Alto Solimões e demais parceiros locais.

Tal projeto, que teve duração de seis anos (2010-2016), trabalhou com 22 comunidades indígenas e ribeirinhas através de uma metodologia de formação horizontal para a agricultura familiar, denominado Programa Produtor a Produtor. Ao longo desse percurso, foram abordados, de maneira teórica e prática, temas como adubação orgânica, cuidados no manejo de produtos químicos, compreensão das cadeias alimentares de pragas e demais animais, plantação consorciada em sistemas agroflorestais e uma série de outros assuntos que despontam no cuidado ao meio ambiente através do equilíbrio entre o resgate das práticas tradicionais e as inovações técnicas que ajudam a preservar a natureza e os alimentos.

O agrônomo afirma que o caminho de sensibilizar os produtores é lento e repleto de desconfianças. Muitos deles encontram-se profundamente vinculados ao manejo de pesticidas químicos e a uma relação dependente com os governantes que subsidiam sementes modificadas geneticamente.

Percebe-se que fora da região se valoriza o produto ecológico, se paga mais caro para isso, dever-se-ia, portanto, fazer uma campanha de divulgação e valorização do produto orgânico na Tríplice Fronteira, um fórum ou outra instituição poderia certificar tais produtos com um selo ao produtor orgânico e promover a venda em espaço específico de produtos orgânicos com visibilidade na fronteira (VELOSO, 2016).

No lado colombiano, na mesma linha dos trabalhos relatados anteriormente no tocante a conscientização dos agricultores sobre a importância do resgate as culturas e práticas tradicionais, assim como no manejo sustentável de áreas tradicionais de plantio, destacam-se os trabalhos da Fundacion Caminos de Identidad – FUCAI⁴⁰, fundada em 1991, com foco na etnoeducação junto à comunidades do Amazonas, Caldas, Cauca, Cordoba e Vichada.

Em relação ao território peruano da fronteira, não foram encontradas ações referentes à conscientização do manejo com agrotóxicos

40 Para saber mais: www.fucaicolombia.org

e pesticidas na produção primária. Da mesma forma, nenhuma ação integrativa entre entidades e organismos da Tríplice Fronteira foi registrada ao longo da coleta de dados deste diagnóstico, evidenciando a inexistência de projetos de cooperação transfronteiriços no tocante ao manejo com produtos químicos na produção primária.

Outros elementos a serem considerados na dimensão socioambiental

Por fim, outro elemento que não aprofundaremos neste diagnóstico, mas cabe ressaltar, refere-se ao comércio de madeira na Tríplice Fronteira. A extração da madeira obedece a um fluxo extremamente difuso, portanto, de difícil controle. Sua cadeia envolve inúmeros atores sociais, como o pequeno extrator familiar, o comprador, os transportadores, atravessadores, entre outros.

Oficialmente, na Colômbia, o extrator deve dirigir-se até o escritório do CORPOAMAZONÍA e solicitar uma permissão. Sendo esta recebida, poderá extrair, durante um ano, madeiras com diâmetro mínimo de 80 cm em áreas pré-determinadas pela instituição, áreas estas chamadas de UCA (Unidades de Corte Anual). No ano seguinte, essa UCA será reflorestada e fechada para extração pelos próximos 25 anos.

Como Estrategia propuesta para enfrentar los motores de Deforestación y Degradación de los Bosques se implementó, en el Departamento del Amazonas, el Programa Presidencial “Familias Guardabosques Productores”, el cual benefició durante el año 2007 a 1.320 familias de 22 comunidades del Municipio de Letícia (Km. 6, 7, 9, 11, San Pedro de los Lagos, San Antonio de los Lagos, San José del Río, San Juan de los Parente, El Progreso, Arara, Puerto Triunfo, La Playa, Isla de Ronda, San Sebastián de los Lagos, Nazareth, El Vergel, La Libertad, Loma Linda, Nuevo Jardín, Santa Sofía, Yaguas y Zaragoza), para realizar proyectos de Sostenibilidad de Chagras para mantener su diversidad, producción de peces, producción de aves de corral, producción de artesanías, fortalecimiento del Etnoecoturismo, producción de derivados lácteos y cárnicos, silvopastoriles, producción de féculas y harinas, comercialización de productos de la Chagra, compra de predios y mejoramiento de vivienda. (PLAN DE DESARROLLO DEPARTAMENTAL, 2015).

Um grande problema é que, para o transporte dessa madeira para outras regiões da Colômbia, mesmo se tramitada de maneira legal, deve-se trafegar por via fluvial até Puerto Assis, para depois passá-la ao circuito rodoviário e, no trajeto entre Letícia a Puerto Assis, a madeira trafega por grandes percursos de águas brasileiras, por vezes desencadeando uma série de problemáticas com a Polícia Federal e com os órgãos de controle fiscal.

Na área brasileira, talvez pelo fato de aproximadamente 90% do território madeiral de Tabatinga estar em terra indígena e, por outro lado, por desorientação da gestão pública, a cidade foi uma das poucas, em todo o Amazonas, que não apresentou ao governo estadual um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Nesse sentido, Benjamin Constant (cidade vizinha a Tabatinga), é o maior foco extrator de madeira em território brasileiro nesta fronteira. A maior parte da madeira retirada de Benjamin Constant é enviada, na maioria das vezes, sem a devida regulamentação, à comunidade vizinha peruana de Islândia, que possui muitas madeireiras e um fluxo comercial intenso em direção a Iquitos e Lima.

Abreu ilustra este tema com seu relato de campo:

Daniel corta a madeira em quatro toras de 4 metros de comprimento cada uma e, ajudado por outros cinco homens, abre caminho limpando o terreno até o igarapé mais próximo, distante uns 300 metros. Então vem a parte cansativa: empurrar as toras, uma a uma, floresta adentro. Uma vez na beira do igarapé as toras esperam a próxima chuva forte. Com o alagamento da área, a madeira vai boiar e seguir o curso das águas até um lago vizinho ao rio Javari. Os quatro fragmentos devem se juntar a todas as demais 380 toras já retiradas e, poucos dias depois, serão anexados a um comboio de madeira ainda maior. Uma semana depois, me desloco para Nueva Esperanza, comunidade peruana na margem do rio Yavarí Mirim, afluente do Javari. O povoado surgiu após o boom da atividade madeireira, que fez despontar na região uma série de vilarejos, nos quais os moradores são sempre madeireiros, parentes de madeireiros ou, então, comerciantes dependentes do dinheiro da madeira. Antônio, habitante de Nueva Esperanza, é um habilitador. Assim são chamados os patrões: homens que emprestam o dinheiro e financiam uma série de acampamentos. À época das chuvas, quando todas as árvores de todos os acampamentos por ele bancados já estão tombadas, Antônio passa para anexar tudo ao seu comboio e acertar as contas com os madeireiros habilitados. Daniel é um deles (ABREU, 2010, p. 12).

De acordo com o pesquisador (2010), estima-se que 80% da madeira retirada do Peru é extraída de maneira ilegal. Na parte peruana da Terra Indígena Vale do Javari, por exemplo, existe intenso comércio de documentos para acobertar a origem da madeira. De acordo com RAISG (2012), 65% da madeira retirada da Amazônia brasileira é ilegal e, na Colômbia, apenas 33% da madeira comercializada conta com documentação oficial.

Outro fenômeno que merece atenção no contexto da Tríplice Fronteira é o comércio lícito e ilícito de peixes. Apesar de, como afirma professor Palacios, em Letícia existir um vasto número de organismos representativos do governo, sobretudo de fiscalização, percebe-se que é justamente em direção à cidade colombiana que se destinam os peixes coletados em águas brasileiras, principalmente pela maior lucratividade, visto a valorização do peso colombiano frente ao real brasileiro. Analisamos isso com clareza quando tratamos da dimensão socioeconômica.

Em contraponto, Agudelo (2016), pesquisador do instituto colombiano de investigações amazônicas (SINCHI), em entrevista para este diagnóstico afirma:

“O desafio com os peixes é que são recursos migratórios transfronteiriços, que pertencem a todos e a ninguém e que, pela forma como seus ciclos biológicos se desenvolvem, de maneira migratória, não se pode tratar como algo de soberania nacional.”

Assim, os conflitos em relação ao pescado caracterizam-se quando eles deixam de ser um recurso natural e passam a ser um recurso econômico, enfrentando dificuldades aduaneiras, de fiscalização e economia, com fortes impactos culturais.

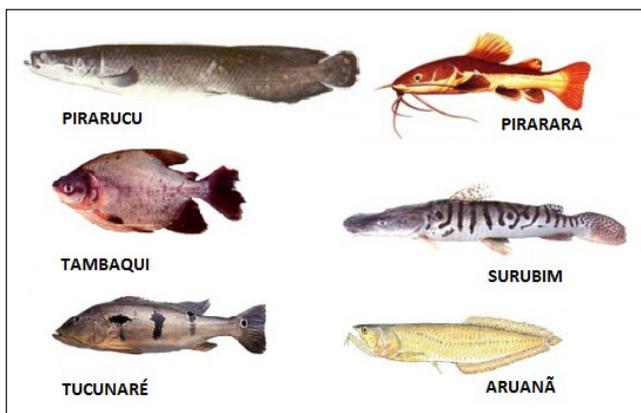
Não estamos tratando de extinção de espécies, porém uma diminuição da população que está gerando uma extinção comercial. Isso afeta diretamente a economia local, até mais que a alimentação direta das pessoas, pois geralmente as comunidades preferem peixes menores, de maior sabor e com conotação menos comercial (AGUDELO, 2016).

Alejandro Carrasquilla confirma que, neste processo, acaba por ocorrer a substituição dos hábitos alimentares mais elementares das populações locais, principalmente através do impacto do turismo massivo, pois, indígenas e ribeirinhos, deixam de consumir o peixe – um dos principais produtos buscados pelos turistas – para vendê-lo e, com o recurso financeiro dessa venda, comprar caixas de frango congelado.

De acordo com a Diocese do Alto Solimões (2010), a pesca na região da Tríplice Fronteira, de maneira geral, ocorre de forma artesanal, com fins de subsistência e comercial, estando incluída, em menor escala, a pesca ornamental. A pesca comercial é realizada em toda a calha do rio Solimões e nos rios Içá, Puretê, Jandiatuba, Tonantins, Camatiá, Jacurapá, Itacoai, Javari, Curuçá, além de lagos, igarapés e paranás. A extração deste recurso baseia-se num número reduzido de espécies de maior valor econômico. Dentre os peixes de escama, destacam-se o tambaqui, pirarucu⁴¹, jaraqui, matrinchá, curimatá, pirapitinga e o pacu, e, dentre os peixes lisos, inclui-se o surubim, piraíba, piramutaba e o dourado.

A frota pesqueira é composta, em sua maioria, de pequenas embarcações (canoas, rabetas, etc.) pertencentes aos comunitários. Os apetrechos mais utilizados são as malhadeiras, tarrafa, zagaia, caniço, flecha, arpão e poita, às vezes se utilizam métodos predatórios com uso de bombas, timbó e malhadeiras finas. Muitas vezes, empreendedores colombianos contratam pescadores brasileiros, em regime de consignação, para pescar nos rios brasileiros, fornecendo-lhes a infraestrutura (embarcação, combustível, gelo, equipamentos e apetrechos de pesca), tornando o pescador dependente deste recurso. Ressalta-se que este mercado estimula preferencialmente a pesca do peixe liso. A maior parte do comércio é feita via Tabatinga e via cabeceiras do rio Içá, no município de Santo Antônio do Içá. A fiscalização existente é mínima, não havendo cobrança de impostos/tributos. Depois de armazenado em Letícia o pescado segue para outros mercados consumidores internacionais, via Bogotá (DIOCESE, 2010, p. 12).

⁴¹ Especificamente sobre o Pirarucu, um dos peixes mais procurados e consumidos no mercado local, regional e nacional, ocorre um desequilíbrio nas regras dos três países que favorece sua pesca e comércio, mesmo em tempos de procriação. A pesca do pirarucu é proibida no Brasil e na Colômbia entre os meses de outubro a março, devido ao período de reprodução, contudo no Peru não existe tal lei de proteção, ficando assim fácil a pesca ilegal em territórios brasileiros e colombianos ao ser realizada a venda em território peruano.



Fonte: <https://correiodaamazonia.com/peixes-amazonicos-na-ceia-de-natal/>.

Imagem 26: Peixes mais comercializados na fronteira.

Buscando barrar as invasões e a pesca ilegal, diversas populações ribeirinhas da região passaram a defender os ambientes pesqueiros no entorno das comunidades, lutando pela preservação de lagos sob um viés legal, ampliando significativamente o número de acordos de pesca com o poder público e a gestão sustentável dos lagos e igarapés, com apoio de instituições técnicas.

Uma experiência exitosa de manejo comunitário de lagos está sendo desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa (AM) – IDSF, município também localizado na região do Alto Solimões brasileiro. A ação objetiva o desenvolvimento ecológico, social, científico e tecnológico com ênfase no uso sustentado dos recursos naturais, oferecendo oportunidades de aumento de renda familiar e melhoria da qualidade de vida da população local através de processos participativos de gestão em lados lagos e tanques de piscicultura. O programa atende mais de duzentas comunidades (incluindo 33 comunidades indígenas), totalizando cerca de 2.700 famílias (CALDAS, 2016).

Sobre estes aspectos complementares a dimensão socioambiental na região, o pesquisador da Universidade Nacional da Colômbia Carlos Botía (2016) conclui informando que:

La pesca y la extracción maderera son actividades transfronterizas al igual que sus productos. El producto de la pesca que se consume en Letícia y Tabatinga, además del que se consume en la región y que está formado por una amplia variedad de especies procede del Amazonas y sus tributarios y se captura en gran medida en cercanía

a la frontera, mientras que el que se envía al centro de Colombia, procede en su mayor parte de la Amazonia brasilera y más específicamente del río Solimões. Es importante tener en cuenta que el producto de la pesca que se extrae de aguas principalmente brasileiras, cuando ingresa a Colombia entra a formar parte del Producto Interno Bruto nacional así su origen, en su mayor parte, no sean las aguas nacionales. Así por ejemplo, en el año de 2010 ingresaron por Letícia hacia el interior del país 8.978 toneladas de pescado y el año siguiente esta cantidad bajó a 6.383 toneladas⁴², o sea un 28.9% en una tendencia descendente en comparación con años anteriores. Otras cantidades mucho menos significativas de la actividad pesquera se originan en sitios cercanos a la Pedrera, sobre el Caquetá y son enviados vía aérea a Villavicencio.

Na Tríplice Fronteira a instituição que apresenta estudos mais avançados sobre o universo hídrico é o SINCHI - Instituto de Investigações Amazônicas. Agudello (2016), pesquisador dessa instituição, informa que, atualmente, o Grupo de Investigação de Ecossistemas Aquáticos Amazônicos se dedica sobre três enfoques: caracterização dos ambientes aquáticos, percepção social da população sobre os benefícios derivados dos recursos das águas e o risco aos recursos aquáticos associados à contaminação por metais, principalmente associados à mineração e ao garimpo ilegal.

Em todo o universo amazônico foi registrado um total de 2.500 espécies de peixes⁴³, número superior ao registrado no Oceano Atlântico. De acordo com Armentera e Morales (2009), o Brasil é o país amazônico que apresenta o maior número de peixes ameaçados de extinção, totalizando 154 espécies; a Colômbia ocupa o segundo lugar com 28 espécies e, em sétimo lugar, está Peru com oito espécies na lista.

Ademais, Agudello (2016) aponta que existe uma preocupação intensa com as águas superficiais, porém se percebe pouco interesse das autoridades e dos estudiosos atentos aos recursos subterrâneos que, além de representarem maior volume, são águas mais puras e poderiam,

42 Informe de Coyuntura Económica Regional, ICER 2011, p.26.

43 Para um estudo mais aprofundado sobre a historicidade e a diversidade dos pescados no Departamento do Amazonas sugere-se: SINCHI, Instituto Amazônico de Investigações Científicas. Bagres de la Amazonia Colombiana: um recurso sin fronteras. Editorial Scripto, Bogotá, 2000.

inclusive, auxiliar as municipalidades frente ao desafio do acesso da população à água potável.

Tanto no contexto da exploração da madeira, quanto da pesca formal ou informal, não se encontra, no território da Tríplice Fronteira, ações articuladas entre os três poderes públicos no sentido de conscientizar e fiscalizar a sociedade civil de maneira geral e as populações diretamente envolvidas nestas atividades.

Um terceiro elemento que sobressai ao longo das discussões protagonizadas pelos grupos focais realizados e que, na verdade, praticamente é invisível ao longo das referências bibliográficas, refere-se à Ilha da Fantasia, localizada à frente da cidade de Letícia.

Irmã Magdalena Gonzáles lembra que há 20 anos tal ilha não existia e que atualmente uma significativa quantidade de pessoas vive nesse território, que, por sua vez, não possui oferta de energia constante ou qualquer outro serviço básico para uma vida digna. Informa a religiosa que as condições de vida são mais precárias que em Santa Rosa, caracterizando-se como uma ocupação desordenada e sem infraestrutura, protagonizada por uma população desarticulada e com alta vulnerabilidade social.

Grisales, cônsul colombiano, também informante deste estudo, acrescenta que a população atualmente habitante da ilha é predominantemente peruana, mas que chama a atenção também um significativo número de colombianos deslocados das áreas de conflito armado, principalmente de regiões do pacífico e de origem afrodescendente.

"Em 1999 estive lá e não havia mais de quinze casas, hoje, posso dizer que já percebemos mais de cem moradias na ilha." (Irmã Magdalena Gonzáles)

Por fim, complementa Alejandro Carrasquilla, da Agência de Viagens Borugo, que nas épocas de cheia, a ilha é invadida pelos dejetos da cidade de Letícia e perde substancialmente sua parcela de terra, obrigando os moradores a saírem do local e viverem de maneira também precária em Santa Rosa, Letícia ou Tabatinga. Por sua vez, na época de seca, o porto de Letícia fica inacessível, obrigando assim, turistas, comerciantes e produtores a passarem por dentro da própria Ilha da Fantasia para acessar as embarcações na calha do rio e realizarem seus

deslocamentos fluviais. Desperta, dessa forma, a Ilha da Fantasia também como uma significativa problemática socioambiental no cenário da Tríplice Fronteira.

Concluem-se os aspectos referentes à Dimensão Socioambiental informando que:

Una de las características que sobresale en el levantamiento de información sobre políticas socioambientales es la gran fragmentación de misiones y objetivos de la institucionalidad socioambiental en los tres países, esto se ve reflejado en los múltiples fondos, organismos e instituciones que producen información o son encargados de temas socioambientales. Esta situación contrasta con la escasa presencia de las instituciones públicas de administración y control de los recursos naturales en la zona de la triple frontera y la escasa o nula presencia de personal profesional y técnico de esas instituciones en la mayor parte de los territorios estaduais, regionales o departamentales, debido a la lejanía y difícil acceso a los mismos desde los centros políticos y administrativos como Manaus, Iquitos o Letícia (MOTTA; RAMIREZ; BOTÍA, 2016, p. 95).

Devemos ter em mente, ainda, como apontam Jefferson Quadros, professor de Direito Socioambiental da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e German Grissales, cônsul da Colômbia no Brasil, que os principais elementos que originam as problemáticas socioambientais no contexto cotidiano da Tríplice Fronteira derivam, em grande parte, da dimensão socioeconômica e das realidades vividas pelas populações mais vulneráveis.

Da mesma forma, como se pode observar nesta seção, é de comum acordo que todas as problemáticas socioambientais acabam por culminar ou se originar na temática da água e dos sistemas aquíferos de superfícies e/ou subterrâneos neste território. Ademais, como ressalta Pe. Alfredo Ferro S. J., coordenador do Serviço Jesuíta Panamazônico (SJPAM), com sede em Letícia, “a dimensão socioambiental relaciona-se intimamente com a dimensão educacional” na medida em que não é possível enfrentar as principais problemáticas locais nestes temas se não trabalharmos na elevação da consciência da população sobre a sua parte nestes processos.

Ao final deste percurso diagnóstico sobre os desafios socioambientais na Tríplice Fronteira, não restam dúvidas sobre a premissa de que a

crise social e a crise ambiental se mostram como facetas de uma mesma moeda e que esta moeda é fruto de um estilo de vida voltado ao lucro e às relações hierárquicas que balizam as desigualdades sociais, em detrimento das perspectivas humanas e ecológicas. Da mesma forma, não restam dúvidas que a única maneira de reverter esse cenário é, principalmente, através da educação, de uma educação crítica que possa “difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade com a natureza.” (FRANCISCO, 2015, p. 35).

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS

No se puede pensar en la historia de pueblos como la Letícia colombiana sin pensar simultáneamente en la Tabatinga brasileira o en la población de Santa Rosa en la orilla peruana del Amazonas, todas conformando una subregión transnacional. (BOTÍA, 2015, p. 445).

Nessa última sessão objetivamos apresentar, de forma sucinta, algumas conclusões a respeito das análises realizadas ao longo deste diagnóstico, ofertando proposições estratégicas que poderão ser desenvolvidas por aqueles que acaso pretendam dedicar-se ao aprofundamento prático de uma ou mais das dimensões estudadas no território da Tríplice Fronteira.

É importante reafirmar que este estudo não pretende abarcar a totalidade das temáticas que possam surgir no debate das quatro dimensões aqui estudadas, tampouco oferecer respostas concretas para todos os desafios que surgem ao longo do exercício de apreender a realidade da Tríplice Fronteira. Visto as limitações de tempo e espaço que acompanharam a construção deste material, nosso intuito foi o de ofertar ao leitor uma visão geral sobre as problemáticas predominantes neste território, sempre guiados pelo enfoque da cooperação transfronteiriça entre as governanças e as instituições locais. Para isso, inclusive, tivemos o cuidado em construir uma metodologia adequada que lograsse captar os elementos fundamentais da realidade em foco.

Ao findarmos este percurso-diagnóstico podemos perceber com clareza que a Tríplice Fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru é um território historicamente construído a partir do contato entre diferentes culturas. Desde o século XVI os relatos de contato entre colonizadores portugueses, espanhóis, marinheiros, desbravadores, estudiosos, missionários e as populações nativas da Amazônia estão repletos de acontecimentos que marcam esta realidade com um profundo caráter multicultural.

Como explicitamos na primeira parte, esta história é também repleta de encontros, desencontros, avanços, recuos e atritos que atravessaram os séculos, resignificando as relações entre estes atores a cada nova era e a cada nova geração. A colonização imperialista, a era da borracha, a exploração da madeira, do peixe, a constituição dos estados nacionais modernos, a independência dos estados, departamentos e municípios; cada movimento histórico contribuiu de forma peculiar para a construção da realidade com a qual nos deparamos hoje.

Euzébio é assertivo na descrição contemporânea da Tríplice Fronteira:

O subespaço Tabatinga- Letícia vem passando exatamente por este processo de modernização, logrando paulatinamente a posição de lugar global simples, na medida em que se insere no teatro de fluxo e passa a participar da economia global, ainda que de forma incipiente. Tal ação tem provocado mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, além de ter produzido contrastantes temporalidades. O velho e o novo passaram a conjugar uma vida urbana particular alimentada pelas relações de vizinhança e pela contradição da exclusão que marca o legado das cidades ribeirinhas amazônicas (EUZÉBIO, 2010, p. 173).

É inevitável enfrentarmos o fato que a região da Tríplice Fronteira, se não esquecida, é colocada em plano secundário aos projetos das nações que a compõe. Tanto Brasil, quanto Colômbia e Peru demonstram pouco esforço para a efetivação do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Letícia, Porto Nariño, Santa Rosa, Islândia ou Cavalochocha, respectivamente.

Pelo enclave internacional que representa uma Tríplice Fronteira no centro da maior floresta do planeta, junto com os descasos nacionais, percebem-se as imposições defensivas e resistentes por parte dos Estados, apoiados na premissa da soberania nacional e da segurança territorial. Esta postura defensiva, que se manifesta de diferentes formas em cada um dos três países, acaba por envolver as municipalidades e as instituições locais da fronteira em um profundo e imbricado emaranhado de jurisprudências nacionais que, em última análise, suprimem a iniciativa e o protagonismo dos governos e das populações locais.

A profunda dependência de centros deliberativos nacionais externos e a falta de uma jurisprudência/legislação compatível entre os três países, nos mais variados temas, entre outros problemas já explicitados, é o que nos leva à conclusão geral de que em nenhuma das dimensões estudadas neste diagnóstico existe um processo real, efetivo, planejado e contínuo de cooperação transfronteiriça. Isto não desmerece o importante papel que algumas instituições locais realizam junto as populações de cada municipalidade, mas sinaliza que elas se encontram entrincheiradas em repertórios institucionais e governamentais próprios que acabam por dificultar os bons resultados nas ações de melhoria na qualidade de vida e no meio ambiente do Tríplice Fronteira.

La formulación de estas políticas de frontera y en particular la de Brasil se han orientado por el espíritu de la defensa de la soberanía y la seguridad nacionales y últimamente por emprendimientos económicos basados en ideologías desarrollistas como respuesta a la necesidad de integrar cada una de las fronteras a sus respectivos espacios y economías nacionales. En ese sentido las políticas de frontera tanto de Brasil como de los países andino amazónicos han contribuido a consolidar a todo lo largo del siglo XX la fragmentación de la región amazónica dentro de los marcos nacionales, y es solamente a partir de las últimas décadas donde en estas políticas empiezan a vislumbrarse de manera más clara, la necesidad de la cooperación y las posibilidades de una integración fronteriza (BOTÍA, 2015, p. 437).

Por sua vez, é inevitável assumirmos a fronteira enquanto território vivo, dinâmico, fluente e, por isso, composto por trocas, intercâmbios, afetos, desafetos, vínculos e cooperações. Estes elementos estão presentes de maneira orgânica no cotidiano das populações fronteiriças, sendo de responsabilidade da gestão pública canalizá-los de maneira planejada e estratégica em direção às ações concretas para o bem comum. Portanto, devemos almejar a cooperação transfronteiriça entre órgãos públicos, governantes e demais atores públicos, sempre em conjunto com a sociedade civil.

Ademais, apesar de pertencerem a países diferentes, as três municipalidades, como comprovado ao longo destas páginas, enfrentam os mesmos desafios socioambientais e, mesmo assim, seguem buscando soluções singularizadas para problemas plurais.

Este cenário, apesar de preocupante, é um convite a pensarmos nas possibilidades que se apresentam para a execução de uma verdadeira cooperação transfronteiriça. Como refere Gomez:

No documento *Cooperação e Integração Transfronteiriça em América Latina e o MERCOSUL*, encontramos que a Cooperação Transfronteiriça é “uma colaboração entre autoridades locais e regionais (subnacionais) além dos limites fronteiriços nacionais” que permite a participação e atuação conjunta e em forma de rede dos atores públicos e privados do território em ambos os lados da fronteira. Afirma ainda que “a Cooperação Transfronteiriça como modalidade de desenvolvimento territorial procura evitar a duplicidade de objetivos, funções e serviços entre entidades e instituições de ambos os lados da fronteira, prevenir a desordem no crescimento do território e o desenvolvimento urbano”. Então, será possível imaginar que mediante a Cooperação Transfronteiriça muitos destes problemas poderiam ser solucionados desde o espaço subnacional? Será possível visionar que a região da Tríplice Fronteira Amazônica pode chegar a constituir uma verdadeira Região Transfronteiriça e encontrar na Cooperação o caminho para seu desenvolvimento regional? É possível pensar que sim. Deve-se ter em conta que o espaço ocupado pelas cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia e toda a sua área de influência, apresenta características comuns que lhes permitem desenhar estratégias de cooperação desde o nível local e regional até a necessária e coordenada articulação com o nível nacional (GOMEZ, 2013, p. 3).

Infelizmente, até o momento atual, na Tríplice Fronteira entre Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, o que chama atenção é a inexistência de espaços para a participação democrática cidadã, a inexistência de espaços de encontros e de confluência entre gestores públicos, atores locais e sociedade civil, a inexistência de espaços de trocas, de articulações e de unificações de linguagens, concepções, estratégias e ações que possam potencializar esforços em busca da melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Em vista disso que, após todo o processo metodológico que constituiu a trajetória deste diagnóstico, com a escuta e o debate entre diferentes atores locais, propomos a necessidade eminente da criação destes espaços, que até o momento denominamos de **Comitês Intermunicipais Temáticos (CITs)**.

Estes Comitês poderiam reunir os principais atores locais das três municipalidades, no tocante às dimensões específicas. Sugere-se que cada Comitê trabalhe com apenas uma dimensão que busque sempre a proporcionalidade entre as nacionalidades, etnias, atores protagonistas no assunto, gestores públicos e sociedade civil.

Poder-se-ia, inclusive, iniciar tal processo compondo quatro CITs específicos que respondem às quatro dimensões estudadas neste diagnóstico: Educação, Meio Ambiente, Cultura e Socioeconomia. Este material poderia, de antemão, servir de ponto inicial para a discussão de algumas problemáticas pertinentes e, inclusive, através de todos aqueles que colaboraram de maneira preciosa para sua formulação, poderia apontar um significativo número de participantes em cada um destes espaços. Por exemplo:

- **CIT- Educação:** Secretarias de Educação Municipal, Representantes Estaduais e Departamentais de Educação, Diretores de Escolas indígenas e não indígenas, gestores e representantes das Universidades e Institutos Técnicos, Professores indígenas e não indígenas, Representantes de Associações de Pais e Mestres, Líderes Estudantis, entre outros.
- **CIT-Meio Ambiente:** Secretarias Municipais de Meio Ambiente, representantes Estaduais e Departamentais, Coordenadores e professores dos Cursos Técnicos e Universitários ligados à biologia, agricultura e meio ambiente, Instituto Sinchi, Instituto de Investigação Amazônica do Peru (IIAP), Fundação Corpoamazonia, líderes indígenas, associações, ONGs e populações que vivem em locais de relação socioambiental, Concessionárias de administração dos aterros sanitários e da coleta de resíduos municipais, Trabalhadores da reciclagem, Representantes da Defesa Civil, Administradores de parques e reservas naturais, profissionais agrônomos, ribeirinhos, agricultores, comerciantes de produtos químicos, entre outros.
- **CIT-Socioeconômico:** Câmara de Comércio de Letícia, SENA, Representantes do setor turístico e comercial de eletrônicos, artesanatos, vestimentas, Sindicatos e Associações de Trabalhadores, SEBRAE, Aduanas, Receita Federal e demais órgãos de fiscalização e controle, Secretarias Municipais e Estaduais/Departamentais de Trabalho e Assistência Social, Representantes de Associações Indígenas e de Agricultores, Representantes das

igrejas locais, Sociólogos, Antropólogos, Economistas, Psicólogos e Administradores das três localidades, entre outros.

- **CIT-Cultural/Religioso:** Associações indígenas e ribeirinhas, artistas, representantes dos meios de comunicação locais, pajés, caciques e parteiras, Secretarias Municipais de Cultura, Sociólogos, Antropólogos, Economistas, Psicólogos, representantes das Igrejas, Congregações e Ordens Religiosas localizadas na fronteira envolvidos em diferentes frentes de trabalho, assim como representante das igrejas e religiões minoritárias, entre outros.

É primordial ressaltarmos que a composição destes Comitês Intermunicipais Temáticos deve operacionalizar-se a partir das lógicas locais, com efetiva participação e deliberação dos atores locais, salvaguardando sempre as proporcionalidades entre gestores públicos e organizações da sociedade civil, assim como proporcionalidade entre nacionalidades, etnias e credos.

Da mesma forma, é fundamental compreendermos que esta tematização entre os espaços de articulação, participação e deliberação municipal não deve estar a serviço da segmentariedade da esfera pública. Deverão ser construídas estratégias e ferramentas para a intercomunicação, colaboração e compreensão didática ampliada entre os diferentes CITs. Para tal desafio sugerimos dois pontos de partida: o primeiro refere-se à compactuação de um conceito comum no horizonte dos debates e ações; o segundo refere-se a uma matriz metodológica que esteja inclinada à compreensão da totalidade deste território.

Como conceito comum no horizonte dos debates e deliberações a serem propagadas por estes grupos articulados de maneira intermunicipalizada e transnacional retomamos e sugerimos o ideário de Justiça Socioambiental, desenvolvido e propagado pela Rede de Promoção da Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil e operacionalizado de maneira concreta nos projetos apoiados/desenvolvidos pelo Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA):

Entende-se por Justiça Socioambiental todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento neoliberal gerador de desigualdades sociais e agressões ambientais (MPJSA, 2016, p. 4).

Tal perspectiva afirma a necessidade urgente de uma reconstrução das relações a partir de uma perspectiva mais justa, igualitária e colaborativa, ofertando a historicidade, a partir de uma reflexão crítica, como mola propulsora deste movimento. Tal reconstrução deve permear todos os campos relacionais em que nos envolvemos, como a natureza, as pessoas, a economia, as questões de gênero, étnico-raciais e religiosas, entre tantas outras.

Com o conceito de Justiça Socioambiental estampado no horizonte motivacional destes Comitês, pode-se avançar para uma perspectiva metodológica compartilhada que, ao nosso entender, será frutífera se balizada pela perspectiva da Ecologia Integral.

A ecologia integral, como diz o próprio nome, se distingue pela compreensão da ecologia como uma singular complexidade composta por quatro dimensões: ambiental, econômico/social, cultural e da vida cotidiana. O papa, portanto, não identifica sem mais ecologia com meio-ambiente. Ele opera uma verdadeira guinada no discurso ecológico ao propor uma ecologia integral em vez de continuar falando apenas de uma ecologia ambiental. E o pressuposto dessa reviravolta é o de que todas as coisas, instâncias e saberes estão interligados (TAVARES, 2016).

O conceito de ecologia integral é “o ponto central da construção teórica e prática da *Laudato Si*”. Receio que ela não seja entendida pela grande maioria, colonizada mentalmente apenas pelo discurso antropocêntrico de ambientalismo, dominante nos meios de comunicação social e infelizmente nos discursos oficiais dos governos e das instituições internacionais como a ONU. Como o novo paradigma sugere, todos formamos um grande e complexo todo”, afirma o teólogo e escritor (BOFF, 2015).

A perspectiva focal sobre a qual se rege a **ecologia integral** assume o termo ecologia não no significado genérico e frequentemente superficial de alguma preocupação “verde”, mas no sentido bem mais profundo de entendimento de todos os sistemas complexos, cuja compreensão requer que se ponha em primeiro plano a relação das partes singulares entre si e com o todo (COSTA 2015).

Desta forma, assumir a perspectiva da ecologia integral enquanto proposta metodológica que guia estes grupos e arranjos locais em busca de promoção de justiça socioambiental junto com as populações da Tríplice Fronteira, garante uma visão ampla onde as propostas culturais

dialogam com as potencialidades da cultura local; que as perspectivas socioeconômicas levem em conta os estilos de vida e bem-estar das populações tradicionais, assim como as carências das populações urbanas; que as perspectivas de educação garantam espaços plurirreligiosos, multinacionais, interétnicos, e multilinguísticos, como de fato é o território em questão, para assinalarmos alguns exemplos.

Frente a esta proposta, alguns poderiam argumentar que, de maneira semelhante, há mais de uma década existe a Comissão de Vizinhança entre os países da fronteira que promulga tais objetivos. Contudo, o que propomos com os CITs é justamente o caminho oposto ao que tem sido traçado por essa Comissão, visto que após o estudo detalhado das atas e memórias das reuniões da Comissão de Vizinhança percebe-se um caráter extra local, com participantes de Bogotá, Brasília, Manaus, Lima que justamente imprimem explicitada conotação de soberania nacional sobre a discussão das fronteiras e, no fundo, não vivenciam os reais problemas das três localidades. As memórias tratam de problemas concretos, porém com estratégias genéricas, soluções diplomáticas e megaprojetos que, no momento da execução, encontram muita dificuldade de se efetivar no território.

Com a conformação dos Comitês Intermunicipais Temáticos propomos o contrário. Propomos um espaço de locais: autoridades locais, atores locais, moradores locais, gestores locais, etc. Nestes Comitês, a primeira recomendação é deixar claro até onde alcança a autonomia local e escolher ações práticas e simples que não dependam de trâmites e autorizações de poderes externos à fronteira.

Por exemplo, poder-se-ia realizar um acordo entre o Corpoamazônia, de Letícia, com a UEA, o IFAM e a Secretaria de Meio Ambiente de Tabatinga para a realização de um rápido censo sobre a população que vive junto à margem brasileira do igarapé Santo Antônio, empregando, no lado brasileiro, uma metodologia semelhante à utilizada pela instituição colombiana no estudo já realizado sobre tal igarapé. Na dimensão educacional, facilmente se poderia traçar um acordo entre as Secretarias de Educação para o deslocamento de professores, uma vez por semana, para trabalhar sua cultura nacional em alguma escola do país vizinho. Poder-se-ia unir esforços para auxiliar o povo Kokama das três nacionalidades a alavancar, de forma efetiva, o resgate da língua materna, processo este que suas lideranças e jovens vêm construindo ainda

de maneira isolada e a duras penas. Enfim, são inúmeras possibilidades simples e práticas que dependem exclusivamente dos atores locais e que possibilitariam, com pouco esforço, melhoras significativas à população da Tríplice Fronteira.

Como apresenta Oliveira (2006), temos que ter em mente que a integração em territórios de fronteira se apresenta através de diferentes níveis:

- Nível Cotidiano, protagonizado pelos fluxos diários das populações locais;
- Nível Regional e Nacional, quando autoridades locais se dirigem às autoridades estaduais, departamentais e nacionais;
- Nível Interestatal, quando os estados criam mecanismos de cooperação por meio de acordos internacionais;
- Nível Bilateral Institucional, quando os Estados utilizam mecanismos locais, criados por eles mesmos, para tratar de assuntos fronteiriços, como no caso das Comissões de Vizinhança;
- Nível Institucional de Ordem Subnacional, definidos como diálogo entre prefeitos e atores da sociedade civil dos três países dentro de seu universo de possibilidades autônomas, para resolver os problemas locais, como no caso dos Comitês Intermunicipais Temáticos (CITs) propostos neste diagnóstico.

Além disso, tais Comitês, respeitando o imperativo da participação popular, produzirão um ganho secundário de aumento gradual da consciência crítica, democrática e participativa da sociedade local que, infelizmente, ainda é diminuta.

A proposição de Comitês Intermunicipais Temáticos pode encontrar embasamento teórico em diversos estudos e autores, como no caso das afirmativas de Becker (2009), ao indicar que, com um pouco de articulação local, a dinâmica das cidades gêmeas, ainda mais quando se localizam em tríplexes fronteiras, se configura como lugar de rede de relações que rompe com as demarcações fronteiriças oficiais baseadas nas soberanias nacionais e encontram, por si só, resoluções práticas para suas demandas (EUZÉBIO, 2010).

Abordadas as características e os desafios gerais da Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru e apresentada a proposição também geral de constituição dos Comitês Intermunicipais Temáticos

(CITs), passamos de imediato para as conclusões e proposições das dimensões específicas observadas ao longo deste diagnóstico, a saber: Dimensão Socioeconômica, Dimensão Cultural/Cultural religiosa, Dimensão Educacional e a Dimensão Socioambiental.

As propostas e indicações apresentadas em cada uma das dimensões tratadas a seguir apoiam-se em vazios, lacunas, demandas teóricas e práticas por onde intervenções futuras podem dedicar empenho. Não esgotam as possibilidades, mas buscam ofertar alguns direcionamentos a partir do diagnóstico realizado.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA:

- A problemática socioeconômica das populações mais vulneráveis chama a atenção no contexto da Tríplice Fronteira e, neste universo, destacam-se aqueles que nela chegam através dos processos migratórios. Nesse sentido, sugere-se especial foco no trabalho junto às populações haitianas, os *desplazados* pelos conflitos armados na Colômbia e os estudantes de ensino médio ou superior que saem de localidades rurais em direção à Tabatinga e Letícia, geralmente com pouco apoio familiar.
- Os altos índices de desemprego juvenil e o significativo número de famílias que dependem exclusivamente dos benefícios sociais ofertados pelos governos é um convite para pensarmos estratégias de geração de trabalho e renda na Tríplice Fronteira. Podendo-se, para isso, investir na formação de cooperativas e associações dos mais diversos segmentos.
- Ainda refletindo sobre as populações mais vulnerabilizadas e suas péssimas condições de acesso aos serviços básicos, mostra-se evidente a necessidade de projetos e aportes que auxiliem em alternativas à conquista da água potável e saneamento básico adequado, como a construção de filtros naturais domésticos e fossas sépticas domiciliares, respectivamente.
- Convida-se, no campo da promoção da cidadania, ao investimento em uma profunda campanha que conscientize a sociedade civil da Tríplice Fronteira sobre os malefícios diretos que

a cultura da compra de votos, em épocas de eleições, ocasiona para todos na região.

- É necessário aprofundar o debate junto aos povos indígenas e ribeirinhos sobre suas perspectivas e desejos a respeito do ecoturismo em suas terras, convidando-os a participar da construção de uma proposta de turismo que respeite suas tradições, se assim o desejarem.
- É necessário expandir o circuito turístico de Letícia para centros atrativos de Tabatinga. Nesse sentido, existe uma ausência de estudos que descrevam os potenciais turísticos da municipalidade brasileira, assim como a ausência de programas governamentais que incentivem a consolidação de estruturas atrativas e apropriadas para a recepção deste público.
- Os estudos sobre o perfil do comércio, principalmente referente a Tabatinga, são inexistentes e convidam a maiores aprofundamentos. De antemão, aponta-se a necessidade de uma qualificação adequada dos estabelecimentos no tocante ao atendimento ao público consumidor.
- São necessários acordos que promovam certa homogeneização ou compatibilidade entre as municipalidades da Tríplice Fronteira a respeito dos valores de ingresso monetário permitidos em cada país, assim como sobre a quantidade de produtos que podem ser adquiridos no país vizinho, podendo ultrapassar os limites para importação sem pagamento de impostos, desde que tais produtos sejam consumidos no contexto urbano e rural da Tríplice Fronteira.
- Da mesma forma, é necessário um acordo intermunicipal que traga uma proposta clara, equilibrada e compartilhada para a coleta, venda e preservação de peixes na Tríplice Fronteira.
- Por fim, é necessário, no contexto socioeconômico, garantir que trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas ou não, tenham espaço adequado para a venda de seus produtos no contexto urbano de Tabatinga, Letícia e Benjamin Constant, promovendo a venda direta ao consumidor e evitando intermediários.

DIMENSÃO CULTURAL/CULTURAL RELIGIOSA:

- Visto as críticas existentes a respeito do papel e do lugar que ocupam as tradições indígenas nos dois grandes festivais de cultura popular existentes na Tríplice Fronteira, é estratégico pensar em encontros, festivais e eventos que reúnam e valorizem as culturas indígenas locais, promovendo suas músicas e seus artistas.
- Existem, todavia, profundas lacunas no registro e sistematização das diversas festas e bailes tradicionais que acontecem nas comunidades e suas relações com as cosmovisões tradicionais, convidando, portanto, a estudos de maior profundidade e abrangência sobre essas manifestações.
- Ao longo das entrevistas e grupos focais, destaca-se a íntima história que a igreja católica traçou ao longo dos anos com as populações indígenas locais. Essa história deve ser preservada, ganhando apoio ainda mais efetivo. Como citado no seminário realizado pela REPAM com as igrejas de fronteira e as lideranças indígenas, em julho de 2016, é necessário unir atores e instituições locais em um projeto de apoio às etnias menos numerosas que se encontram em processos de resgate das línguas maternas, apresentando-se a igreja católica como uma das entidades que reúnem maiores condições de apoio para transporte, logística e alojamento dessas populações na realização de seminários e encontros, assim como o papel importante das Universidades, através de seus linguistas, sociólogos, antropólogos e pedagogos.
- Convida-se, também, aos Superiores Religiosos da região à reflexão de quais são suas estratégias de incidência nos quadros políticos nacionais em defesa dos direitos cada vez mais ameaçados dos povos tradicionais da Amazônia.
- Dentro do universo das comunidades tradicionais, destaca-se a necessidade de apoio às associações existentes e suas demandas. Além disso, é necessário encontrar formas de valorizar e registrar os conhecimentos dos mais velhos e aproximá-los das populações mais jovens em espaços de troca de saberes, contação de histórias e práticas tradicionais. O conhecimento dos anciões tem

- gradualmente se perdido na medida em que cresce o envolvimento da juventude indígena com elementos da cultura urbana.
- Demandam-se, também, estudar os afrodescendentes e haitianos presentes na região, assim como eventos e campanhas que valorizem e gerem visibilidade deles na Tríplice Fronteira.
 - Da mesma forma, raros são os estudos aprofundados sobre a violência contra as mulheres nas três municipalidades, raras são também as campanhas de combate ao machismo e à violência doméstica. Sensibilizar órgãos públicos de controle e segurança sobre esta temática também se apresenta como demanda emergencial.
 - Por fim, sobre os aspectos especificamente vinculados à questão das culturas locais, é necessária a conformação de campanhas e trabalhos contínuos e específicos junto às populações jovens da Tríplice Fronteira sobre a temática da sexualidade, o planejamento familiar e as doenças sexualmente transmissíveis que aumentam anualmente de maneira considerável na região.
 - Sobre os aspectos referentes à igreja na Tríplice Fronteira, visto a dificuldade em encontrar material bibliográfico, o primeiro ponto que chama a atenção é a necessidade de um convite ao esforço comum para registrar e unificar em documentos específicos suas memórias, assim como suas atividades recentes. A igreja católica na região tem desempenhado um significativo número de ações com populações indígenas, ribeirinhas, carcerárias, migrantes, entre outras, e tem deixado de registrar toda a riqueza dessas experiências.
 - Ao mesmo tempo em que a integração entre as igrejas católicas na fronteira é diminuta e merece ações de intensificação e aprofundamento, indiretamente convida-se também a uma reflexão e uma prática que se direciona aos processos ecumênicos na Tríplice Fronteira.
 - Percebe-se um vazio a ser preenchido no âmbito da Pastoral Universitária e da Pastoral da Juventude, promovendo integração entre os jovens dos três países e posteriormente, de maneira carismática, a promoção de um grande encontro de estudantes católicos da fronteira.

- É necessário, ao mesmo tempo, reforçar estudos e práticas das pastorais carcerárias e de mobilidade humana. Clama-se, de maneira concreta e emergencial, que os atores religiosos envolvidos no projeto de construção da Casa do Imigrante se reúnam em torno do exercício de reconstrução de seus objetivos, destinando a estrutura existente para ações que de fato beneficiem a população local.
- Por fim, convida-se as instituições religiosas, Ordens e Congregações presentes na fronteira a cativarem seus superiores a conhecerem a realidade da região, assim como seus jovens religiosos a passarem certo tempo na Tríplice Fronteira, podendo encarnar e repercutir com maior reverberação a causa amazônica dentro das estruturas religiosas em seus respectivos países. Da mesma forma, tais instituições religiosas são convidadas a convocar suas Universidades, escolas, hospitais, institutos e fundações a conhecer e refletir em que aspectos podem aportar apoio às populações locais.
- Na prática dos religiosos locais, surge o convite para uma postura clara e direta junto aos fiéis, sobre a defesa da vida, contra a corrupção, a violência e o abandono familiar, podendo, inclusive, reunir-se em torno da construção de sucintas cartilhas bilíngues pedagógicas sobre tais assuntos, seguindo, por exemplo, as mais diversas formas criativas que surgem do documento *Laudato Si*.

DIMENSÃO EDUCACIONAL

- Um dos temas emergentes nas escolas da Tríplice Fronteira é a necessidade iminente de um trabalho efetivo junto a educandos, educadores, gestores e familiares de conscientização sobre o uso das drogas. É alarmante a quantidade de relatos de professores da rede pública de ensino nos três países, a respeito do aumento destes casos.
- Outro tema que não se percebe estar sendo trabalhado nos programas curriculares das escolas refere-se ao meio ambiente e à educação socioambiental. Parte dos problemas socioambientais da região deriva de pequenos atos individuais, como jogar lixo no chão ou nos rios. As escolas trabalham a consciência

destes temas apenas em datas e projetos específicos como o dia internacional da água, do meio ambiente, da Amazônia, entre outros. Neste caso, escolas como Selva Alegre podem servir de apoio e referência na construção de currículos mais apropriados à cultura local.

- Também em vista do altíssimo nível de preconceito e dificuldades percebidas nas trajetórias escolares de alunos peruanos e indígenas nas escolas locais, mostra-se imperativo e emergencial um trabalho contínuo de valorização destas culturas nacionais e étnicas. Surge a proposta de intercâmbio de professores para o trabalho da cultura nacional em escolas de países vizinhos, de integração entre alunos e projetos de pesquisa que coloquem estudantes em contato profundo, prático e respeitoso com a multiculturalidade da fronteira. Isto requer a superação de uma percepção folclórica em direção a construção de uma perspectiva pedagógica sobre as culturas locais.
- Frente ao baixíssimo nível de acesso ao Ensino Superior nas Universidades de Letícia e Tabatinga é importante serem pensadas estratégias que apoiem o ingresso de populações vulnerabilizadas socialmente nas Universidades públicas. Carecem de estudos que avaliem o real desempenho destas populações no mundo acadêmico, suas principais dificuldades e desafios. Da mesma forma, instituições locais poderiam utilizar de suas articulações nacionais e internacionais para a abertura de portas que possibilitem estudantes da região a realização de mestrados acadêmicos em instituições externas, visto a falta de oferta local.
- Atores da educação, principalmente apoiadores pedagógicos e professores, carecem de ajuda na construção de materiais didáticos adequados para a realidade da Tríplice Fronteira. De maneira geral, as escolas não apresentam um Plano Político Pedagógico que deixe claro os princípios, metas e objetivos de seus processos educacionais. Da mesma forma, é necessário o auxílio aos educadores e gestores na construção de currículos específicos e integrados entre a cultura nacional e as culturas tradicionais. O exemplo citado ao longo deste texto referente ao PEC desenvolvido por algumas comunidades indígenas

colombianas pode ser um bom material de apoio para este processo.

- Ainda sobre a realidade indígena, é evidente a necessidade de apoio pedagógico aos professores, principalmente no tocante à gramática e à alfabetização de crianças nas línguas nacionais (português e espanhol) e no manejo de nível intermediário da matemática.
- Sobre o nível superior, é necessário avançar muito nos processos de integração transfronteiriça. Sugere-se que possam ser realizadas reuniões entre os grupos de pesquisa das instituições universitárias e os institutos de investigação para conhecimento mútuo e compartilhamento de pesquisas. Retoma-se, assim, de maneira prática, uma proposta antiga que vem ganhando espaço nos últimos anos e refere-se a articular, dentro de um mesmo evento, a Semana de Ciência e Tecnologia desenvolvida em outubro de cada ano na UEA e pelo IFAM de Tabatinga, com o Mês de Investigações Científicas que ocorre anualmente em outubro, na Universidade Nacional, em Letícia.
- Nas escolas da rede pública, principalmente aquelas localizadas na região rural, as políticas públicas existentes sobre a aquisição de alimentos abrem importante precedente referente à merenda escolar e sua relação com a agricultura familiar local. Na medida em que as prefeituras assumem a compra dos agricultores para subsidiar a merenda escolar, coloca-se em marcha uma complexa cadeia produtiva que acaba por gerar mais renda e mais saúde para as famílias.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

- Como já referido anteriormente, há necessidade de uma significativa campanha que busque o aumento da consciência ecológica das populações da fronteira. Chama a atenção que grande parte dos problemas socioambientais deriva de problemas referentes à dimensão socioeconômica e da realidade das pessoas em vulnerabilidade social. Assim, em grande parte, so-

luções socioambientais devem abarcar estratégias de geração de renda e melhoria das condições de vida.

- Na região existe uma demanda latente por estudos de viabilidade socioeconômica e socioambiental de cooperativas e associações que trabalhem com reciclagem de resíduos sólidos nos contextos urbanos. Da mesma forma, tais estudos poderiam identificar os principais autores envolvidos nessas iniciativas e auxiliar no delineamento de políticas públicas que apoiem tais empreendimentos.
- Pode-se, para os resíduos orgânicos, incentivar a população local à constituição de composteiras orgânicas e hortas de cunho familiar.
- É necessária a articulação entre entidades de controle/proteção do meio ambiente na Tríplice Fronteira e, com elas, o desenvolvimento de um projeto sustentável e compartilhado, em longo prazo, para a situação dos aterros municipais.
- Em Tabatinga, a evidência de significativo número de pessoas vivendo e morando em torno do aterro municipal convoca a uma ação intersetorial da assistência social, conselho tutelar, saúde, educação e meio ambiente junto a essas populações.
- Visto o baixo volume de carga que as balsas fluviais levam no regresso do interior em direção às capitais, é possível, assim como já é realizado em outros municípios, pensar em leis municipais de reversibilidade de alguns dejetos e resíduos.
- Da mesma forma, a longo prazo, é possível conscientizar a população local e os comerciantes para a extinção das sacolas de plástico e incentivar nos órgãos públicos, a proibição dos copos plásticos descartáveis, que possuem ínfima vida útil e provocam grande dano ambiental.
- Como já referido ao longo deste diagnóstico, uma parceria entre as instituições de ensino superior e técnico de Tabatinga e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, juntamente com a fundação Corpoamazônia de Letícia, pode-se avançar nos estudos sobre o perfil populacional de quem vive no lado brasileiro do igarapé Santo Antônio. Em momento posterior, junto com os poderes executivos e legislativos locais, pode-

-se auxiliar os órgãos competentes a, em conjunto com essas populações, definirem um plano de vida que faça aparecer possibilidades de saírem das condições de vulnerabilidade em que se encontram.

- As experiências da ISCOS/Dioceese do Alto Solimões no Brasil e da FUCAI em território colombiano, são exitosas no apoio e fortalecimento de agricultores e agricultoras, auxiliando no resgate e manutenção das práticas de plantio tradicionais, com novos aportes em relação à sustentabilidade e à conscientização sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos. Neste sentido, devem ser mantidas e aprofundadas. Em vista disso, são necessárias estratégias de aproveitamento do capital humano qualificado ao longo dessas intervenções nas comunidades para que, após o término dos projetos, tal riqueza de conhecimentos e práticas não seja desperdiçada. Em um desses projetos, por exemplo, deixaram-se nas comunidades indígenas e ribeirinhas de Benjamin Constant aproximadamente setenta agricultores formados como multiplicadores de conhecimento agroecológicos.
- Junto aos comerciantes locais, pode-se iniciar um processo de valorização dos produtos orgânicos produzidos na região, podendo algumas instituições, mediante comprovação, gerar um selo de produtor orgânico aos agricultores e agricultoras. Apesar de valorizado na realidade externa, na Tríplice Fronteira o produto orgânico, mesmo possuindo público específico e de bom poder aquisitivo para seu consumo, é comercializado sem nenhum diferencial.
- Mostra-se necessária uma linha de fomento às festas tradicionais que ocorrem nas comunidades, entendendo-as como o fortalecimento de uma cultura que propaga o equilíbrio socioambiental através de suas práticas de vida.
- São necessários estudos específicos que levem em conta a real capacidade dos espaços socioambientais em receber determinada quantidade de turistas. As cotas de visitantes são práticas empregadas em diversos sítios turísticos no mundo inteiro e visam a proteção socioambiental, cultural e patrimonial desses espaços.

- É possível, como sugerido ao longo dos debates, a realização de uma massiva campanha em restaurantes e espaços públicos da Tríplice Fronteira sobre os peixes que são proibidos de pescar em determinadas épocas, inibindo o consumo público e, conseqüentemente, a pesca predatória de determinadas espécies.
- Sugere-se o aprofundamento dos estudos, pesquisas e debates que tragam à tona os esclarecimentos necessários sobre a Justiça Socioambiental e a Ecologia Integral e as contribuições efetivas que estes pressupostos podem oferecer no campo acadêmico, comunitário, educacional e na gestão pública.
- Por fim, vista a riqueza da flora amazônica, com um esforço conjunto das instituições de ensino e pesquisa locais com as comunidades tradicionais, é possível a criação de cartilhas pedagógicas que informem a população local sobre as principais ervas e plantas que possuem propriedades curativas e medicinais, aportando a possibilidade de uma relação diferenciada da sociedade com o meio ambiente e gerando maior autonomia nos processos de saúde.

Sintetizando as conclusões propositivas apresentadas ao longo deste documento, apresentamos a figura a seguir.

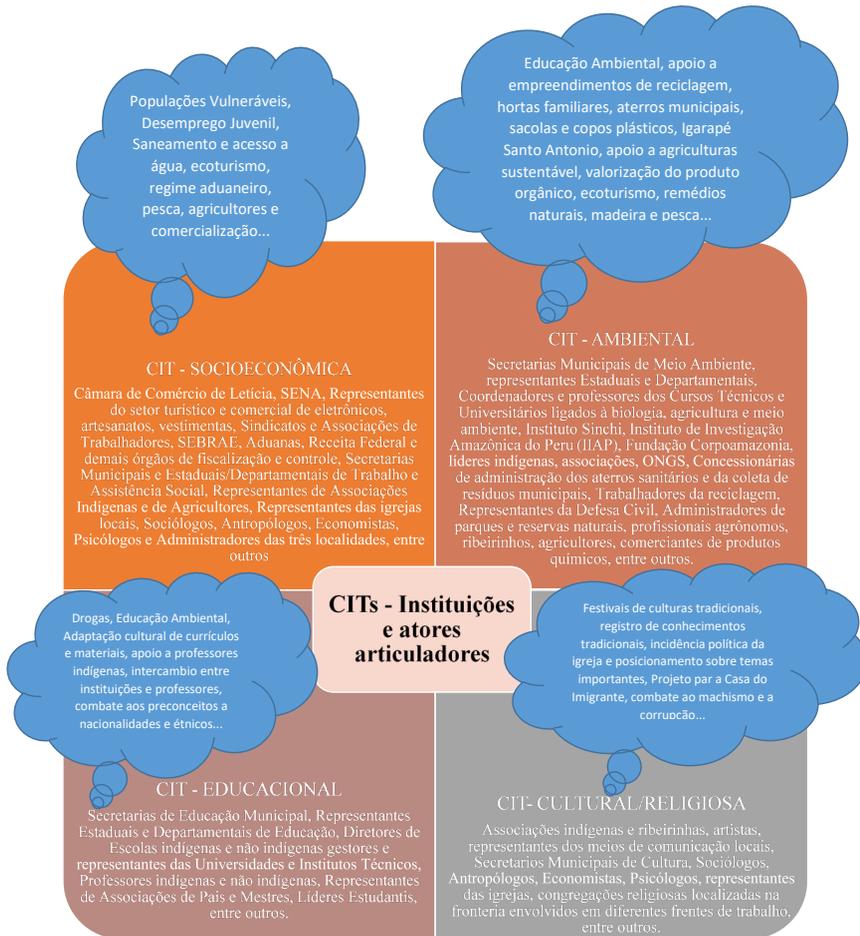


Imagem 27: Sistematização das conclusões propositivas.

Fonte: autor, 2016.

QUANDO A VERDADE FOR FLAMA

As colunas da injustiça
sei que só vão desabar
quando o meu povo, sabendo
que existe, souber achar
dentro da vida o caminho
que leva à libertação.
Vai tardar, mas saberá
que esse caminho começa
na dor que acende uma estrela
no centro da servidão.
De quem já sabe, o dever
(luz repartida) é dizer.
Quando a verdade for flama
nos olhos da multidão,
o que em nós hoje é palavra
no povo vai ser ação.

THIAGO DE MELLO
Mormaço na floresta, 1981.

REFERÊNCIAS

- ABENSUR, Maiela Fidelis. **Trabalho Infantil e Aprendizagem Escolar: O Caso das Crianças do Lixão Municipal de Tabatinga-AM.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia: UEA, Tabatinga, 2015.
- ABREU, Felipe. A extração ilegal de madeira entre Brasil e Peru. **Revista Denúncias Ecológicas**, Tabuão da Serra, 2010.
- ACOSTA, Luís Eduardo. **Pueblos Indígenas de la Amazonia e Indicadores de Bienestar Humano en la Encrucijada de la Globalización: Estudio de Caso Amazonia Colombiana.** Tese de Doutorado apresentada à Departamento de Economía Aplicada, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Bilbao, Espanha: Universidade de Bilbao, 2013.
- ACOSTA, Luís Eduardo. SINCHI- Instituto Amazônico de Investigações Científicas. **Entrevista para este diagnóstico: Dimensão Socioeconômica.** 2016.
- ACOSTA, L. E.; LACERDA L. F. B. **Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais (IBPT).** v. 1, 1. ed. Bogotá: Scripto S.A.S., 2016. 40 p.
- ACUÑA, Cristóbal. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas.** Montevideo: Editora Oltaver, 1994.
- AGUDELO, Edwin. Sinchi – Instituto de Investigações Amazônicas. **Entrevista concedida a este diagnóstico: Dimensão Socioambiental.** 2016.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **As Línguas Nacionais Na Fronteira Paraguai-Brasil.** In: Seminário Internacional Fronteiras Étnico-culturais e Fronteiras da Exclusão. **O Desafio da Interculturalidade e da Equidade: A Etnicidade no Contexto de uma Sociedade Intercultural,** 2006.

- ALENCAR, Edna Ferreira. **Gênero, Políticas Públicas e Sustentabilidade Social na Várzea do Alto Solimões**. Congresso Interseções Entre Gênero e Sociodiversidade Amazônica. Florianópolis, 2008.
- ALISOS, Fundacion. **La Amazonía colombiana em cifras**. Bogotá, Colômbia, 2011.
- ATAÍDE, Luiz Gonzaga. **Entrevista Informal**. Tabatinga, 2014. (Material Não Publicado).
- ARMENTERA, Dolores; MORALES, Monica. **GEO Amazonía: Perspectivas del médio ambiente em la Amazonía**. Programa das Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) y Organización del Tratado de Cooperación Amazônica (OTCA), 2009.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento**. Manaus: EDUA, 2007.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BECKER, Bertha. K. A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Socioambiental. *In: Atlas: os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento*. Brasília: MMA, 1995.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Disponível em: <http://bv.cultura.am.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si'**. "Nem a ONU produziu um texto desta natureza". Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543662-ecologia-integral-a-grande-novidade-da-laurato-si-nem-a-onu-produziu-um-texto-desta-natureza-entrevista-especial-com-leonardo-boff>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BOTÍA, Carlos Zárate. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia. *In: SILVA, Osiris; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Pan-Amazônia: Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento*. Manaus: FIEFAM, 2015.
- BOTÍA, Carlos Zárate. **El Surgimiento de una Sociedad Transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932**. Letícia, Colômbia: IMANI-UNAL, 2008.

- BOTÍA, Carlos Zárate. **El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia**. In: OSÍRIS, Araújo da Silva; HOMA, Alfredo Kingo Oyama. **Pan-Amazônia: Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento**, Cidade: editora, 2015, p. 435-441.
- BOTÍA, Carlos Zárate. **Entrevista para este diagnóstico**, em 15 de maio de 2016, sobre aspectos gerais e históricos da Tríplice Fronteira, 2016.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil**, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALDAS, Alcimar. **Entrevista para este diagnóstico**, em 21 de maio de 2016, sobre elementos educacional na Tríplice Fronteira.
- CELAM, Comitê Eclesial para América Latina. Observatório de Pastoral. **Mapa Socio-pastoral da América latina e Caribe**: Colômbia. Bogotá, 2009.
- CEPAL, **Sobre Macroeconomia do Peru**. Disponível em: <https://www.cepal.org/>. Acesso em: 2011.
- CHAPARRO, Olga Lucía. **Construyendo Agenda 21 para el Departamento de Amazonas: Una construcción colectiva para el Desarrollo Sostenible de la Amazonia Colombiana**. Bogotá, Colombia: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – Sinchi, 2007.
- CIMI – EQUIPE ITINERANTE. **Resumo Estratégico a Respeito da Tríplice Fronteira**, 2015.
- CIMI – EQUIPE ITINERANTE. **A Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru** (Informe da Caminhada da Equipe Itinerante e dos Encontros da Tríplice Fronteira - Abril/2004 a Abril/2008). Breve Contexto Histórico e Contemporâneo da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia. 2004.

- COLOMBIA. **Decreto n. 1.953 de 7 de octubre de 2014**. Por el cual se crea un régimen especial con el fin de poner en funcionamiento los Territorios Indígenas respecto de la administración de los sistemas propios de los pueblos indígenas hasta que el Congreso expida la ley de que trata el artículo 329 de la Constitución Política. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Decretos/1376173>. Acesso em: 23 abr. 2016
- CORPOAMAZONÍA. **Salvemos la Quebrada San Antonio: ¡Aún Podemos!** Corpoamazonía: Letícia, 2013.
- COSTA, Giacomo. **Tudo está em relação, tudo é conexo”. A ‘Laudato Si’ e a ecologia integral do Papa Francisco**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543753-tudo-esta-em-relacao-tudo-e-conexo-a-laudato-si-e-a-ecologia-integral-do-papa-francisco>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- DIAS, Ricardo Lopes. SPG29 – Religiões e fronteiras: da (re)composição das crenças a (des)regulação dos marcos territoriais. O céu não tem fronteiras: religiosidade na fronteira do Alto Solimões. **41º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 2017.
- Departamento de Educacion y Cultura, Letícia, Colômbia**. (DEACD), 2004.
- DOM ALCIMAR CALDAS. **Entrevista Sobre Religião e Igrejas na Tríplice Fronteira**, cedida para a elaboração deste material, em 24 de abril de 2016.
- EL COMÉRCIO, periódico peruano. **Israelitas**. Disponível em: <http://elcomercio.pe/peru/lima/selva-tierra-prometida-israelitas-peru-noticia-610314>. Acesso em 16 jun. 2016.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: as Cidades Gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, USP, 2010.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: As Cidades Gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 8, n. 18, p. 1-19, set./dez. 2014.
- FAVRETTO, Nilvo. **Entrevista Sobre Educação na Tríplice Fronteira**. Cedida para a elaboração deste material em 24 de Abril de 2016.

- FERRARINI, Sebastião Antônio. **Encontro de Civilizações: o Alto Solimões e as Origens de Tabatinga**. Manaus: Valer, 2013.
- Festival do Pirarucu e da Confraternidade**. Biblioteca Virtual do Amazonas, 2015.
- FILHO Virgílio; SOARES, Simone. **Lixo de Tabatinga**. Disponível em: <http://www.tabatinga.google.com>.
- FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si***: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
- GABINETE DA REPÚBLICA. Secretaria de Assuntos Estratégicos – Brasil. **Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil**. Brasília, DF, 2013.
- GACHÉ, Jorge. **Sociedade Bosquesina**: Tomo I. Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, Iquitos- Perú, 2011.
- GARCÉS, Laudia Leonor López. Los Tikuna Frente a los procesos de nacionalización en la frontera entre Brasil, Colombia y Perú. **Revista colombiana de antropología**, v. 38, 2002.
- GOMEZ, Álvaro. **Sobre a Fronteira e os Processos Transfronteiriços**. Seminário sobre Geopolítica e Fronteira. Manaus: UEA, 2015.
- GOMEZ, Álvaro. **Sobre a relevância da cooperação transfronteiriça**. Manaus: UEA, 2013.
- GOMEZ, Álvaro. **Entrevista sobre Dimensão Socioeconômica**, para este diagnóstico.
- Governo do Estado do Amazonas. **Sobre Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.am.gov.br>, 2010.
- GREENPACE. **Sobre a Amazônia e o meio ambiente**. Disponível em: <http://www.greepace.org>.
- GRISALES, Germán, ¿Amerita la frontera de Colombia, Brasil y Perú una Zona de Integración Trinacional? **Aldea Mundo**, Táchira, año 10, n.18, p. 54-61, mayo 2005.
- Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica – GPEDA. **Relatório sobre a comercialização dos produtos primários nos mercados locais de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Letícia**. Material Não Publicado, 2015.
- GUARESCHI, Pedrinho. **A Cruz e o Poder: A Irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- GUTEMBERG, João. **Expressão Marista**: Distrito Amazônia (PPT). 2005.
- HERRERA, Carlos Alberto Casas. **Educação na Colômbia**. 2014. Disponível em: <http://www.am.gov.br>.
- IBGE. **Senso de População**: Tabatinga, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2016
- IHU – Instituto Humanitas. Cadernos IHU, ano 9, n. 32: **Curar o Mundo Ferido**. Unisinos, São Leopoldo, 2011.
- Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI – Peru). Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/estadisticas/censos/>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- ISA – Instituto Socioambiental. **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira 2013**. 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/mineracao-em-terras-indigenas-na-amazonia-brasileira-2013>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- LACERDA, Luiz Felipe et all. **Vivências Pedagógicas**: Trajetórias de Vida de professores indígenas do Alto Solimões. Manaus: Editora UEA, 2016.
- LACERDA, Luiz Felipe. Cooperação, Solidariedade e Autogestão enquanto ferramentas de emancipação social de comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e o caso dos IBPT. *In*: ABBONA, Anabela Elizabeth; ROCA, Ignacio. (Org.). **Los pueblos indígenas de América Latina**: actas del II CIPIAL. v. 1, 1. ed. Buenos Aires: UNLPam, 2018. p. 3654-3678.
- LACERDA, Luiz Felipe. Percepções Gerais sobre a realidade da educação indígena na Tríplice Fronteira Amazônica Brasil, Colômbia, Peru. *In*: PINTO, Auxiliadora; SOUSA, Sebastião; JUSTAMAND, Michel. (Org.). **Diálogos Interdisciplinares e Indígenas**. v. 1, 1. ed. São Paulo: Alexa, 2017. p. 99-119.

- LACERDA, Luiz Felipe. **Por uma Sociologia das Emergências:** Perspectivas emancipatórias nos territórios de produção das ausências amazônicas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2016.
- LACERDA, Luiz Felipe. A Fronteira Viva e os Processos de Subjetividade. *In:* BOCK, Ana Mercês *et al.* **Práticas e Saberes Psi:** os Novos Desafios na Formação do Psicólogo. Florianópolis: ABRAPSO; Edições do Bosque, 2015.
- LACERDA, Luiz Felipe. A Realidade Indígena na Busca por Reconhecimento. *In:* **Propostas e Contribuições:** Educação, Saúde e Política. Manaus: B&K, 2012.
- LACERDA L. F. B.; ACOSTA, L. E. Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 15, p. 1-32, 2017.
- LETÍCIA. Câmara De Comércio. **Relatório de Renda Percapita**, 2015.
- LETÍCIA. **Plan de Desarrollo do Município de Letícia-Amazonas:** de Mão Com a Comunidade. Município de Letícia-Amazonas. 2008-2011.
- Lixo em Tabatinga.** Disponível em: <https://trf-1.jusbrasil.com.br/noticias/112339705/justica-federal-condena-o-municipio-de-tabatinga-a-adotar-politica-publica-para-tratamento-adequado-do-lixo>. Acesso em: 2014.
- MACHADO, Liliane Paiva. **O desafio de conviver com a diferença:** um Estudo Sobre o Multiculturalismo e a Escola Pública na Tríplice Fronteira Amazônica. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia. UEA, Tabatinga, 2015.
- MPJSA – Marco da Promoção da Justiça Socioambiental. Província dos Jesuitas do Brasil. Rio de Janeiro: Loyola, 2016.
- MARTINS, Arilson Gonçalves. **Diversidade Cultural:** o Desafio do Educador Brasileiro na Tríplice Fronteira e o Cotidiano em uma Sala de Aula. Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia, UEA, 2015.

- MDS - Ministério do Desenvolvimento. **Relatórios Estaduais Sobre o Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. 2013.
- MEDINA, Gabriel. Governança local para manejo florestal na Amazônia. **Revista RBCS**, v. 27, n. 78, 2012.
- MEIRELLES, Wallace. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Encontro Interinstitucional sobre a ação da justiça na Tríplice Fronteira**. Brasília, 2011.
- MOTTA, Jorge; RAMÍREZ, Nicolás; BOTÍA, Carlos. **Visibilización, Reconocimiento y Posicionamiento de una Región Fronteriza en la Amazonia: Una propuesta hacia la compatibilización e integración de las políticas públicas de frontera de Brasil, Colombia y Perú**. Letícia: UNAL, 2016. (Material ainda não publicado).
- NETO, Silva Neto. **Da Caracterização Geográfica, Epidemiológica e da Organização dos Serviços de Saúde na Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru**. Recife: Tese de Doutorado em Saúde Pública, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- NINÓ, Edgar Andrés Londonó. Política externa para as fronteiras amazônicas: o caso da fronteira Brasil, Colômbia, Peru, no governo Lula, Uribe e Garcia (2002-2010). **4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Belo Horizonte, 2013.
- NOGUEIRA, Ricardo José; NETO, Thiago Oliveira. **Abordagem escalar da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia**. In: SILVA, Osiris; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Pan-Amazônia: Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento**. FIEFAM, Manaus, 2015.
- NOGUEIRA, Ricardo José. As Redes Geográficas na Fronteira Amazônica. **Revista ACTA Geográfica**, ano 2, n. 3, p. 41-57, jan./jun. 2008.
- NOGUEIRA, Ricardo José. **Amazonas: a Divisão da Monstruosidade Geográfica**. Manaus: EDUA, 2007.
- OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (Org). **Amazônia: no Cenário Sul-Americano**. Manaus: EDUA, 2009.

- OLIVEIRA, José Nieto; CUNHA, Flávia Melo; ROSA, Patrícia Carvalho. Presenças e mobilidade fronteiriça entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da migração peruana na Amazônia brasileira. **Tomo**, Manaus, n. 26, jan./jul. 2015.
- OLIVEIRA, Márcia Maria. A Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e os desafios às políticas internacionais de migração. **Revista Estudos Avançados**, n. 57, 2006.
- PALACIOS, German. **Entrevista para este diagnóstico**, em 21 de maio de 2016, sobre elementos socioambientais na Tríplice Fronteira.
- PEC – Proyecto Educativo Comunitario. **Cooperación para la defensa de la biodiversidad del Amazonas**. Bogotá: CODEBA, 2012.
- PEÑA, Jack Ivan Yovera, Alcalde de Isla Santa Rosa. **Entrevista dos aspectos gerais do município**. 2015.
- PEÑA, Jack Ivan Yovera. **Entrevista Realizada Para Obtenção De Informações Para Este Trabalho**. (Material Não Publicado). Peru, Isla Santa Rosa, 2014
- Plano de Desenvolvimento da Cidade de Tabatinga**, Tabatinga, 2008.
- PLAN DE DESAROLLO DEPARTAMENTAL**, Gobernación del Amazonas. Letícia, 2015.
- Portal da Educação. Publicação de Maio de 2012 – Cursos Online. Disponível em: <http://www.portaldaeducacao.com.br/pedagogia/artigos/12387/principios-da-prendizagem>. Acesso em: abr. 2014.
- PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA**. Brasil e Amazonas. 2008.
- RAISG - Rede de Informação Socioambiental. **Amazônia Socioambiental**. 2012. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/mapas/>. Acesso em: 18 set. 2017.
- RINKE, Stefan. **História da América Latina: das Culturas Pré-Colombianas até o Presente**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.
- RIVERA, Andrés Chirinos; LEYVA; Martha Zegarra. **Educación Indígena En El Perú**. Lima: Asamblea Nacional de Rectores, 2004.

- SANTOS, Boaventura. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra a Lógica do Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação. **Acesso ao Banco de Dados Local. Tabatinga**, 2014. (Material Não Publicado).
- SESAI – Secretaria de Saúde Indígena. **Vale Do Javari**. 2013.
- SILVA Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006
- SILVA, Alberto. Integração e Governança na América do Sul: O Caso da OTCA. *In*: OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (Org). **Amazônia**: no Cenário Sul-Americano. Manaus: EDUA, 2009.
- SILVA, Zanete Ruiz. Educação e Intercultura para Além da Fronteira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 2, Passo Fundo, p. 211-222, jul./dez. 2010.
- SILVA, Zanete Ruiz. **Práticas Pedagógicas Interculturais na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru**: um Estudo na Escola Estadual Marechal Rondon. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- SINCHI Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. HERNANDO Arcila Niño. **La Amazonia colombiana urbanizada**: un análisis de sus asentamientos humanos. Bogotá, 2010.
- SINCHI, Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. UMBARILA, Elizabeth; CARDONA, Carlos. **Sistema Urbano de la región amazónica colombiana**: analices de la organización y integración funcional. Bogotá, 2009.
- SINCHI, Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. REY, Franz; ACOSTA, Luis Eduardo; CARDONA, Carlos. **Perfiles Urbanos em la Amazonia colombiana**: um enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá, 2004.
- SIQUEIRA, Josafá Carlos. **Pensamentos Ecológicos do Papa Francisco** – extraídos da carta Encíclica *Laudato Si*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

- STEIMAN, Rebeca **A Geografia das Cidades de Fronteira: um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Rio de Janeiro, UFRJ. 2002. 117 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2002.
- STEINBRENNER, R. A. Centralidade Socioambiental X Invisibilidade Urbana (ou Os Novos “Fantasmas” da Amazônia). *In*: OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (Org). **Amazônia: No Cenário Sul-Americano**. Manaus: EDUA, 2009. p. 19-40.
- SUFRAMA. **Área de Livre Comércio de Tabatinga/AM** – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento/Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais: SUFRAMA (Org.) 1. ed. v. 5. Manaus: SUFRAMA, 2014.
- TAVARES, Sinivaldo Silva. **Ecologia Integral**. Disponível em: <http://domtotal.com/noticia/1031446/2016/05/ecologia-integral/>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- TOSTI, Mario. **A Igreja Sobre o Rio: a Missão dos Capuchinhos da Úmbria no Amazonas**. Manaus: Secretaria de Cultura do Amazonas, 2012.
- UNESCO. **Relatório De Educação Para Todos Sobre Os Países Emergentes**. Disponível em: <http://www.unesco.gov>.
- VELOSO, Maurício. Agrônomo. Entrevista cedida a este diagnóstico em abril de 2016.
- VERONESE, Marília. **A Psicologia na Transição Paradigmática: um Estudo Sobre o Trabalho na Economia Solidária**. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- WENDELL, Teles; SILVA, Lucileyde Feitosa; SOUSA Iatiçara Oliveira. **Breve Retrospectiva das Estratégias Geopolíticas de Incorporação Territorial da Amazônia Brasileira**. Curitiba: Departamento de Geografia – UFPR, 2012. p. 18-37. Disponível em: <http://https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26206>.

APÊNDICES

Apêndice A – Participantes de entrevistas semiestruturadas e grupos focais

Para a realização deste diagnóstico contamos com as importantes contribuições de profissionais qualificados nas mais diferentes dimensões que, ao longo do tempo, dedicam sua vida e trabalho para a melhoria da vida na Tríplice Fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru.

Entrevistas:

- Ms. Álvaro Gomez – Universidade do Estado do Amazonas
- Dr. Carlos Zárate - Universidade Nacional da Colômbia
- Dom Alcimar Caldas – Diocese do Alto Solimões
- Dr. Edwin Agudello – Instituto SINCHI
- Dr. German Palacio – Universidade Nacional da Colômbia
- Ir. Nilvo Favreto – CIMI/Maristas
- Juan Alvaro Echeverri – Universidade Nacional da Colômbia
- Dr. Luís Eduardo Acosta – Instituto SINCHI
- Esp. Maurício Veloso – Engenheiro Agrônomo Diocese do Alto Solimões/União Europeia

Grupos Focais Temáticos:

Dimensão Socioeconômica e Cultural:

- Ms. Daniela Botero – Doutoranda em Cantos e Danças Amazônicas – UNAL
- Dr. German Grisales – Cônsul da Colômbia no Brasil
- Dr. Luís Eduardo Acosta – Instituto SINCHI
- Dr. Luiz Felipe Lacerda – OLMA/UNICAP/SJPAM/UEA-GPEDA
- Dr. Maurício Cavieres – Antropólogo – Universidade Javeriana

- Sr. Nestor Vargaz – Câmara de Comércio de Letícia
- Pe. Alfredo Ferro S. J. – SJPAM – Colômbia
- Pe. Paulo Mora S. J. – SJPAM – Peru
- Pe. Valério Sartor S. J. – SJPAM – Brasil
- Dra. Patrícia Conteres – Câmara de Comércio de Letícia

Dimensão Cultural- Religiosa:

- Ir. Magdalena Gonzáles – Lauritas.
- Ir. Patrícia Licandro – Ursolinas
- Dr. Luiz Felipe Lacerda – OLMA/UNICAP/SJPAM/UEA – GPEDA
- Pe. Alfredo Ferro S. J. – SJPAM – Colômbia
- Pe. Paulo Mora S. J. – SJPAM – Peru
- Pe. Valério Sartor S. J. – SJPAM – Brasil
- Pe. Rodolfo Piñeros – Capuchinhos
- Pe. Ylmer Alonso Perez – Pároco de Letícia

Dimensão Socioambiental:

- Ms. Alejandro Carrasquilla – Borugo Agência de Turismo
- Dr. German Grisales – Cônsul da Colômbia no Brasil
- Ir. Magdalena Gonzáles – Lauritas
- Dr. Jeferson Rodrigues – Universidade do Estado do Amazonas – UEA
- Dr. Luiz Felipe Lacerda – OLMA/UNICAP/SJPAM/UEA – GPEDA
- Ms. Maurício Veloso – ISCOS/Diocese do Alto Solimões
- Pe. Alfredo Ferro S. J.– SJPAM – Colômbia
- Pe. Paulo Mora S. J.– SJPAM – Peru
- Pe. Valério Sartor S. J. – SJPAM – Brasil

Dimensão Educacional:

- Dr. Carlos Zárate – Universidade Nacional da Colômbia e Escuela Selva Alegre
- Dr. Luiz Felipe Lacerda – OLMA/UNICAP/SJPAM/UEA – GPEDA
- Dr. Maria del Mar Trujillo – Banco de la República e Escuela Selva Alegre
- Pe. Alfredo Ferro S. J. – SJPAM – Colômbia

- Pe. Paulo Mora S. J. – SJPAM – Peru
- Pe. Valério Sartor S. J. – SJPAM – Brasil
- Pe. Helberth – Colégio S. Juan Bosco

Equipe de Coordenação do Diagnóstico:

- Pe. Alfredo Ferro S. J.– SJPAM
- Pe. Valério Sartor S. J.– SJPAM
- Pe. Paulo Mora S. J.– SJPAM
- Dr. Luiz Felipe Lacerda – OLMA/UNICAP/SJPAM/UEA
– GPEDA

Apêndice B – Tópicos de Entrevistas

Aspectos Gerais:

1. Estruturação política dos países componentes da Tríplice Fronteira.
2. Breve histórico dos processos sociais, econômicos e políticos de formação da Tríplice Fronteira.
3. Descrição das instituições governamentais diretamente vinculadas aos processos fronteiriços, suas presenças a nível local e as experiências transfronteiriças mais significativas.
4. Descrição das populações ocupantes do espaço fronteiriço.
5. Histórico e atualidade dos acordos e tratados de cooperação internacional e como estes se manifestam e se materializam no território.
6. Descrição em âmbito geral das principais problemáticas da fronteira.

Cultural e Religiosa:

1. Quais as culturas, nacionalidades e etnias existentes na fronteira, suas condições gerais e as relações/vínculos cotidianas que estabelecem com as demais culturas?
2. Que sentimentos predominam nestas relações transfronteiriças?
3. Como se compõem o imaginário social a respeito da fronteira?
4. Como se apresentam os processos migratórios e de mobilidade dentro da fronteira?
5. Quais os movimentos sociais organizados no território em torno destas culturas, como dialogam com as autoridades locais, qual sua trajetória, conquistas e desafios atuais?
6. Quais trabalhos, ações e/ou projetos tais movimentos já desenvolveram ou desenvolvem sobre a fronteira?
7. Quais os principais desafios destes movimentos em relação à fronteira?
8. Quais as instituições governamentais de cunho cultural existentes na fronteira, como dialogam com as instituições dos países vizinhos e que tipo de trabalhos, projetos ou intervenções vem realizando sobre o território fronteiriço?
9. Quais os principais desafios destas instituições em relação à fronteira?

10. Quais as instituições e representações religiosas existentes na fronteira? Com que populações trabalham atualmente?
11. Existe diálogo entre as igrejas católicas e outras confissões? Como é a relação entre as igrejas na fronteira?
12. Quais projetos ou ações realizam ou já realizaram a respeito da fronteira?
13. Quais os principais desafios enfrentados por tais entidades nas relações transfronteiriças?

Socioeconômica:

1. Qual o panorama geral socioeconômico das populações da Tríplice Fronteira?
2. Quais são as Políticas Públicas Nacionais Socioeconômicas na fronteira e como se manifestam no território?
3. Quais são as estruturas governamentais e instituições socioeconômicas presentes no território, seus princípios, como se relacionam com as instituições dos países vizinhos?
4. Quais as populações foco do trabalho destas instituições e qual sua abrangência populacional?
5. Quais projetos, trabalhos e/ou metodologias já desenvolveram sobre a fronteira?
6. Quais os principais desafios enfrentados atualmente pelas instituições sobre a temática socioeconômica?
7. Como funciona o mercado de trabalho (ilegal, legal, autônomo) em relação as populações na fronteira?

Educacional:

1. Quais são as Políticas Públicas Nacionais para educação na fronteira e como se manifestam no território?
2. Qual a estrutura educacional de cada um dos países e como se relacionam com os países vizinhos?
3. Quais as instituições educacionais presentes no território, sua abrangência nos níveis educacionais, número de educandos matriculados, seus princípios orientadores e enfoques de trabalho?
4. Qual o índice de educandos indígenas vinculados às instituições e a predominância de etnias?

5. Quais projetos, trabalhos e/ou metodologias já desenvolveram sobre a fronteira?
6. Quais os principais desafios enfrentados atualmente pelas instituições de ensino?

Socioambiental:

1. Quais os principais espaços naturais compartilhados entre os países da fronteira e como se encontram atualmente?
2. Quais são as Políticas Públicas Nacionais Socioambientais na fronteira e como se manifestam no território?
3. Quais são as estruturas governamentais e instituições socioambientais presentes no território, seus princípios, como se relacionam com as instituições dos países vizinhos?
4. Quais as populações foco do trabalho destas instituições e qual sua abrangência populacional?
5. Quais projetos, trabalhos e/ou metodologias já desenvolveram sobre a fronteira?
6. Quais os principais desafios enfrentados atualmente pelas instituições sobre a temática socioambiental?

Apêndice C – Sugestões para a construção metodológica de diagnóstico de fronteira

Neste sucinto apêndice pretende-se, a partir da experiência obtida ao longo da realização do diagnóstico socioambiental na Tríplice Fronteira Amazônica Brasil, Colômbia, Peru, compartilhar elementos metodológicos que possam auxiliar projetos similares em outros diferentes territórios fronteiriços.

Sendo assim, o primeiro ponto que se deve destacar refere-se à premissa conceitual que o diagnóstico assume frente ao território de fronteira. Nogueira (2007) nos auxilia em tal discernimento, apontando que podemos partir de uma percepção de fronteira através das narrativas que órgãos de comunicação externos e até mesmo o imaginário que o senso comum nacional emitem sobre tal território, algo que o autor denomina Fronteira Percebida.

A segunda possibilidade de percepção conceitual sobre a fronteira refere-se a as imagens governamentais atreladas à soberania nacional, às jurisprudências jurídicas e às ações vinculadas às forças locais e nacionais de segurança pública. Seria esta, para Nogueira (2007) a Fronteira Vigiada, compreendendo-a como linha limítrofe, demarcatória e intransponível entre dois ou mais países.

Por fim, com uma percepção muito mais fluída, dinâmica e realista, o autor apresenta as concepções oriundas da Fronteira Viva, aquela descrita pelos habitantes do local, com seus vínculos afetivos e suas dinâmicas cotidianas.

Para delimitar a premissa central de qualquer estudo desta ordem, seria necessário, portanto, uma primeira pergunta: Que concepção de fronteira se assume ao longo do estudo?

A partir daí, desenrola-se uma segunda fase que deve delimitar objetivos, tempo disponível, perfil e dimensões a serem avaliadas. Os objetivos referem-se justamente àquilo que se busca com tal estudo, podendo estarem atrelados aos objetivos de determinada instituição demandante ou a compreensão de um ou mais elementos específicos deste território, assim como no auxílio direto à determinada política pública ou observância de prevalência de certo fenômeno.

Junto a estes objetivos, deve-se designar o tempo disponível para a realização do estudo, pois este elemento terá relação direta com o número de dimensões e aprofundamentos teóricos e práticos possíveis de

serem realizados. Leva-se em conta, para tanto, o número de pessoas dedicadas à coleta de dados e a escrita dos resultados.

Definidos objetivos e tempo, é possível então, traçar um perfil para a escrita do documento. Basicamente, existem três possibilidades de escrita para tais diagnósticos: Pode-se assumir uma escrita de cunho acadêmico, que exigirá aprofundamentos e debates teóricos pertinentes a cada uma das dimensões estudadas, buscando base em artigos, livros, teses e dissertações disponíveis para alavancar um posterior trabalho de coleta de dados. Pode-se assumir uma escrita técnica de cunho mais descritiva, direta e informativa, sem espaços para aprofundamentos dos debates teóricos e conceituais. Ou, por fim, um perfil misto, assumindo uma mescla entre perspectivas teóricas e conceituais com sucintos debates acadêmicos ao mesmo tempo que emprega o uso de uma linguagem mais direta e descritiva de alguns aspectos, como no caso deste estudo sobre a Tríplice Fronteira.

A última etapa desses ajustes e definições iniciais refere-se à delimitação sobre quais dimensões será diagnosticada a fronteira em questão. Os territórios fronteiriços são formados por múltiplas dimensões, se não infinitas, de difícil abrangência em um só estudo. A definição das dimensões dependerá dos objetivos e do tempo disponível. Analisando os diagnósticos de fronteira, geralmente encontramos algumas dimensões centrais como: Educação, Religião, Meio Ambiente, Cultura, Economia, Educação, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura – Acesso – Comunicações e Transportes. Obviamente podem haver mesclas entre estas dimensões como Socioeconômico, Educação Socioambiental, Socioambiental, entre outros. Ademais, dentro de cada dimensão despontam subcategorias como serviços públicos ou privados, políticas públicas, elementos étnicos, de nacionalidade, entre outros.

Definidos os objetivos, o tempo, o perfil e as dimensões a serem estudadas pode-se estruturar o trabalho de campo a ser desenvolvido. A estrutura é algo relativo e deriva do perfil daquele que escreve, assim como de suas concepções a respeito dos elementos fundamentais a serem expostos ao longo do texto. Através da experiência aqui apresentada sugerimos a seguinte estrutura:

- **Introdução, Objetivos, Dimensões e Metodologia:** nesta parte inicial, se expõem ao leitor de forma sucinta a descrição dos promotores da ação, as motivações que originam tal estu-

do, seus objetivos, as dimensões preestabelecidas, a metodologia empregada e as limitações do diagnóstico.

- **Aspectos históricos de conformação desta fronteira:** a compreensão dos fenômenos atuais deriva em grande parte de elementos, fatos e fenômenos do pretérito, nesse sentido, um sucinto apanhado histórico garante uma visão ampliada das manifestações atuais e contextualiza o leitor que desconhece a realidade local sobre os aspectos que influenciaram a formação da fronteira em questão. Acreditamos que sobre as fronteiras amazônicas é imprescindível a exposição de elementos históricos que remontam os tempos de colônia até a constituição dos estados nacionais modernos e suas principais intervenções e políticas públicas sobre tais territórios, conflitos, entidades, instituições e poderes protagonistas nesta história, assim como as relações que estabeleceram com as populações tradicionais.
- **Principais tratados e acordos vigentes sobre a fronteira em estudo:** a questão jurídica, que também pode ser exposta de maneira tópica (se não há este interesse específico entre os objetivos do diagnóstico) serve principalmente para criar um parâmetro avaliativo entre as preposições documentais e direitos garantidos em leis, em comparação com o que se apresenta na prática, nas ações da sociedade civil organizada e principalmente nas ações dos poderes públicos locais.
- **Elementos referentes à produção acadêmica existente sobre a fronteira:** também de maneira tópica, o destaque a produção acadêmica exposta no corpo do texto possui o objetivo de auxiliar o leitor na busca de referências teóricas sobre o território, ao mesmo tempo em que possibilita um panorama geral sobre as áreas que possuem maior volume de estudos recentes e aquelas que demandam investimento investigativo. Nesta seção, pode-se também ofertar o leitor com um mapa geral das instituições de ensino superior nesta fronteira, os grupos de pesquisa e investigação existentes, assim como as principais temáticas a que se dedicam ou materiais de maior relevância já produzidos.

- **Aspectos gerais sobre os países que conformam a fronteira em estudo:** tais aspectos devem contextualizar o leitor sob uma perspectiva geral dos países envolvidos na fronteira, seu regime político, população geral, organização pública, número de estados, departamentos ou distritos, curiosidades estatísticas e/ou conceituais, assim como alguns fenômenos específicos recentes de grande relevância.
- **Desenvolvimento das dimensões específicas a serem estudadas:** esta é a parte detalhada a que se dedica o diagnóstico. Trataremos de sua metodologia de coleta de dados a seguir, mas cabe frisar que ela deve garantir a observância dos principais fenômenos que compõem cada dimensão tentando sempre e na medida do possível, garantir equilíbrio entre a quantidade de informações de cada país envolvido no estudo.
- **Conclusões propositivas:** por fim, as conclusões devem fazer um balanço geral da situação encontrada ao longo do estudo em cada dimensão, acima de tudo, devem ser propositivas, apontando falhas, desafios, problemáticas, ausências e lacunas, propor ações possíveis para melhorar tais situações a partir da apreensão que se pode obter do território ao longo da construção do diagnóstico. Pode-se assim apontar atores, entidades, temas e estratégias pertinentes a serem desenvolvidas em projetos futuros. Por fim, de maneira contundente, as conclusões propositivas devem responder aos objetivos propostos no início do estudo.

Como ponto final, porém não menos importante, encontra-se a metodologia do diagnóstico. Neste sentido, é importante garantir uma metodologia equilibrada entre aspectos teóricos e práticos e principalmente a possibilidade de evidenciar a partir do próprio território, seus atores e instituições, os principais elementos que devem ser abordados e aprofundados em cada uma das dimensões estudadas. Em outras palavras, a equipe organizadora, acadêmicos e demais pessoas envolvidas na construção destes estudos devem manter vigilância constante para não inferirem categorias que, ao seu entender pareçam fundamentais, porém não representam as principais narrativas daqueles que vivem a fronteira. Uma metodologia que garanta a escuta sensível e a soberania dos temas derivados das narrativas locais garante também legitimidade ao estudo.

Ademais, como já explicitado, é necessário garantir, na medida do possível, equilíbrio entre os informantes, no que toca suas nacionalidades, gêneros, vínculos profissionais, etnicidades, entre outras categorias importantes que compõem o perfil populacional do território.

Em vista disto, propomos uma coleta de dados embasada sobre três técnicas distintas: Coleta Bibliográfica e Documental; Entrevistas Semiestruturadas; Grupos Focais Temáticos.

Coleta Bibliográfica e Documental:

Definidos os elementos anteriores propõe-se que o primeiro quarto do tempo total seja dedicado para o levantamento de fontes bibliográficas e documentais tanto dos aspectos gerais quanto das dimensões específicas. Ao final, deve-se produzir, com tais fontes, um texto inicial a ser aprofundando e melhorado em etapas posteriores.

De acordo com os estudos de Bauer e Gaskell (2002), o trabalho antecipado com textos e relatórios é uma necessidade preliminar à análise geral do material estudado, no sentido de produzir determinada visão ampla do fenômeno e, posteriormente, com a constituição e análise de categorias que são do interesse da pesquisa, captação de informações mais detalhadas, servir de base para a imersão ao campo, podendo confrontar, transformar ou confirmar hipóteses.

Entrevistas semiestruturadas

Sobre o texto produzido de maneira bibliográfica e documental na fase anterior, observando-se os objetivos traçados no início do diagnóstico, pode-se então partir para a aplicação de entrevistas específicas sobre as dimensões em estudo. Entre muitas técnicas possíveis para a realização de entrevistas optamos geralmente pelas entrevistas semiestruturadas. Este tipo de entrevista exige inicialmente a construção de um tópico – guia de perguntas, justamente observando objetivos iniciais e conteúdos já trabalhados.

Bauer e Gaskell (2003), a esse respeito, apontam que, no caso das entrevistas semiestruturadas, deve-se elaborar com muita atenção e minuciosidade o que chamam de *tópico guia*. Em sua essência, esse tópico é elaborado com o intuito de fazer com que as perguntas possam dar

conta dos objetivos da pesquisa, funcionando como lembrete ao entrevistador. Um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco.

Sobre a escolha das pessoas a serem entrevistadas sugere-se sempre que possuam conhecimentos sobre a dimensão em questão, que vivam ou já tenham vivido no território em estudo, aportando de maneira prática e teórica elementos apreendidos ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. De maneira prática sugere-se, em vista ao desejado equilíbrio, que na medida do possível as entrevistas sejam realizadas pelo menos com uma pessoa de cada nacionalidade envolvida no território em estudo, para cada uma das dimensões estudadas.

Desta forma, por exemplo, teríamos no nosso caso, um brasileiro, um colombiano e um peruano entrevistados no tocante a dimensão Socioambiental, da mesma forma para a dimensão educacional e as demais dimensões estudadas. Em caso de fronteiras bipartites a entrevista com duas pessoas, uma de cada nacionalidade, para cada dimensão, seria o suficiente.

Cabe ainda ressaltar que algumas dimensões apresentam subcategorias imperantes que devem ser respeitadas, ampliando o número de atores que devem ser escutados. Por exemplo, no caso das fronteiras amazônicas a Dimensão Educacional sempre se encontra permeada pela educação indígena, devendo esta parte também ser considerada no escopo dos informantes.

Ao final sugere-se que os conteúdos das entrevistas devam ser acrescentados no corpo do texto inicial de maneira tópica, contribuindo para uma segunda versão do texto. A transcrição das entrevistas na íntegra deve ser feita e pode ser acrescentada em um apêndice do diagnóstico, ou caso sejam de grande tamanho, podem compor um segundo volume do material. Sua disponibilidade ao leitor é importante para que ele mesmo, lendo as entrevistas originais, possa construir suas próprias conclusões, também de maneira independente as análises produzidas pela equipe ao longo do diagnóstico.

Grupos Focais

O Grupo Focal é uma técnica de pesquisa social amplamente usada que busca promover relatos e conversação de diversos elementos a respeito de um tema a ser estimulado. A riqueza de tal técnica está no fato de colocar visíveis as relações interpessoais que se constroem a partir do tema específico, na medida em que se desenvolve a dinâmica de conversação dentro do grupo, é considerado um reflexo das estruturas relacionais do próprio cotidiano desses comunitários. Dessa forma, o grupo focal rompe as estruturas austeras de uma entrevista dirigida que se restringe apenas às perguntas e respostas e acende espaço para participação ampla e espontânea, produzindo, assim, com maior fidedignidade os elementos e dinâmicas sociais daquele contexto.

A respeito dos diagnósticos de fronteira sugere-se um grupo focal para cada dimensão em estudo. Os grupos focais geralmente duram entre duas e três horas e meia e contam com um grupo de até oito pessoas. Essas pessoas devem ser escolhidas, seguindo o mesmo modelo das entrevistas, através de seu potencial e sua experiência profissional e pessoal para contribuir com o debate aprofundado da dimensão específica. Observa-se aí também ao necessário equilíbrio entre atores públicos, sociedade civil, nacionalidades, gêneros e etnicidades entre os integrantes. Sugere-se sempre que os grupos focais sejam gravados em arquivos de áudio para que possam ser escutados novamente em situações posteriores. Ademais, sugere-se que alguém da equipe fique de fora do grupo, trabalhando apenas como relator.

Como estímulo inicial para o debate nos grupos se sugere que junto ao convite para participação seja enviado uma versão preliminar do texto construído após as incorporações das entrevistas na fase anterior, principalmente da parte específica no tocante à dimensão em debate naquele grupo. Sendo assim, as discussões podem iniciar com as reações dos participantes ao texto até então construído, passando posteriormente para as sugestões de assuntos pertinentes que por ventura ainda não estejam contemplados.

Os Grupos Focais também exigem um tópico guia, no sentido de induzir o debate na direção dos temas pertinentes a serem discutidos de acordo com os objetivos da pesquisa. Os grupos podem ainda ser compreendidos e empregados como complementares as entrevistas, na

medida em que fazem emergir debates e divergências amenizadas ou despercebidas ao longo das coletas individuais.

A postura do facilitador do grupo é primordial para o bom andamento de sua dinâmica: Deve-se fazer uma exposição inicial do material construído até o momento, expor seus objetivos e limitações e deixar clara a metodologia empregada e a importância da contribuição destas pessoas a partir de suas experiências na fronteira. O facilitador deve iniciar apresentando a estrutura e os conteúdos do texto de forma tóxica e resumida e posteriormente, convidar os participantes a reagirem ao documento. Daí para frente o facilitador deve interferir apenas em momentos específicos, quando percebe que o debate está se desviando de seu foco, introduzindo algum outro elemento de seu tóxico guia ou quando percebe a contradição entre as falas, desejando explorar em profundidade assuntos polêmicos. Perguntas rápidas no sentido de compor dados estatísticos ou datas de acontecimentos também são importantes. Ao final do grupo, o facilitador deve fazer um apanhado geral dos temas abordados e ressaltar elementos marcantes ao longo do debate.

Pode-se assim, acrescentar as contribuições dos grupos focais no texto final e iniciar a produção das conclusões propositivas.

Desta forma, podemos sintetizar tais sugestões metodológicas para a construção de diagnósticos de fronteiras organizadas a partir de três momentos lógicos, como explicita a figura a seguir.



Imagem 28: Passos lógicos para construção metodológica de diagnósticos de fronteira.

Fonte: autor, 2016.

ANEXO

Carta-Compromisso da REPAM e das Igrejas locais junto com lideranças indígenas da Tríplice Fronteira

Reunidos en Tabatinga / Estado de Amazonas / Brasil, los días 7 al 10 de Junio de 2016, en un encuentro de diálogo para definir una agenda común en defensa de la Amazonia y de sus pueblos, 91 personas, entre líderes indígenas y agentes de la Iglesia de la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú. Contamos la presencia de participantes de los pueblos Kambeba, Miranha, Kaixana, Kokama, Tikuna, Matis, Mayoruna, Kulina, Kanamari, Marubo, Yagua, Uitoto, Bora y Kichwa y de los delegados del Vicariato de San José del Amazonas en Perú, del Vicariato de Letícia de Colombia, y de la Diócesis del Alto Solimoes de Brasil, del CIMI, del Equipo Itinerante, proyecto misionero de la CRB, de las Congregaciones Religiosas (Maristas, Franciscanas, Ursulinas, Lauritas, Capuchinos, OFM, Cónegas y Jesuitas), de las Cáritas (Brasil, Norte I, Colombia, Ecuador y España) y de la Red Eclesial Panamazónica REPAM (eje pueblos indígenas, eje de Iglesias en Frontera, eje de formación y métodos pastorales, eje de comunicaciones, eje de redes internacionales, REPAM Nacionales de Brasil, Colombia y Ecuador, y del comité ejecutivo y su equipo del secretariado). Fue muy positiva la presencia cercana y activa de los Obispos de Letícia y del Alto Solimoes durante el encuentro. Estuvieron presentes líderes indígenas de Río Negro/Brasil de los pueblos Baniwa y Arapazo representando a las organizaciones Foreeia y la Umiab, y profesores de las Universidades brasileñas Federal de Amazonas y la Estatal de Amazonas.

Durante el encuentro organizado a partir de mesas de diálogo entre los líderes indígenas y los representantes de la Iglesia católica en torno a los temas de territorio (tema central), cultura, educación escolar indígena, desafíos de la frontera y alianzas para compartir las diversas espiritualidades y vivencias religiosas representadas por los participantes, se realizó un análisis conjunto de la realidad de la región fronteriza

y de la Panamazonía destacando los principales desafíos socio-socioambientales, principios orientadores de la presencia y actuación de la Iglesia con los pueblos indígenas, y estrategias de acción para responder a estos desafíos.

Principales Desafíos

- Defensa del territorio frente a las leyes que amenazan los derechos de los pueblos, los megaproyectos de infraestructura y explotación económica como las hidroeléctricas, hidrovías, carreteras, minería, extracción de gas, petróleo y madera, deforestación para emprendimientos de monocultivo agrícola y la crianza de ganado, así como también frente a los impactos sociales provocados por actividades ilícitas como el tráfico humano y el narcotráfico.
- El desafío del fortalecimiento cultural considerando la reproducción de formas de dominación, emigración de los jóvenes, prácticas productivas inadecuadas, las dificultades económicas, la pérdida del uso de la lengua materna, y otras expresiones culturales, los cambios en los hábitos cotidianos, uso inadecuado de las tecnologías, alcoholismo, la discriminación en general, presencia negativa de algunas expresiones de iglesias y sectas, impactos negativos por los modelos de atención en salud y educación que no respetan la identidad cultural.
- El desafío de fortalecer los proyectos de vida alternativos ante los grandes intereses económicos y políticos, y de autonomía de los pueblos indígenas, esto a través de procesos de formación social y política.

Orientaciones para la colaboración de la Iglesia/REPAM con los pueblos indígenas

Ser una Iglesia con una presencia cercana, que conoce la realidad, que comprende a los pueblos indígenas, que camina junto a las comunidades, que contribuye con la conservación y valorización de la propia cultura, que apoya la formación social y política, que sea espacio de interacción y participación, compañera, aliada y solidaria, que esté cultu-

ral y espiritualmente encarnada y no impuesta y a espaldas del pueblo, que sea transgresora del orden opresor, con valentía y compromiso. Una Iglesia con rostro Amazónico.

ESTRATEGIAS DE ACCIÓN CONJUNTA

Propuestas Generales

- Crear una comisión/espacio de la triple frontera para articular y responder a los mayores desafíos del territorio
- Garantizar la presencia de jóvenes en las comisiones.
- Enviar los materiales y relatorías de este encuentro.
- Confirmar la estructura de la comisión animadora.
- Territorio
- Fortalecimiento y creación de procesos formativos en materia de políticas públicas, conocimiento de las legislaciones respectivas que los afectan en los distintos niveles (local, nacional e internacional; protección de derechos indígenas (especialmente consulta previa 169 OIT), y defensa del territorio (mega-proyectos, etc.). Conocer, acompañar y exigir las recomendaciones de las organizaciones internacionales han hecho a los países en relación al territorio y los pueblos indígenas.
- Tener una recopilación de las legislaciones nacional e internacional para la garantía de derechos de los pueblos indígenas
- Favorecer y acompañar las estrategias de movilización para la defensa de los derechos indígenas en perspectiva de triple frontera.
- Promover un encuentro para discutir estrategias sobre la protección de los pueblos aislados.
- Realizar un encuentro de pueblos divididos por fronteras (Tikuna, Kokama, Matses y Yagua)
- Una Red de Comunicación internacional: parroquias, diócesis, vicariatos, organizaciones indígenas
- Replicar la experiencia de este encuentro entre los pueblos con sus iglesias locales
- Cultural

- Promover acciones que incidan para incorporar en el sistema de educación escolar indígena los elementos de su identidad cultural, y fortalecer lo que ya está siendo exitoso en perspectiva de triple frontera. Ejemplo: calendario escolar con calendario de la comunidad
- Favorecer encuentros de pueblos indígenas divididos por las fronteras (Ejemplo Tikuna, Kokama y Yawua).
- Encuentro de jóvenes de las tres fronteras para discutir los impactos culturales y la pérdida de identidad que los están afectando (migración, tecnología, música, prácticas productivas, etc.).
- Desarrollar estrategias concretas para fortalecer los conocimientos tradicionales en salud (medicina tradicional) e identidad cultural – encuentro de espiritualidades indígenas respetando las culturas
- Fortalecimiento de los planes de vida propios
- Promover la autonomía económica de los pueblos desde la continuidad de tradiciones sustentables en la pesca y caza para superar el paternalismo.
- Incentivar, ampliar y dar a conocer la propuesta de trabajo de las aulas vivas de (alimentación, proyecto de vida, salud, etc.) FUCAI.

Tabatinga, 10 de Junio de 2016.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
Telefone: (51)3589-5151
casaleiria@casaleiria.com.br



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida

O observatório é um núcleo articulador e apoiador de instituições e iniciativas em rede focadas em temáticas comuns ligadas à promoção da justiça socioambiental. A Rede Nacional de Promoção da Justiça Socioambiental, pertencente à Província dos Jesuítas do Brasil, está presente em inúmeras cidades brasileiras atuando em temáticas como Amazônia e povos tradicionais, educação popular, políticas públicas, economia solidária, diálogo inter-religioso, educação para as relações étnico-raciais, migração e refúgio, juventudes e incidência política.

Saiba mais em www.olma.org.br

O Diagnóstico Socioambiental da Tríplice Fronteira Amazônica Brasil-Colômbia-Peru é fruto de profunda pesquisa qualitativa que avalia contextos históricos e atuais desta região através de um olhar específico sobre quatro dimensões: socioambiental, cultural-religioso, sócio-econômico e educacional.

Através de pesquisas bibliográficas e documentais, grupos focais e entrevistas semiestruturadas o estudo reúne de maneira inédita a bibliografia já produzida sobre esta tríplice fronteira e seus resultados desvelam os desafios das políticas de desenvolvimento local na Amazônia, principalmente quando demandam articulações transfronteiriças.

Ao final, desenha-se também a possibilidade de uma matriz analítica, amparada em perspectivas socioambientais, que pode lançar luz a outros estudos em diferentes territórios fronteiriços e amazônicos.



ISBN 978-85-9509-053-8



9 788595 090538 >